

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018-CMA

PROTOCOLO Nº 020800008/2018

PROCESSO Nº 007/2018

A Presidente da Câmara Municipal de Arez/RN:

CONSIDERANDO que a Empresa A. O. S. SOFTWARE LTDA, CNPJ Nº: 11.385.898/0001-80, apresentou o menor preço e se anuncia a fornecer serviços nesta modalidade,

RESOLVE:

Declarar a Dispensa de Licitação para a prestação de serviço de LOCAÇÃO DE SOFTWARE para atender aos serviços contábeis da Câmara Municipal de Arez/RN, conforme Memorando nº 007/2018, cujo valor global será da ordem de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais),

Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Dotação Orçamentária: 01.031.211.2001 - Manutenção da Câmara Municipal;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ;

Fonte de Recursos: 100 – Duodécimo;

Vigência do Contrato: 02/01/2018 a 30/09/2018;

Forma de Pagamento: 09 (nove) parcelas mensais de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Arez-RN, 11 de Janeiro de 2018.

ANA ALICE CUNHA DE MATOS

Presidente

Publicado por:
HELDO EDUARDO RODRIGUES PESSOA
Código Identificador: 49CE1374

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 027/2018 - CMB

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA - RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art.1º Nomear, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar, o Sr. AUREMBERG LIMA BARBOZA, em conformidade com Lei nº 584/2017, de 27 de dezembro de 2017, que institui o quadro funcional desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE - SE,

PUBLIQUE - SE E

CUMPRE - SE.

Baraúna - RN, 01 de fevereiro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA

Presidente

Publicado por:
MAGALI PEREIRA DE AQUINO
Código Identificador: 568DF8B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 001/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

RESOLVE

Artigo 1º NOMEAR a Sra. ELISANGELA RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF sob. nº 022.597.904-70 e portadora do RG nº 001.477.496-SSP/RN, para o Cargo comissionado de Diretor Geral (DG), desta Casa Legislativa.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê –se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 11 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 73AD02B7

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 003/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

RESOLVE

Artigo 1º NOMEAR o Sr. BRUNO CESAR CASTRO DE AQUINO, inscrito no CPF sob. nº 075.106.174-30 e RG nº 002.398.207-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar (CC-L4), desta Casa Legislativa.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê –se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 11 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 5064A9F9

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 004/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

RESOLVE

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. Williane Albuquerque dos Santos, inscrita no CPF sob nº 071.181.754-55 e portadora do RG nº 002.685.604-SSP-RN, para o Cargo em comissão de Diretor de Controle Interno (DCI) desta Casa Legislativa.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê –se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 11 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 409AEF0A

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 005/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. FRANCISCO MÁRIO HÉLIO DA CRUZ MARTINS, inscrito no CPF sob. nº 051.806.634-74 e RG nº 002.110.394-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Gerente de Avaliação e Gestão de Recursos Humanos (GAGRH), desta Casa Legislativa.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê –se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 11 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 48AC5A66

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 006/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR a Sra. HELENA CRISTINA DE CASTRO BANDEIRA, inscrita no CPF sob. nº 028.315.054-88 e RG nº 945.540-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Diretor Adjunto (CC-L2), desta Casa Legislativa.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê –se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 11 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 3D42CFD6

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 007/2018

O presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

RESOLVE

Artigo 1º DESIGNAR o servidor Paulo Roberto Gomes de França, inscrito no CPF sob. nº 367.414.694-00 e portador do RG nº 596108-SSP-RN, para responder pela Tesouraria, desta Casa Legislativa.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê –se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 11 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 764C8700

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 008/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

RESOLVE

Artigo 1º NOMEAR o Sr. Elcio Vieira Clemente, inscrito no CPF sob. nº 967.450.024-34 e RG nº 1.396.316-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar (CC-L4), desta Casa Legislativa.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê –se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 11 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 56580E3E

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 009/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.661, de 27 de Dezembro de 2013, c/c a Lei nº 1.686 de 12 de Fevereiro de 2015;

RESOLVE

Artigo 1º NOMEAR a Sra. Klébica Talita da Silva Medeiros, OAB nº 11.858, inscrita no CPF sob. nº 061.511.444-06 e RG nº 1.878.498-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessora Jurídica (AJU), desta Casa Legislativa.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 11 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 536C3891

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 010/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.661, de 27 de Dezembro de 2013, c/c a Lei nº 1.686 de 12 de Fevereiro de 2015;

RESOLVE

Artigo 1º NOMEAR o Sr. AFONSO ADOLFO DE MEDEIROS FERNANDES, OAB nº 3937, inscrito no CPF sob. nº 837.203.404-49 e RG nº 1.225.171-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Jurídico (AJU), desta Casa Legislativa.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 18 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 22 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 42B2B876

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 011/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR a Sra. ADELLY MARIA FELIX, inscrita no CPF sob. nº 070.793.714-06 e portadora do RG nº 002.645.982-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessora Especial (AES); e a Sra. BIANCA HORTENCIO DUARTE, inscrita no CPF sob. nº 079.848.934-03 e portadora do RG nº 002.583.049-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), da Vereador(a) Ana Carina Freitas Silva de França.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 4246185A

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 012/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. URIEL APRIGIO DA SILVA, inscrito no CPF sob. nº 481.084.214-20 e portador do RG nº 741.195-SSP/RN (2ª via), para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e a Sr. ALANNY CIBELLE SILVEIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob. nº 113.089.794-01 e RG nº 3.209.836-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Vereador(a) Arnaldo Silvestre Pereira.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 607218E0

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 013/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. JOSILANO SOUZA DE ARAÚJO, inscrito no CPF sob. nº 064.218.614-66 e portador do RG nº 002.174.691-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), da Vereador(a) Ângela Maria Medeiros Farias de Aquino.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 66823628

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 014/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. ROBERTO DANTAS CÂMARA JUNIOR, inscrito no CPF sob. nº 008.480.144-13 e portador do RG nº 1.876.758-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e o Sr. CLEITON JOSÉ SOUZA DA SILVA, inscrito no CPF sob. nº 099.335.984-14 e RG nº 003.041.930-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Vereador(a) Carlos Magno da Rocha Ramalho.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 480D6DC1

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 015/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR a Sra. MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS FREITAS, inscrita no CPF sob. nº 874.819.954-00 e portadora do RG nº 960.815-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); o Sr. CICERO SEVERO DA SILVA NETO, inscrito no CPF sob. nº 071.813.864-33 e portador do RG nº 2.080.170-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Vereador(a) Jácio Luiz da Silva Cruz.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 75C1EA80

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 016/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. JOÃO GONÇALVES DIAS NETO, inscrito no CPF sob. nº 109.014.614-07 e portador do RG nº 2.890.914-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e o Sr. GIUEMBERG JEFFERSON BARROS DA SILVA, inscrito no CPF sob. nº 075.021.184-97 e portador do RG nº 2.684.128-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP) do Vereador(a) Carlos Alberto de Carvalho Pereira.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 6D6C6451

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 017/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº. 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. JOSÉ EDEILSON DA SILVA, inscrito no CPF sob. nº 063.077.884-10 e portador do RG nº 002.522.302-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e a Sra. VANESSA BARBOSA DA CÂMARA DE SOUZA, inscrita no CPF sob. nº 070.156.014-27 e portadora do RG nº 002.658.189-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Vereador(a) João Maria de Araújo.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 49322ED7

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 018/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR, o Sr. HYAGO COSME DOS SANTOS BARBOSA, inscrito no CPF sob. nº 102.513.654-33 e portador do RG nº 003.076.187-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e a Sra. MARIA CONCEIÇÃO DA CUNHA FERNANDES, inscrita no CPF sob. nº 967.477.904-30 e portadora do RG nº 001.458.478-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Vereador(a) Jumária Souza Fernandes de Oliveira Mota.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 3C3626DE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 019/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. FERNANDO DE BARROS XAVIER, inscrito no CPF sob. nº 702.091.204-44 e portador do RG nº 3.233.488-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e o Sr. JOÃO MARIA SALES DE SOUZA, inscrito no CPF sob. nº 444.186.474-49 e portador do RG nº 1.051.632-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Gabinete do Vereador Luciano Moraes da Silva.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 5FDDA1D0

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 020/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. PEDRO HENRIQUE SANTOS DAS CHAGAS, inscrito no CPF sob. nº 105.106.174-17 e portador do RG nº 003.233.591-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e o Sr. JOÃO MARIA DA SILVA MARTINS, inscrito no CPF sob. nº 049.572.734-21 e portador do RG nº 2.229.497-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Vereador(a) Manoel Viera dos Santos.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de Fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 5A0993F4

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 021/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. EDINALDO MOURA E SILVA, inscrito no CPF sob. nº 046.929.294-64 e portador do RG nº 002.215.434-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e o Sr. FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob. nº 334.792.594-72 e portador do RG nº 673.514-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Vereador(a) Marcílio de Moraes Dantas Júnior.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 56712C09

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 002/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

RESOLVE

Artigo 1º NOMEAR o Sr. FELIPE AUGUSTO CORTEZ MEIRA DE MEDEIROS, OAB nº 3640, inscrito no CPF sob. nº 310.050.201-91, para o Cargo em Comissão de Procurador Jurídico (PG), desta Casa Legislativa.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 11 de Janeiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 3E5BAEAD

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 022/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR a Sra. GEILMA BEZERRA DE MORAIS, inscrita no CPF sob. nº 060.469.794-55 e portadora do RG nº 001.833.852-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessora Especial (AES), e a Sr. DAYANA ALVES VARELA ARRUDA, inscrita no CPF sob. nº 098.350.194-79 e portadora do RG nº 002.860.236-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Vereador(a) Marcos Angelino de Fátias.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de Fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 4E2D0D7A

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 023/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. ALDEMAR MORAIS DE LIMA, inscrito no CPF sob. nº 904.122.904-30 e portador do RG nº 1.518.269-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e a Sra. IVANEZA MONICA TORRES DE VASCONCELOS, inscrita no CPF sob. nº 027.359.434-61 e portadora do RG nº 001.669.576-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), da Vereador(a) Paula de Moraes Nogueira.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de Fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 726B263D

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 024/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.604, de junho de 2012, alteradas pelas Leis Municipais nº 1.661, de 27 de dezembro de 2013; nº 1.685 e 1.686, de 12 de fevereiro de 2015, e nº 1.775, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Certidão expedida pelo Setor Recursos Humanos, desta Casa, certificando o cumprimento dos requisitos necessários para admissão do servidor, que segue anexo o presente;

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR o Sr. PEDRO PAULO MARTINS, inscrito no CPF sob. nº 007.413.894-44 e RG nº 002.378.311-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial (AES); e o Sr. JOABE TALES DA SILVA BRITO, inscrito no CPF sob. nº 017.108.064-51 e portador do RG nº 003.176.719-SSP/RN, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar (AP), do Vereador(a) Renata Augusta Costa da Silva.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de Fevereiro de 2018.

Publique-se, Cumpra-se. Dê-se Ciência.

Ceará-Mirim-RN, 08 de Fevereiro de 2018.

Ver. Ronaldo Marques Rodrigues

Presidente

Publicado por:
MARCÍLIO BARTOLOMEU SILVA E SOUZA
Código Identificador: 75728E99

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 001/2018*

Faz nomeação de fiscal e Gestor dos contratos celebrados perante a Câmara Municipal de Coronel João Pessoa.

O Presidente da Câmara Municipal de Coronel João Pessoa /RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, em pleno atendimento ao disposto nos artigos 58 inciso III e 67 da Lei nº 8.666/93.

Resolve:

Art. 1º - nomear a servidora: Marcia Greiga Nunes, portadora do CPF nº 008 591 894-65, para exercer a função de Fiscal e Gestora dos contratos celebrados entre a Câmara Municipal e terceiros, durante exercício corrente;

Art. 2º - As principais atribuições e/ou funções do fiscal/gestor dos contratos celebrados são:

I – Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados a Câmara Municipal de Coronel João Pessoa/RN e suas unidades Administrativas;

II – verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) esta sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

III – Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas (permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição).

IV – Indicar eventuais glosa das faturas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de suas publicações.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Coronel João Pessoa/RN, 07 de fevereiro de 2018.

Francisco Roberto Amorim de Carvalho

Presidente da CMCJP.

*Replicado por incorreção de erro material.

Publicado por:
TAMIRIS MABEL SOUSA CARVALHO
Código Identificador: 58FBC472

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a contratação da empresa COSERN – COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE, para a prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica para Câmara Municipal durante o exercício de 2018, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe que "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes", e em consonância com o Parecer Jurídico acostado nos autos do processo administrativo no 001/2018, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: COSERN – COMPANHIA DE ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ: 08.324.196/0001-81

ENDEREÇO: Rua Mermoz, 150, Baldo, NATAL/RN.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

Órgão.....: 01 – CAMARA MUNICIPAL

Unidade.....: 01.01 – CAMARA MUNICIPAL

Classif. Orçam.....: 01.031.00012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL

Elemento de Despesa.....: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

VALOR: R\$ 17.500,00 (dezesete mil quinhentos reais).

Espírito Santos/RN, 30 DE JANEIRO DE 2018.

ANDSON CARLOS DA SILVA

Presidente da Câmara

Esta publicação tem efeitos retroativos à data deste Extrato.

Publicado por:
SIDNEY DA SILVA

Código Identificador: 6240827D

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2018

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a contratação da empresa CAERN – COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO RIO GRANDE DO NORTE, para a prestação dos serviços de fornecimento de água potável para Câmara Municipal durante o exercício de 2018, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe que "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes", e em consonância com o Parecer Jurídico acostado nos autos do processo administrativo no 001/2018, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: CAERN – COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ: 08.334.385/0001-35

ENDEREÇO: Av. Senador Salgado Filho, S/N, NATAL/RN.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

Órgão.....: 01 – CAMARA MUNICIPAL

Unidade.....: 01.01 – CAMARA MUNICIPAL

Classif. Orçam.....: 01.031.00012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL

Elemento de Despesa.....: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil quinhentos reais).

Espírito Santos/RN, 30 DE JANEIRO DE 2018.

ANDSON CARLOS DA SILVA

Presidente da Câmara

Esta publicação tem efeitos retroativos à data deste Extrato.

Publicado por:
SIDNEY DA SILVA
Código Identificador: 441D269C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORÂNIA

MESA DIRETORA
PORTARIA Nº 02/2018 - PONTO FACULTATIVO

O Presidente da Câmara Municipal de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições regimentais e, ainda, considerando as festividades carnavalescas que acontecerão entre os dias 09 e 13 de fevereiro, considerando ainda que no dia 14 de fevereiro será celebrada a Quarta-Feira de Cinzas,

RESOLVE:

Tornar facultativo o expediente e o funcionamento das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Florânia a partir de 12 de fevereiro, retornando às atividades somente no dia 19 de fevereiro.

Cientifique-se, Publique-se;

Cumpra-se.

Câmara Municipal de Florânia, em 06 de fevereiro de 2018.

Ver. Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros

PRESIDENTE

Publicado por:
IVANETE SILVA
Código Identificador: 588FD2B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE GROSSOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PORTARIA 005/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Grossos/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - conceder a Senhora vereadora Clorisa Linhares de Vasconcelos Vale. Duas diárias ao preço unitário de R\$ 800,00 (oitocentos reais), cada, totalizando o valor de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), para custear despesas pagas com ALIMENTAÇÃO E ESTADIA na cidade de Recife/PE, na participação do 110º Seminário Brasileiro de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, procuradores jurídicos, secretários e Assessores Municipais, no Instituto Tiradentes, para recebimento da Medalha Tiradentes, conforme requerimento e

certificado de participação em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação 08 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Secretaria, Grossos/RN, 08 de fevereiro de 2018.

Francisco Richarlyton de Oliveira Gomes

Presidente

Publicado por:
JOÃO PAULO MEDEIROS DE OLIVEIRA
Código Identificador: 408D9F4E

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA 004/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Grossos/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - conceder a Senhora vereadora Ianara Suelen Gomes de Farias Santos. Duas diárias ao preço unitário de R\$ 800,00 (oitocentos reais), cada, totalizando o valor de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), para custear despesas pagas com ALIMENTAÇÃO E ESTADIA na cidade de Recife/PE, na participação do 110º Seminário Brasileiro de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, procuradores jurídicos, secretários e Assessores Municipais, no Instituto Tiradentes, para recebimento da Medalha Tiradentes, conforme requerimento e certificado de participação em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação 08 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Secretaria, Grossos/RN, 08 de fevereiro de 2018.

Francisco Richarlyton de Oliveira Gomes

Presidente

Publicado por:
JOÃO PAULO MEDEIROS DE OLIVEIRA
Código Identificador: 55D803EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 009/2018 - PREGÃO
PRESENCIAL 013/2017 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, CNPJ: 08.587.263/0001-50. Rua Capitão Vicente de Brito, s/n, Centro.

CONTRATADO: IMPACTO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ. 07.796.635/0001-96.

Valor: R\$ 93.503,60 (noventa e três mil quinhentos e três reais e sessenta centavos);

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada em Locação, Contínua, de Mão de Obra, para auxiliar a administração da câmara municipal de Guamaré-RN, em serviços gerais e outros serviços complementares, com intuito de dinamizar a gestão administrativa da câmara, conforme especificações constantes no anexo i deste edital, termo de referência.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município;

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Guamaré

Função: 01 – Legislativa

SubFunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0115 – Manutenção das Atividades Operacionais

Projeto/Atividade: 2137 – Desenvolvimento da Atividade do Poder Legislativo

Código/Red: 339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Assinatura em: 01 de Fevereiro de 2018.

Vigência: 01 de Fevereiro de 2018 a 01 de Fevereiro de 2018.

GUAMARÉ/RN, 01 de Fevereiro de 2018.

EMILSON DE BORBA CUNHA

Presidente da Câmara

Contratante

IMPACTO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA EPP

CNPJ. 07.796.635/0001-96

Brenna Paula de Brito

Código Identificador: 41A1534E

GUAMARÉ/RN, 01 de fevereiro de 2018.

Contratada

EMILSON DE BORBA CUNHA

Publicado por:
JULIO CESAR CERQUEIRA DE OLIVEIRA
Código Identificador: 502F057E

Presidente da Câmara.

Publicado por:
JULIO CESAR CERQUEIRA DE OLIVEIRA
Código Identificador: 6118F826

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 010/2018 - PREGÃO
PRESENCIAL 001/2018 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, CNPJ: 08.587.263/0001-50.

CONTRATADA: 2B LOCAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ. 20.882.584/0001-83.

Valor: R\$ 49.510,00 (quarenta e nove mil quinhentos e dez reais);

OBJETIVO: Registro de Preços, visando Contratação de empresa para a execução dos serviços de locação de veículo com condutor, em regime administrativo e extraordinariamente em horários especiais, com seguro total e quilometragem livre, de acordo com as especificações do Termo de Referência.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município:

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Guimarães

Função: 01 – Legislativa

SubFunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0115 – Manutenção das Atividades Operacionais

Projeto/Atividade: 2137 – Desenvolvimento da Atividade do Poder Legislativo

Código/Red: 339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Assinatura em: 01 de fevereiro de 2018.

Vigência: 01 de Fevereiro de 2018 a 01 de Fevereiro de 2019.

GUAMARÉ/RN, 01 de Fevereiro de 2017.

EMILSON DE BORBA CUNHA

Presidente da Câmara

Contratante

2B LOCAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ. 20.882.584/0001-83

Helio Soares de Barros

CPF. 261.988.945-68

Contratada

Publicado por:
JULIO CESAR CERQUEIRA DE OLIVEIRA
Código Identificador: 5484DB20

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2018**

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Guimarães/RN, CNPJ: 08.587.263/0001-50 Rua Capitão Vicente de Brito, s/n, Centro.

CONTRATADO (A): FRANCISCO EDSON DA SILVA - EPP, CNPJ: 13.231.015/0001-02

Valor Global: R\$ 5.047,00 (Cinco mil e quarenta e sete reais)

OBJETIVO: contratação de empresa para o fornecimento de Gêneros Alimentícios para entrega futura e gradual, mediante solicitação realizada pela Câmara Municipal de Guimarães, para atender as necessidades esta Câmara Municipal.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município:

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Guimarães

Função: 01 – Legislativa

SubFunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0115 – Manutenções das Atividades Operacionais

Projeto/Atividade: 2137 – Desenvolvimento da Atividade do Poder Legislativo

Código/Red: 339030000000 – Material de consumo.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 24, Inciso II.

GUAMARÉ/RN, 08 de fevereiro de 2018.

EMILSON DE BORBA CUNHA

Presidente da Câmara.

Publicado por:
JULIO CESAR CERQUEIRA DE OLIVEIRA

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EXTRATO DE CONTRATO 011/2018 - DISPENSA DE
LICITAÇÃO 012/2018**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, CNPJ: 08.587.263/0001-50 Rua Capitão Vicente de Brito, s/n, Centro.

CONTRATADO: FRANCISCO EDSON DA SILVA – EPP, CNPJ. 13.231.015/0001-02.

Valor Global: R\$ 5.047,00 (Cinco mil e quarenta e sete reais);

OBJETIVO: Contratação de empresa para o fornecimento de Gêneros Alimentícios para entrega futura e gradual, mediante solicitação realizada pela Câmara Municipal de Guimarães, para atender as necessidades esta Câmara Municipal

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município:

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Guimarães

Função: 01 – Legislativa

SubFunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0115 – Manutenções das Atividades Operacionais

Projeto/Atividade: 2137 – Desenvolvimento da Atividade do Poder Legislativo

Código/Red: 339030000000 0006 – Material de Consumo.

Assinatura em: 08 de fevereiro de 2018.

Vigência: 08 de fevereiro a 08 de maio de 2018.

GUAMARÉ/RN, 08 de fevereiro de 2018.

EMILSON DE BORBA CUNHA

Presidente da Câmara

Contratante

FRANCISCO EDSON DA SILVA - EPP

CNPJ. 13.231.015/0001-02

Francisco Edson Da Silva

035.034.764-66

CONTRATADA

Publicado por:
JULIO CESAR CERQUEIRA DE OLIVEIRA
Código Identificador: 60877952

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2018**

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Guimarães/RN, CNPJ: 08.587.263/0001-50, Rua Capitão Vicente de Brito, s/n, Centro.

CONTRATADO (A): JN DE MACEDO JUNIOR ME, CNPJ: 07.953.070/0001-03.

Valor Global: R\$ 3.490,98 (Três mil quatrocentos e noventa reais e noventa e oito centavos).

OBJETIVO: Contratação de empresa para aquisição e recarga de toners e cartuchos, para atender as necessidades desta casa.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município:

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Guimarães

Função: 01 – Legislativa

SubFunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0115 – Manutenção das Atividades Operacionais

Projeto/Atividade: 2137 – Desenvolvimento da Atividade do Poder Legislativo

Código/Red: 339039000000 0011 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Guimarães

Função: 01 – Legislativa

SubFunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0115 – Manutenção das Atividades Operacionais

Projeto/Atividade: 2137 – Desenvolvimento da Atividade do Poder Legislativo

Código/Red: 339030000000 – Material de consumo.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 24, Inciso II.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ**

**GABINETE DA PRESIDENCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
004-2018**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) FELÍPE DE FIGUEIREDO ALVES 08272770407, referente à Fornecedor de serviço de manuseio dos equipamentos sonoros da Câmara Municipal (sala de sessões) e de seu anexo, Auditório Mestre Galinho, no período de fevereiro a dezembro/2018..
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr (a). BARTOLOMEU DOS ANJOS SALES, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.
JARDIM DO SERIDÓ - RN, 07 de Fevereiro de 2018
IRON LUCAS DE OLIVEIRA JÚNIOR
VEREADOR PRESIDENTE

Publicado por:
GENOCLEZIA M M DA ROCHA
Código Identificador: 58C059B1

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 001-2018**

Processo Administrativo CMJ/ RN nº 001/2018

Assunto: Contratação Direta de Serviços de Técnico de Suporte de Rede, Manutenção de Computadores e Serviços de Telecomunicações.

TERMO DE DISPENSA Nº 001/2018

1. Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. De acordo. RATIFICO.
2. HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, ADJUDICADO o objeto respectivo a: SEVERINA LUCIA DE ARAUJO 04976717437 (CNPJ nº 29.391.583/0001-00), perfazendo a importância global de R\$ 7.260,00 (Sete mil, duzentos e sessenta reais), pelo período de onze (11) meses.
3. DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, e fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, a Contratação Direta de Serviços de Técnico de Suporte de Rede, Manutenção de Computadores e Serviços de Telecomunicações, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas da referida Câmara.
4. DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Jucurutu/ RN, 08 de fevereiro de 2018.

Paula Mécia Medeiros de Souza Tôres

Presidente da CMJ

Publicado por:
JOELMA DE FÁTIMA LOPES DE MEDEIROS
Código Identificador: 4B9BF1B1

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU**

**GABINETE DA PRESIDENCIA
PORTARIA Nº 001/2018.***

O Presidente da Câmara Municipal de Macau, Vereador JAIRTON DE ARAUJO MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a(o) servidor(a), ALDINEIA SILVA DA ROCHA, portadora da matrícula nº 02, na função de TECNICO EM ATIVIDADE E SERVIÇOS LEGISLATIVO, de acordo com o Art. 76, da Lei Municipal nº 700/94, de 12.04.94 (Estatuto dos Servidores- Públicos), durante 30(trinta) dias, a partir de 02/01/2018 à 31/01/2018, referente ao período aquisitivo 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Macau/RN, 02 de Janeiro de 2018.

JAIRTON DE ARAÚJO MEDEIROS

PRESIDENTE

*Replicado por incorreção de erro material.

Publicado por:
ERIBERTO FREIRE DA COSTA CHAPRAO
Código Identificador: 63B37352

**GABINETE DA PRESIDENCIA
PORTARIA Nº 002/2018.***

O Presidente da Câmara Municipal de Macau, Vereador JAIRTON DE ARAUJO MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a(o) servidor(a), MAGALI DE OLIVEIRA SILVA, portadora da matrícula nº 08, na função de TECNICO EM ATIVIDADE E SERVIÇOS LEGISLATIVO, de acordo com o Art. 76, da Lei Municipal nº 700/94, de 12.04.94 (Estatuto dos Servidores Públicos), durante 30(trinta) dias, a partir de 02/01/2018 à 31/01/2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Macau/RN, 02 de Janeiro de 2018.

JAIRTON DE ARAÚJO MEDEIROS

PRESIDENTE

*Replicado por incorreção de erro material.

Publicado por:
ERIBERTO FREIRE DA COSTA CHAPRAO
Código Identificador: 58B80954

**GABINETE DA PRESIDENCIA
ATO DA MESA Nº 001, DE 15 DE JANEIRO DE 2018**

Autoriza o Presidente da Câmara a firmar parceria com a OAB/RN com a finalidade de prestar assistência jurídica gratuita à população carente do Município de Macau

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso XVI do art. 8º do Regimento Interno da Câmara;

RESOLVE:

Art.1º Fica o Presidente da Câmara Municipal de Macau autorizado a firmar parceria com a OAB/RN, objetivando a prestação de assistência jurídica gratuita à população carente do Município, nos termos do Termo de Parceria constante no Anexo I, que passa a integrar este Ato.

Art.2º A parceria autorizada por este Ato visa a prestação de serviços à comunidade carente (nos termos da legislação pertinente), de forma gratuita e sem ônus à Câmara Municipal, para a realização de atendimento jurídico e orientações na área civil (Família, Curatela, Registro Civil, dentre outros).

Art.3º Para a efetivação desta Parceria, a OAB/RN se compromete em disponibilizar inicialmente (06) seis advogados, que prestarão serviços de forma gratuita. Em contrapartida, a Câmara Municipal de Macau disponibilizará transporte, alimentação, espaço físico, equipamentos (computador, impressora, nobreak, mobília, acesso a internet wifi, material de consumo (papel, cartucho) e manutenção da respectiva estrutura, de acordo com demandas e solicitações feitas com antecedência razoável pelo parceiro.

Art.4º a presente Parceria não implica em desembolso, a qualquer título presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Art.5º o acordo de Parceria terá eficácia a partir da assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado automaticamente, por conveniência das partes, exceto se houver manifestação expressa em sentido contrário, nos termos da lei.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Macau, 15 de Janeiro de 2018.

JAIRTON DE ARAÚJO MEDEIROS

Presidente

DINARTE ALESSANDRO RAMOS DOS SANTOS

Vice-Presidente

JOSÉ DE ARIMATEIA DANTAS

1º Secretário

MARIA DYANA SILVA DE LIRA

2º Secretária

Publicado por:
ERIBERTO FREIRE DA COSTA CHAPRAO
Código Identificador: 632A0DC3

**GABINETE DA PRESIDENCIA
TERMO DE PARCERIA**

TERMO DE PARCERIA RATIFICANDO ADESÃO DE SOLICITAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MACAU/RN, CELEBRADO ENTRE A

ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA OAB/RN- COAJUR.

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (OAB/RN), sediada na Rua Barão de Serra Branca, S/N, Candelária, no município de Natal/RN, CEP 59065-550, inscrita no CNP/JMF sob o nº 08.451.064/0001-10, por intermédio da Comissão de Assistência Jurídica-COAJUR, neste ato representada pelo seu Presidente, Paulo de Souza Coutinho Filho, portador da identidade nº 943.279 – SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 812.548.814-68 e a Coordenadora da Comissão Maria Margarida Simplicio de Souza, portadora da identidade nº 228544-SSP/RN, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.161.724-20, vem pelo Presente, com a anuência da Câmara do Município de Macau/RN, situada na Rua Rua Martins Ferreira, 235, Centro, Macau/RN, CEP: 59.500-000, inscrita no CNP/JMF 08.304.339/0001-93, neste ato representada pelo seu presidente JAIRTON DE ARAUJO MEDEIROS, portador da identidade nº 1330991, inscrito no CPF/MF sob o nº 852.398.444-53 e a ODEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SUBSEÇÃO DE MACAU/RN, neste ato representada pela sua Presidente Valéria Carvalho de Lucena, portadora da identidade nº 1708587 SSP/RN, inscrita no CPF/MF sob o nº 794428469-49, OAB/RN número nº 3096 firmar o presente termo de parceria ratificando a adesão onde declara anuir com as cláusulas e condições de ajustes.

DAS METAS A SEREM ATINGIDAS

CLÁUSULA PRIMEIRA - Para a efetividade desta parceria, a OAB/RN, por intermédio da sua Coordenadoria da Comissão de Assistência Jurídica da OAB/RN-COAJUR, se compromete em disponibilizar inicialmente 04 (quatro) Advogado(as), que prestarão serviços à comunidade de forma gratuita, sem ônus a instituição proponente para uma vez no mês, dentre as duas últimas semanas, fazer atendimento jurídico e orientações, na área civil (Família, Curatela, Óbito fora do prazo, dentre outros) à população carente do município de Macau, que receba até 2SM (dois salários mínimo), devidamente comprovado e que não possuam bens móveis/imóveis acima de R\$ 30.000,00(trinta mil reais), nos termos da Lei nº 1060/50 e suas alterações. Em contrapartida, a Câmara Municipal de Macau, por intermédio do seu Presidente, disponibilizará de transporte, alimentação, espaço físico, equipamentos (computador, impressora, nobreak, mobília, acesso a internet, wifi, material de consumo(papel, cartucho) e manutenção para o(as) Advogado(as), de acordo com demandas e solicitações feitas com antecedência pelo parceiro.

Manhã das 9h às 13h

Tarde a ser definido no próximo ano

*De acordo com demandas, os horários podem ser alterados, sem prejuízo a outros parceiros.

SEGUNDA

TERÇA (13/03/2018)

Abertura

Horário

QUARTA

DAS AUDIÊNCIAS

CLÁUSULA SEGUNDA - A Presidente da OAB Subseção de Macau/RN, ficará com a responsabilidade de designar Advogado(a), para acompanhar as audiências das ações impetradas pela COAJUR na Comarca de Macau, salvo coincidir com o dia de atendimento.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA - Por parte da OAB/RN, a coordenação desta parceria ficará a cargo da Advogada Maria Margarida Simplicio de Souza, por parte da Câmara Municipal de Macau, a coordenação ficará sob a responsabilidade do presidente Jairton Medeiros e por parte da OAB Subseção de Macau, a coordenação ficará sob a responsabilidade da sua presidente Advogada Valéria Carvalho de Lucena.

CLÁUSULA QUARTA - Este acordo de cooperação não implica em desembolso, a qualquer título presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

DA EFICÁCIA E VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA - Este acordo de Parceria terá eficácia a partir da assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado automaticamente, por conveniência das partes, exceto se houver manifestação expressa em sentido contrário, nos termos da lei.

Natal, 1º de fevereiro de 2018.

PAULO COUTINHO DE SOUZA FILHO

Presidente da OAB/RN

MARIA MARGARIDA SIMPLICIO DE

Coordenadora da COAJUR OAB/RN

VALÉRIA CARVALHO DE LUCENA

Presidente da OAB Subseção de Macau

JAIRTON MEDEIROS

Presidente da Câmara Municipal de Macau

Publicado por:
ERIBERTO FREIRE DA COSTA CHAPRAO
Código Identificador: 71C349BF

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 13, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.**

DECRETA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO-RN, DIAS 12 e 13 DE FEVEREIRO DE 2018 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO-RN, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da referida instituição;

CONSIDERANDO a adesão dos mais diversos órgãos públicos de todas as esferas de poder no país, no período carnavalesco, nos dias em epígrafe;

CONSIDERANDO as atribuições dadas ao Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco-RN, em observância ao disposto no art. 32, inciso XIV, do Regimento Interno desta Instituição Legislativa, em consonância com o disposto no art. 27, inciso III, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO a necessidade de se disciplinar o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO, por fim, a autonomia e independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na Constituição Federal de 1988;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO os expedientes dos dias 12 e 13 de fevereiro de 2018, nos órgãos de expediente interno da Câmara Municipal de Ouro Branco-RN,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ouro Branco/RN, em 08 de fevereiro de 2018.

GENILDO DA SILVA MEDEIROS

PRESIDENTE

Publicado por:
JHONANTA ARIEL AZEVEDO DE LUCENA
Código Identificador: 3DCE08C1

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PARELHAS**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ATO Nº. 001/2018**

HUMBERTO ALVES GONDIM, Presidente da Câmara Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 14, caput, do Regimento Interno da Câmara, e:

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer ponto facultativo nas dependências da Câmara Municipal de Parelhas (Sede e Anexo Legislativo) para ambos os expedientes dos dias 12 e 13 de fevereiro de 2018 (segunda e terça-feira), em virtude do das festividades carnavalescas.

Parágrafo único - No que tange ao dia 14 de fevereiro de 2018 (quarta-feira de cinzas), decreta-se ponto facultativo apenas até o meio-dia.

Art. 2º O presente Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Afixe-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, Câmara Municipal de Parelhas/RN, em 8 de fevereiro de 2018

HUMBERTO ALVES GONDIM

Presidente

Publicado por:
FRANCIMARA ALVES DOS SANTOS MOLINA
Código Identificador: 418D3B88

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PATU**

**GABINETE DA PRESIDENCIA
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2018**

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de PATU-RN, através da Câmara Municipal, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo nº 008/2018 da Dispensa de Licitação nº 004/2018, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, amparada no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando à Contratação de Empresa para aquisição de água Mineral para manutenção das atividades legislativas da CMP, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Assim, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar a Exma. Sra. LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS, Presidente da Câmara Municipal de Patu, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida

ratiificação.

Patu – RN, 01 de fevereiro de 2018.

WALLAS CALIXTA DE MELO

Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS
Código Identificador: 6AF6B756

**GABINETE DA PRESIDENCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
004/2018**

RECONHEÇO: a Dispensa de Licitação nº 004/2018 fundamentada no art. 24, inciso II, da lei nº 8.666 de 21.06.93, e suas atualizações posteriores, para Contratação de Empresa para aquisição de água Mineral para manutenção das atividades legislativas da CMP.

RATIFICO: conforme descreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. WALLAS CALIXTO DE MELO, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Patu – RN, 01 de fevereiro de 2018.

LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS

CPF: 026.418.304-50

Presidente da Câmara Municipal de Patu

Publicado por:
LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS
Código Identificador: 708C0044

**GABINETE DA PRESIDENCIA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2018**

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de PATU-RN, através da Câmara Municipal, em cumprimento a ratiificação procedida pela Sra. LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS, Presidente Câmara Municipal de Patu, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação nº 004/2018 a seguir:

OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de água Mineral para manutenção das atividades legislativas da CMP.

CONTRATADO: ADALCIVAN DA SILVA 02392381010 – CNPJ Nº 12.463.437/0001-40 - Rua Conegomes Heneterio, s/n – fomento- Patu – RN – CEP: 59.770.000.

VALOR TOTAL: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pela Comissão de Licitação e ratiificado pela Sra. LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS, Presidente Câmara Municipal de Patu.

Patu – RN, 01 de fevereiro de 2018.

WALLAS CALIXTO DE MELO

Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS
Código Identificador: 733FF826

**GABINETE DA PRESIDENCIA
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
004/2018**

CONTRATO Nº: 008/2018

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 004/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PATU – RN – CNPJ: 08.396.830/0001-91 – Rua Jose Augusto nº 90 – centro – Patu – RN – CEP: 59.770.000.

CONTRATADO: ADALCIVAN DA SILVA 02392381010 – CNPJ Nº 12.463.437/0001-40 - Rua Conegomes Heneterio, s/n – fomento- Patu – RN – CEP: 59.770.000.

OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de água Mineral para manutenção das atividades legislativas da CMP.

VALOR TOTAL: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 01.001 – Câmara Municipal - 01.031 2001 2001 – Manutenção das atividades da Câmara Municipal - 3000.00 – Despesas Correntes 33.90.30.00 – Material de Consumo.

VIGÊNCIA: 01 fevereiro a 31 de dezembro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 de fevereiro de 2018.

ASSINATURAS: Pela CONTRATANTE: Lucélia Ribeiro Dantas - CPF: 026.418.304-50 - Presidente da Câmara/ pelo CONTRATADO: Adalcivan da Silva 02392381010 – Titular.

Publicado por:
LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS
Código Identificador: 6FA730A5

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº. 007/2018**

DISPÕE ACERCA DA INTUIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO, que dispõe o art. 37, II da Constituição Federal, e tendo em vista a carência de servidor público na administração legislativa municipal;

CONSIDERANDO a deflagração do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal, por até 03 (três) meses, nos termos da Resolução nº 105, de 06 de fevereiro de 2018, para suprir a situação de vacância de cargo efetivo, ocasionadas por licença superior a 30 (trinta) dias,

RESOLVE:

Art. 1º. Criar, por esta Portaria, a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018, que será composta com os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I – Gaspar Dantas Filho – Coordenador de Controle Interno.

II – Francisca Cristiana Soares Ribeiro – Chefe de Tesouraria.

III – Maria José de Freitas Oliveira – Chefe de Gabinete.

Art.2º. A Comissão terá como atribuição a observância aos termos do edital devendo dirimir dúvidas ou questionamentos acerca do Processo Seletivo, cabendo ainda, supervisionar o processo seletivo, de acordo com as normas editalícias, bem como julgar os recursos provenientes do PSS e divulgar os resultados previstos no edital.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Portalegre/RN, 08 de fevereiro de 2018.

Euclides Luiz Pereira Neto

Presidente

Publicado por:
FRANCISCA CRISTIANA SOARES RIBEIRO
Código Identificador: 6367BC5E

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DE FOGO**

**GABINETE DO PRESIDENTE
TERMO DE CANCELAMENTO DISPENSA 002/2018**

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 002/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais, resolve cancelar o Processo de Dispensa de Licitação Nº 002/2018, objetivando o fornecimento de COMBUSTÍVEIS (em bomba) para abastecimento dos veículos pertencentes à Câmara Municipal de Vereadores e a serviço da Câmara na execução do Processo Legislativo e fiscalizatório realizado pela Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Fogo/RN. Constatamos falhas que comprometem os princípios que regem a lei 8.666/93. Diante do exposto, revogamos e arquivamos o Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Rio do Fogo/RN, 16 de Janeiro de 2018.

JUNIELSON COSTA GOMES

?PRESIDENTE

Publicado por:
RODRIGO NERI DE MELO
Código Identificador: 58EF35A4

**GABINETE DO PRESIDENTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2018**

PROCESSO Nº 001/2018

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Rio do Fogo, Estado do Rio Grande do Norte, dando cumprimento ao contido no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8666/93, vem tornar público o resumo do Contrato nº 001/2018, cujo objeto é a Contrato de Prestação de Serviços de apoio administrativo nas áreas de licitações, contratos e acompanhamento processual de receitas e despesas dessa Câmara Municipal, proveniente da Dispensa de Licitação nº 001/2018.

OBJETO: Serviços de apoio administrativo nas áreas de licitações, contratos e acompanhamento processual de receitas e despesas dessa Câmara Municipal CONTRATADA: LB SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS 00965657485 - CNPJ Nº 21.053.551/001-93

VALOR: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente instrumento terá duração de 60 (sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA: 12 de janeiro de 2018.

JUNIELSON COSTA GOMES

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

Publicado por:
RODRIGO NERI DE MELO
Código Identificador: 4E1F3FC8

**GABINETE DO PRESIDENTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2018**

PROCESSO Nº 04/2018

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Rio do Fogo, Estado do Rio Grande do Norte, dando cumprimento ao contido no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8666/93, vem tornar público o resumo do Contrato nº 04/2018, cujo objeto é o Fornecedor de ÁGUA E GÁS DE COZINHA, proveniente da Dispensa de Licitação nº 004/2018.

OBJETO: Fornecedor de ÁGUA E GÁS DE COZINHA.

CONTRATADA: AUTO POSTO SÃO TOMÉ LTDA IV, pessoa Jurídica com CNPJ Nº 04.839.900/0005-01

VALOR: R\$ 4.775,00 (Quatro mil setecentos e setenta e cinco reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente instrumento vigorará até 31/12/2018.

DATA DE ASSINATURA: 12 de janeiro de 2018.

JUNIELSON COSTA GOMES

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

Publicado por:
RODRIGO NERI DE MELO
Código Identificador: 5FCBDDC6

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 011/2018**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e de acordo com a Resolução nº 001/2018,

R E S O L V E:

Art.1 Exonerar o Senhor Josias dos Santos Junior, Brasileiro, solteiro, Inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 080.499.334-31, portador do RG nº 2.767.803-SSP/RN, do cargo em Comissão de: "Chefia de Assuntos Administrativos e Patrimoniais" deste Poder Legislativo.

Art.2 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz - RN, em 08 de fevereiro de 2018.

JEFFERSON MONIK GONÇALO LIMA DE MELO

Presidente

Publicado por:
MARIA NADJANI AMARANTE DO NASCIMENTO
Código Identificador: 3BB618CD

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 012/2018**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e de acordo com a Resolução nº 001/2018,

R E S O L V E:

Art.1 Nomear Verônica Maria de Souza Santos, Brasileira, casada, Insrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 449.570.924-00, portadora do RG nº 483.224-SSP/RN, para o cargo em Comissão de: "Chefia de Assuntos Administrativos e Patrimoniais" deste Poder Legislativo.

Art.2 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz - RN, em 08 de fevereiro de 2018.

JEFFERSON MONIK GONÇALO LIMA DE MELO

Presidente

Publicado por:
MARIA NADJANI AMARANTE DO NASCIMENTO
Código Identificador: 488472A5

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 013/2018**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e de acordo com a resolução nº

001/2018.

Dispõe sobre a concessão de férias aos servidores deste Legislativo:

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor efetivo Maria Aparecida de L. Rodrigues 30 (trinta) dias consecutivos de férias, referente ao período de aquisição de 27/12/2016 a 27/12/2017, com gozo de férias, compreendido de 15/02/2018 a 16/03/2018.

Art.5º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz - RN, em 08 de janeiro de 2018.

Jefferson Monik Gonçalves Lima de Melo

Presidente

Publicado por:
MARIA NADJANI AMARANTE DO NASCIMENTO
Código Identificador: 7335DCAD

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 014/2018**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e de acordo com a Resolução nº 001/2018,

RESOLVE:

Art.1 Fica concedida gratificação mensal de R\$ 500,00 (novecentos reais), desconsiderando a gratificação anterior, pelo exercício da função de "Digitador" ao funcionário efetivo Daniel Luis Nunes Lima de Medeiros, Brasileiro, Solteiro, Inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n.º 051.179.814-80, portador do RG n.º 1.860.642-SSP/RN.

Art.2 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz - RN, em 08 de fevereiro de 2018.

JEFFERSON MONIK GONÇALO LIMA DE MELO

Presidente

Publicado por:
MARIA NADJANI AMARANTE DO NASCIMENTO
Código Identificador: 6284EAAC

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
PORTARIA DE Nº 002 2018**

A Mesa Diretora desta Câmara Municipal de Santa Maria-RN, através de seu Presidente e, no uso de suas atribuições legais e constitucionais resolve

Art.1 - autorizar e atribuir aos senhores Dr. Carlos Bandeira, advogado, Sr. Amarildo contador, e o Sr. Adriano Azevedo secretário desta Câmara Municipal, que além das assessorias prestadas in loco nesta municipalidade, também se disponibilizem no sentido de atuar e representar este poder legislativo em todo e qualquer âmbito dos poderes judiciais e institucionais, inclusive no Tribunal de Contas do Estado, em que está edilidade for parte ou interessada.

Art. 2 - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições ao contrário, Santa Maria 06 de Fevereiro de 2018

Hélio Macedo de Oliveira - Presidente

Publicado por:
ADRIANO DE AZEVEDO SOARES
Código Identificador: 494D9FF9

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 002/2018**

Processo: DISPENSA nº: 003/2018: OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Internet, em transmissão em fibra ótica e de cabo UTP, com Link dedicado e velocidade mínima garantida de 80%, de 12Mbps (download) e 6Mbps (upload) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santana do Matos (RN). Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN. CNPJ: 09.079.344/0001-02, contratado: STAR CONECT TELECOM LTDA, CNPJ: 10.475.182/0001-00; VALOR GLOBAL: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais). Fundamento Legal: Inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993; prazo de vigência 17/01/2018 a 31/12/2018, contrato assinado em 17 de Janeiro de 2018. Dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Paulo de Tarso Bezerra

Presidente

Publicado por:
JOCIFRAN SILVA PEREIRA DE BRITO

Código Identificador: 7326FF61

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 04/2018**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santana do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições regimentais e, ainda, considerando o período alusivo aos festejos carnavalescos que já integra o calendário de eventos tradicionais anuais;

RESOLVE:

Suspender o expediente e o funcionamento das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Santana do Seridó nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro de 2018, retomando as atividades no dia 15 de fevereiro de 2018.

Cientifique-se, Publique-se;

Cumpra-se.

Câmara Municipal de Santana do Seridó, em 08 de Fevereiro de 2018.

Juarez Bezerra de Azevedo

Presidente

Publicado por:
RITA DE CASSIA MORAIS SANTOS
Código Identificador: 56FC9CA8

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO**

**SECRETARIA GERAL DA CÂMARA
ATO Nº 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2018**

AUTORIZA REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Artigo 45, combinado com o inciso IX do Artigo 47 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo Antônio/RN, faço saber que a Mesa Diretora aprovou e eu GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA Presidente da Câmara Municipal PROMULGO o presente ATO Nº 003/2018.

Considerando da necessidade do remanejamento com base no princípio constitucional expresso na Constituição Federal, Artigo 167, Inciso VI, combinado com Lei Federal nº 4.320/1964, Artigo 66 e em observância a Lei Orçamentária Anual do Município de Santo Antonio/RN, Lei Municipal nº 1.449 de 05 de dezembro de 2017, consignados ao orçamento da Câmara Municipal.

RESOLVE:

Art.1º – Fica autorizado o remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento vigente da Câmara Municipal de Santo Antonio/RN, assim discriminado:

0001 – REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo.

Grupo de natureza da despesa.....3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 125.100,00 (cento e vinte cinco mil e cem reais).

Art.2º – Fica autorizado a redução ou anulação de dotação orçamentária vigente da Câmara Municipal de Santo Antonio/RN, assim discriminado:

0002 – REDUÇÃO OU ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

1.001 – Melhoría na Sede da Câmara Municipal.

Grupo de natureza da despesa.....4.4.90.51.99 – Outras Obras e instalações.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo.

Grupo de natureza da despesa.....3.3.90.36.00 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Grupo de natureza da despesa.....3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 40.100,00 (quarenta mil e cem reais).

Art.3º - O remanejamento realizado obedecerá a classificação orçamentária do mesmo grupo de natureza das despesas.

Art.4º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, Santo Antônio/RN, em 02 de janeiro de 2018.

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA

Vereador Presidente

Publicado por:
ALEXSANDRA COSTA CARVALHO
Código Identificador: 596565F6

**SECRETARIA GERAL DA CÂMARA
ATO Nº 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2018**

AUTORIZA REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Artigo 45, combinado com o inciso IX do Artigo 47 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo Antônio/RN, faço saber que a Mesa Diretora aprovou e eu GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA Presidente da Câmara Municipal PROMULGO o presente ATO Nº 004/2018.

Considerando da necessidade do remanejamento com base no princípio constitucional expresso na Constituição Federal, Artigo 167, Inciso VI, combinado com Lei Federal nº 4.320/1964, Artigo 66 e em observância a Lei Orçamentária Anual do Município de Santo Antonio/RN, Lei Municipal nº 1.449 de 05 de dezembro de 2017, consignados ao orçamento da Câmara Municipal.

RESOLVE:

Art.1º – Fica autorizado o remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento vigente da Câmara Municipal de Santo Antonio/RN, assim discriminado:

0001 – REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo.

Grupo de natureza da despesa.....3.1.90.13.00.02 – Contribuições Previdenciárias - INSS.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 88.100,00 (oitenta e oito mil e cem reais).

Art.2º – Fica autorizado a redução ou anulação de dotação orçamentária vigente da Câmara Municipal de Santo Antonio/RN, assim discriminado:

0002 – REDUÇÃO OU ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo.

Grupo de natureza da despesa.....3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Grupo de natureza da despesa.....3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Grupo de natureza da despesa.....4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais).

Art.3º - O remanejamento realizado obedecerá a classificação orçamentária do mesmo grupo de natureza das despesas.

Art.4º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, Santo Antônio/RN, em 02 de janeiro de 2018.

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA

Vereador Presidente

Publicado por:
ALEXSANDRA COSTA CARVALHO
Código Identificador: 681E3AF5

**SECRETARIA GERAL DA CÂMARA
ATO Nº 005 DE 04 DE JANEIRO DE 2018**

AUTORIZA REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Artigo 45, combinado com o inciso IX do Artigo 47 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo Antônio/RN, faço saber que a Mesa Diretora aprovou e eu GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA Presidente da Câmara Municipal PROMULGO o presente ATO Nº 005/2018.

Considerando da necessidade do remanejamento com base no princípio constitucional expresso na Constituição Federal, Artigo 167, Inciso VI, combinado com Lei Federal nº 4.320/1964, Artigo 66 e em observância a Lei Orçamentária Anual do Município de Santo Antonio/RN, Lei Municipal nº 1.449 de 05 de dezembro de 2017, consignados ao orçamento da Câmara Municipal.

RESOLVE:

Art.1º – Fica autorizado o remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento vigente da Câmara Municipal de Santo Antonio/RN, assim discriminado:

0001 – REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo.

Grupo de natureza da despesa.....3.3.30.41.00 – Contribuições FECAMRN.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais).

Art.2º – Fica autorizado a redução ou anulação de dotação orçamentária vigente da Câmara Municipal de Santo Antonio/RN, assim discriminado:

0002 – REDUÇÃO OU ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo.

Grupo de natureza da despesa.....3.3.90.47.00 – Obrigações Tributárias e Contributivas.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais).

Art.3º – O remanejamento realizado obedecerá a classificação orçamentária do mesmo grupo de natureza das despesas.

Art.4º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, Santo Antônio/RN, em 04 de janeiro de 2018.

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA

Vereador Presidente

Publicado por:
ALEXSANDRA COSTA CARVALHO
Código Identificador: 48958FFA

**SECRETARIA GERAL DA CÂMARA
ATO Nº 006 DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

AUTORIZA, REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Artigo 45, combinado com o inciso IX do Artigo 47 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo Antonio/RN, faço saber que a Mesa Diretora aprovou e eu GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA Presidente da Câmara Municipal PROMULGO o presente ATO Nº 006/2018.

Considerando da necessidade do remanejamento com base no princípio constitucional expresso na Constituição Federal, Artigo 167, Inciso VI, combinado com Lei Federal nº 4.320/1964, Artigo 66 e em observância a Lei Orçamentária Anual do Município de Santo Antonio/RN, Lei Municipal nº 1.449 de 05 de dezembro de 2017, consignados ao orçamento da Câmara Municipal.

RESOLVE:

Art.1º – Fica autorizado o remanejamento de dotações orçamentárias do orçamento vigente da Câmara Municipal de Santo Antonio/RN, assim discriminado:

0001 – REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo.

Grupo de natureza da despesa.....3.3.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 380,81 (trezentos e oitenta reais e oitenta e um centavos).

Art.2º – Fica autorizado a redução ou anulação de dotação orçamentária vigente da Câmara Municipal de Santo Antonio/RN, assim discriminado:

0002 – REDUÇÃO OU ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo.

Grupo de natureza da despesa.....3.1.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil.

01000 – Recursos Ordinários.

Valor R\$ 380,81 (trezentos e oitenta reais e oitenta e um centavos).

Art.3º – O remanejamento realizado obedecerá a classificação orçamentária do mesmo grupo de natureza das despesas.

Art.4º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, Santo Antônio/RN, em 22 de janeiro de 2018.

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA

Vereador Presidente

Publicado por:
ALEXSANDRA COSTA CARVALHO
Código Identificador: 45165439

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE**

**CAMARA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO OESTE
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Comissão de Licitação do Município de SÃO FRANCISCO DO OESTE, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) WALLACE DE CALDAS MARTINS, SECRETÁRIO, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: Contratação de empresa especializada em serviços de internet via rádio para atender as necessidades da Câmara São Francisco do Oeste/rn.
Contratado.....: NET ONLINE LTDA ME valor contratado R\$: 1.078,80

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) WALLACE DE CALDAS MARTINS, SECRETÁRIO, SÃO FRANCISCO DO OESTE - RN, 12 de Janeiro de 2018

FRANCISCO DE AQUINO VIANA
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
WALLACE DE CALDAS MARTINS
Código Identificador: 5E13D359

**CAMARA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO OESTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA**

A Comissão de Licitação do Município de SÃO FRANCISCO DO OESTE, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE, consoante autorização do(a) Sr(a) WALLACE DE CALDAS MARTINS, SECRETÁRIO, vem abrir o presente processo administrativo para contratação de empresa especializada em serviços de internet via rádio para atender as necessidades da Câmara São Francisco do Oeste/rn.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998, que permitem tal procedimento, tendo em vista que o valor da compra não ultrapassa os 10% do limite previsto no inciso II, alínea "a", do art. 23, do diploma legal supracitado.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

I - OMISSIS

II - "Para outros serviços e compras de valor at 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do Artigo anterior, e pra alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de SÃO FRANCISCO DO OESTE, atendendo à demanda do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com NET ONLINE LTDA ME, no valor de R\$ 1.078,80 (um mil, setenta e oito reais e oitenta centavos), levando-se em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

SÃO FRANCISCO DO OESTE - RN, 05 de Janeiro de 2018

FRANCISCO DE AQUINO VIANA

Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
WALLACE DE CALDAS MARTINS
Código Identificador: 4EE646A9

**CAMARA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO OESTE
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação do(a) NET ONLINE LTDA ME, referente à contratação de empresa especializada em Serviços de Internet via rádio para atender as necessidades da Câmara São Francisco do Oeste/rn..
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr (a). FRANCISCO DE AQUINO VIANA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.
SÃO FRANCISCO DO OESTE - RN, 05 de Janeiro de 2018
WALLACE DE CALDAS MARTINS

SECRETARIO

Publicado por:
WALLACE DE CALDAS MARTINS
Código Identificador: 419A5844

**CAMARA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO OESTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA**

A Comissão de Licitação do Município de SÃO FRANCISCO DO OESTE, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE, consoante autorização do(a) Sr(a) WALLACE DE CALDAS MARTINS, SECRETÁRIO, vem abrir o presente processo administrativo para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de software de folha de pagamento, junto a Câmara Municipal de São Francisco do Oeste - RN.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998, que permitem tal procedimento, tendo em vista que o valor da compra não ultrapassa os 10% do limite previsto no inciso II, alínea "a", do art. 23, do diploma legal supracitado.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

I - OMISSIS

II - "Para outros serviços e compras de valor at 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do Artigo anterior, e pra alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de SÃO FRANCISCO DO OESTE, atendendo à demanda do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil, duzentos reais), levando-se em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

SÃO FRANCISCO DO OESTE - RN, 05 de Janeiro de 2018

FRANCISCO DE AQUINO VIANA

Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
WALLACE DE CALDAS MARTINS
Código Identificador: 62489DE5

**CAMARA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO OESTE
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação do(a) ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, referente à contratação de empresa para prestação de serviços de locação de software de folha de pagamento, junto a Câmara Municipal de São Francisco do Oeste - RN. RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr (a). FRANCISCO DE AQUINO VIANA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.
SÃO FRANCISCO DO OESTE - RN, 05 de Janeiro de 2018
WALLACE DE CALDAS MARTINS
SECRETARIO

Publicado por:
WALLACE DE CALDAS MARTINS
Código Identificador: 693174FB

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**

**GABINETE DA PRESIDENCIA
LEI ORDINÁRIA Nº 413, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

Dispõe sobre os novos vencimentos dos cargos de pavimento efetivo da Câmara Municipal, em razão do valor do novo salário mínimo nacional, fixado pelo Decreto nº 9.255, de 29 de dezembro de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º- A partir de 1º de janeiro de 2018, os vencimentos dos cargos efetivos de Auxiliar Administrativo e de Auxiliar de Serviços Gerais, ambos pertencentes a estrutura administrativa da Câmara Municipal de São José do Seridó/RN, passam a ser os que estão previstos no Anexo Único desta Lei Ordinária.

Art.2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó-RN, 26 de janeiro de 2018.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO

Prefeita Municipal
ANEXO UNICO

CARGO / VENCIMENTO (R\$)

Auxiliar Administrativo / 954,00

Auxiliar de Serviços Gerais / 954,00

Publicado por:
JEFFERSON ANDERSON MEDEIROS CELESTINO
Código Identificador: 76EFCDD3

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 01/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Dispõe sobre a concessão de ponto facultativo no dia 09 de fevereiro de 2018, no âmbito da Câmara Municipal de São Tomé/RN.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder aos servidores da Câmara Municipal ponto facultativo no dia 09 de fevereiro (sexta-feira) durante de todo o expediente, em face do feriado de Carnaval que ocorrerá entre os dias 10 à 14 de fevereiro.

Art. 2º. O expediente voltará ao normal no dia 15 de fevereiro do corrente ano.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEIA-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRAM-SE.

José Nilton Ferreira

Presidente

Rua Florêncio Luciano, S/N – Bairro Potengi - São Tomé / RN - CEP 59.400-000 - Fone: (84) 3258-2272

CNPJ: 08.457.640/0001-37 E-mail: camaramunst@bol.com.br

Publicado por:
LUIZ RICARDO DE MELO COSTA
Código Identificador: 5BA2D9BC

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE – RN, no uso de suas atribuições legais e considerando os dispositivos previstos no EDITAL Nº 001/2014 - CONCURSO PÚBLICO e a relação de candidatos aprovados e homologados pelo Decreto Municipal nº 003/2015, divulgada no endereço eletrônico <http://www.cpcn.uerp.br>, e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, considerando ainda a desistência da candidata classificada em 1ª colocação para o mesmo cargo,

RESOLVE:

1. Convocar o candidato aprovado e classificado em 2ª colocação, abaixo identificado, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação por correspondência, comparecer ao prédio-sede da Câmara Municipal de São Vicente/RN localizada à Rua Senador Agenor Maria nº 270, Centro, São Vicente/RN, no horário de expediente de 08h00 às 12h, portando documentos e exames exigidos abaixo mencionados e constantes do edital do concurso, observada a ordem de classificação e o cargo abaixo mencionado, valendo destacar que o não comparecimento no prazo estipulado implicará na sua eliminação automática do Concurso Público e permitirá à Câmara Municipal convocar o próximo candidato classificado. Ainda mais, caso Vossa Senhoria não tenha interesse na assunção do referido cargo, poderá comunicar a desistência através do email da Câmara Municipal de São Vicente (camara.sv@hotmail.com).

CARGO: PROCURADOR JURIDICO (CÂMARA MUNICIPAL)

2º COLOCADO: DANYELLY KARLA ARAUJO

Enfatizamos que a candidata ora convocada deverá providenciar, às suas expensas, os exames laboratoriais e complementares a seguir relacionados:

EXAMES LABORATORIAIS:

1. Raio X do tórax, hemograma completo, glicemia de jejum, colesterol total e frações, triglicérides, TGO, TGP, VDRL, ácido úrico, sumário de urina, preventivo ginecológico e exame oftalmológico completo (acuidade visual);

1. Para os candidatos acima de 40 anos: ECG, mamografia (para as candidatas do sexo feminino) e PSA (para os candidatos do sexo masculino).

OBSERVAÇÕES:

1.1. Somente serão aceitos exames realizados até 30 dias imediatamente anteriores à data do comparecimento à Coordenação de pessoal;

1. Durante a avaliação da capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a depender da necessidade de esclarecimento de diagnóstico, a critério da equipe de avaliação médica.
2. Em todos os exames deverá constar além do nome o número da carteira de identidade do candidato, sendo motivo de inautenticidade do documento a inobservância e/ou omissão do referido número.

1.4.. A avaliação de sanidade e capacidade física e mental declarará o candidato apto ou inapto para o exercício do cargo público, tendo, portanto, caráter eliminatório.

1.5. Os candidatos aptos ao exercício devem comparecer, no prazo concedido, ao prédio-sede da Câmara Municipal situado à Rua Senador Agenor Maria nº 270, Centro, São Vicente/RN, munidos dos originais e respectivas cópias dos seguintes documentos:

DOCUMENTOS EXIGIDOS:

- Certidão Nascimento ou Casamento
- Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos ou de até 24 anos se for estudante em curso superior reconhecido pelo MEC;
- 01 (uma) foto 3X4 recente, colorida (fundo branco);
- CPF;
- Cédula de Identidade;
- Última Declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal e/ou Declaração de Bens de próprio punho;
- Título de Eleitor (com comprovante da última eleição ou certidão da quitação eleitoral fornecida pelo cartório eleitoral);
- Documento de inscrição no PIS/PASEP, caso possua;
- Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para os candidatos do sexo masculino;
- Diploma e/ou Certificado (conforme Capítulo II do edital Nº 001/2015) que comprove a respectiva escolaridade/habilitação legal;
- Registro no Conselho de Ordem;
- Conta bancária;
- Comprovante de residência;
- Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço - CTPS
- CNH na categoria D, para os candidatos ao cargo de motorista;
- Certidões Negativas de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e do Estado do Rio Grande do Norte, para fins empregatícios;
- Laudo Médico da avaliação de sanidade e Capacidade Física e Mental;
- Declaração de inexistência de vínculo empregatício com a administração pública;
- Cartão Nacional de Saúde

São Vicente/RN, 8 de fevereiro de 2018

Vereador Erivan Freitas de Medeiros

Presidente

Publicado por:
IZABEL CRISTINA DANTAS DE AZEVEDO
Código Identificador: 54948798

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 001/2018**

CONTRATO Nº 20170015

Contratante: Câmara Municipal de Serra de São Bento/RN, CNPJ n.º 09.390.022/0001-80

Contratada: F A DE BULHÕES - ME, CNPJ n.º 23.361.094/0001-20

Da prorrogação do prazo: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 20170015, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada e/ou profissional autônomo em assessoria nas áreas técnico contábil, financeira, orçamentária, patrimonial por meio de sistema informatizado para a Câmara Municipal de Serra de São Bento/RN, devendo o presente termo ter sua vigência a partir da data de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Serra de São Bento/RN, 01 de janeiro de 2018.

FELIPE ALBURQUERQUE BULHÕES

P/ Contratante

JOÃO PAULINO DOS SANTOS

P/ Contratado

Dado ciência, registrado e publicado, em 01 de Janeiro de 2018, no átrio da Prefeitura Municipal de Serra de São Bento/RN, em mural próprio para tal, devendo permanecer até 31/01/2018, nos termos da legislação em vigor.

Publicado por:
MARIA SANGELA PEREIRA DANTAS
Código Identificador: 50D39696

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2018**

* MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Art. 22, inciso III e Art. 13 da Lei 8.666/93;

* CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS-RN

* CONTRATADA: M A OLIVEIRA ASSESSORIA

* OBJETO: Contratação de Empresa ou Profissional Habilitado para Prestação de Serviços especializados de Assessoria Técnica Administrativa, conforme descritos no anexo I deste Edital.

* VALOR MENSAL.....: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)

* VALOR GLOBAL.....: R\$ 33.000,00 (Trinta e três Mil Reais)

* PRAZO.....: 08/02/2018 a 31/12/2018;

* DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.001.2001 - 3.3.90.3.9 – Outros Serviços de Terceiros-PJ

* RECURSOS FINANCEIROS.....: Próprios do Poder Legislativo

* PUBLICAÇÃO: Tempo Hábil: Quadro de Avisos da Câmara Municipal e FECAM

Publicado por:
FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA
Código Identificador: 669279E5

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2018**

* MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Art. 22, inciso III e Art. 13 da Lei 8.666/93;

* CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS-RN

* CONTRATADO: JARISMAR VIEIRA DE SOUSA

* OBJETO: Contratação de Empresa ou Profissional Habilitado para Prestação de Serviços de Gestão de Contratos, conforme descritos no anexo I deste Edital.

* VALOR MENSAL.....: R\$ 2.500,00 (Dois mil e Quinhentos reais)

* VALOR GLOBAL.....: R\$ 27.500,00 (Vinte e sete Mil e quinhentos Reais)

* PRAZO.....: 08/02/2018 a 31/12/2018;

* DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.001.2001 - 3.3.90.3.6 – Outros Serviços de Terceiros-PF

* RECURSOS FINANCEIROS.....: Próprios do Poder Legislativo

* PUBLICAÇÃO: Tempo Hábil: Quadro de Avisos da Câmara Municipal e FECAM

Publicado por:
FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA
Código Identificador: 767B8A35

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2018**

* MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Art. 22, inciso III e Art. 13 da Lei 8.666/93;

* CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS-RN

* CONTRATADO: LO RUAMA LUIA FERNANDES DE QUEIROZ

* OBJETO: Contratação de Empresa ou Profissional Habilitado para Prestação de Serviços de Informação e Geração de Folha de Pagamento, conforme descritos no anexo I deste Edital.

* VALOR MENSAL.....: R\$ 1.400,00 (Hum mil e Quatrocentos reais)

* VALOR GLOBAL.....: R\$ 15.400,00 (Quinze Mil e quatrocentos Reais)

* PRAZO.....: 08/02/2018 a 31/12/2018;

* DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.001.2001 - 3.3.90.3.6 – Outros Serviços de Terceiros-PF

* RECURSOS FINANCEIROS.....: Próprios do Poder Legislativo

* PUBLICAÇÃO: Tempo Hábil: Quadro de Avisos da Câmara Municipal e FECAM

Publicado por:
FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA
Código Identificador: 47CE60A8

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018.**

Declara facultativo o ponto do dia 12 de fevereiro de 2018 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO/RN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E,

Considerando, que a terça-feira dia 13 de fevereiro é feriado nacional em comemoração ao carnaval;

Considerando, que a segunda-feira imediatamente anterior ao referido feriado, como no mesmo não há expediente na comunidade sitionovense, inclusive na iniciativa privada;

Considerando, que o ponto facultativo, se revela conveniente para o público, para os servidores e para os edis, e não traz prejuízos aos trabalhos legislativos programados.

RESOLVE:

Artigo 1º - Decretar como facultativo o Ponto dos servidores da Câmara Municipal de Sítio Novo/RN, o dia 12 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Sítio Novo/RN, 08 de fevereiro de 2018.

José Hélio da Silva

Presidente da Câmara

Publicado por:
FRANCIVALVA BATISTA DE OLIVEIRA
Código Identificador: 6EEB48CD

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE UMARIZAL**

**PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº002/2018 – CMU DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.**

EMENTA: Dispõe sobre a exoneração da Srª Antonia Necicleia Bras de

Oliveira, do Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar desta Câmara Municipal de Umarizal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a enorme carência de funcionários para o auxílio da função legislativa de seus parlamentares;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a senhora ANTÔNIA NECICLEIA BRAS DE OLIVEIRA, CPF Nº 041.992.764-67 e RG Nº 1.698.190 SSP/RN, das funções de Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Umarizal-RN.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, Umarizal-RN, em 02 de fevereiro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA

- VEREADOR PRESIDENTE -

Publicado por:
MILTON LUIZ DA SILVA MEDEIROS
Código Identificador: 4AEB11AD

**PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº003/2018 – CMU DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.**

EMENTA: Dispõe sobre a nomeação da Srª Maria Rozileide da Silva de Oliveira, para o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar desta Câmara Municipal de Umarizal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a enorme carência de funcionários para o auxílio da função legislativa de seus parlamentares;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia a senhora MARIA ROZILEIDE DA SILVA, CPF Nº 970.677.174-34 e RG Nº 001.568.139 SSP/RN, para assumir as funções de Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Umarizal-RN.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, Umarizal-RN, em 05 de fevereiro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA

- VEREADOR PRESIDENTE -

Publicado por:
MILTON LUIZ DA SILVA MEDEIROS
Código Identificador: 44CFA1FA

**PRESIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018**

O Município de UMARIZAL, através da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE UMARIZAL por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público que às 09:00 horas do dia 22 de Fevereiro de 2018, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018-PP, tipo menor preço, para aquisição de combustível automotivo para esta Câmara Municipal de Umarizal/RN, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE UMARIZAL.

O procediemnto licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na RUA JOCELYN VILLAR, 395-CENTRO-UMARIZAL/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

UMARIZAL - RN, 09 de Fevereiro de 2018

JOSÉ VALTER GOMES DA SILVA

Pregoeiro

Publicado por:
MILTON LUIZ DA SILVA MEDEIROS
Código Identificador: 50D04881

**PRESIDÊNCIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº001/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Umarizal/RN, no uso de suas atribuições legais, atendendo o ofício de nº 015/2018, através do presente convoca os senhores vereadores, de acordo com o art. 167, §1º do Regimento Interno, para uma Sessão Extraordinária, que se realizar-se-á na próxima quinta-feira, dia 15 de fevereiro 2018, às 15:00, na sede do Poder Legislativo desta municipalidade, para a apreciação do Projeto de Lei nº 001/2018, que concede o Reajuste do Piso Salarial aos Professores integrantes do quadro de servidores municipais de Umarizal/RN.

Registre-se e publique-se.

Gabinete da Presidência, 08 de fevereiro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA

- VEREADOR PRESIDENTE -

CPF: 301.119.274-04

Publicado por:
MILTON LUIZ DA SILVA MEDEIROS
Código Identificador: 4F2C4BEB

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR**

**GABINETE DA PRESIDENCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO 07020001/18**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) A. F. LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME, referente à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECER MATERIAL DE HIGIENE & LIMPEZA OS QUAIS SERÃO DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VILA FLOR/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). RONNISON LUIZ DA SILVA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2018 Atividade 0101.010310001.2.001 Manut.e Func.da Camara Municipal , Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.22, no valor de R\$ 4.516,16

VILA FLÔR - RN, 07 de Fevereiro de 2018

RONILDO LUIZ DA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VILA FLOR/RN

CPF: 878.750.804-44

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE BREJINHO**

Publicado por:
RONILDO LUIZ DA SILVA
Código Identificador: 74C7F61C

**GABINETE DA PRESIDENCIA
EXTRATO DE CONTRATO 20180008**

CONTRATO Nº.....: 20180008

ORIGEM.....: SEM LICITAÇÃO Nº 07020001/18

CONTRATANTE.....: CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR

CONTRATADA(O).....: A. F. LOCAÇÕES E SERVICOS EIRELI - ME
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECER MATERIAL DE HIGIENE & LIMPEZA OS QUAIS SERÃO DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VILA FLOR/RN

VALOR TOTAL.....: R\$ 4.516,16 (quatro mil, quinhentos e dezesseis reais e dezesseis centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2018 Atividade 0101.010310001.2.001 Manut. e Func.da Camara Municipal , Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.22, no valor de R\$ 4.516,16

VIGÊNCIA.....: 07 de Fevereiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

DATA DA ASSINATURA.....: 07 de Fevereiro de 2018

Publicado por:
RONILDO LUIZ DA SILVA
Código Identificador: 4CB88184

**GABINETE DA PRESIDENCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO 08020001/18**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE NATAL, referente à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECER CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ E E-CPF, PARA ENVIO DAS INFORMAÇÕES DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VILA FLOR/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). RONNISON LUIZ DA SILVA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2018 Atividade 0101.010310001.2.001 Manut. e Func.da Camara Municipal , Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R\$ 358,00

VILA FLÔR - RN, 08 de Fevereiro de 2018

RONILDO LUIZ DA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VILA FLOR/RN

CPF: 878.750.804-44

Publicado por:
RONILDO LUIZ DA SILVA
Código Identificador: 748983D8

**GABINETE DA PRESIDENCIA
EXTRATO DE CONTRATO 20180009**

CONTRATO Nº.....: 20180009

ORIGEM.....: SEM LICITAÇÃO Nº 08020001/18

CONTRATANTE.....: CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR

CONTRATADA(O).....: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE NATAL

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECER CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ E E-CPF, PARA ENVIO DAS INFORMAÇÕES DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VILA FLOR/RN

VALOR TOTAL.....: R\$ 358,00 (trezentos e cinquenta e oito reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2018 Atividade 0101.010310001.2.001 Manut. e Func.da Camara Municipal , Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R\$ 358,00

VIGÊNCIA.....: 08 de Fevereiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

DATA DA ASSINATURA.....: 08 de Fevereiro de 2018

Publicado por:
RONILDO LUIZ DA SILVA
Código Identificador: 68DF39FB

GABINETE DO PRESIDENTE
PORTARIA Nº 011/2018

Abre Crédito Suplementar a Lei Orçamentária nº 688/2016, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BREJINHO-RN, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orçamentária Municipal nº 688/2016, de 22 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Suplementar no Valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), destinado ao reforço da dotação abaixo discriminada:

UNIDADE	01.001	CÂMARA MUNICIPAL DE BREJINHO	
FUNÇÃO	01	LEGISLATIVA	
SUB-FUNÇÃO	031	AÇÃO LEGISLATIVA	
PROJETO ATIVIDADE	2.001	FUNCIONAMENTO DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL	
NATUREZA DA DESPESA	339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.500,00
TOTAL			2.500,00

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao Crédito Suplementar, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias de acordo com o Art. 43 § 1º inciso III, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964.

UNIDADE	01.001	CÂMARA MUNICIPAL DE BREJINHO	
FUNÇÃO	01	LEGISLATIVA	
SUB-FUNÇÃO	031	AÇÃO LEGISLATIVA	
PROJETO ATIVIDADE	2.001	FUNCIONAMENTO DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL	
NATUREZA DA DESPESA	339014	DIÁRIAS - CIVIL	2.500,00
TOTAL			2.500,00

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brejo (RN), em 02 de janeiro de 2018.

OTÁVIO CARLOS DANTAS FILHO

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
 ALZENY LIMA
Código Identificador: 674797E3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EDITAL Nº 001/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL EM NÍVEL MÉDIO, PARA ATUAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE, NA FORMA ESPECIFICADA NO PRESENTE EDITAL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Resolução Nº 105/2018, da Câmara Municipal de Portalegre/RN, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público de não interromper a prestação dos serviços da Administração do Legislativo Municipal de Portalegre, torna público a abertura de Processo Seletivo Simplificado para a contratação por tempo determinado do seguinte profissional: Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) na forma abaixo estabelecida:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado tem o objetivo de selecionar, temporariamente, pessoal, por até 03 (três) meses, nos termos da Resolução 105/2018, contados a partir da assinatura do contrato, para suprir a situação de vacância de cargo efetivo, ocasionada por licença para tratamento da própria saúde superior a 30 (trinta) dias.
- 1.2. O Processo Seletivo Simplificado será realizado pela própria Câmara Municipal de Portalegre, através de sua Secretaria Administrativa.
- 1.3 O Processo Seletivo será supervisionado pelo Senhor Presidente do Legislativo Municipal, com auxílio da Assessoria Jurídica e Controladoria do Legislativo, sendo a Comissão Examinadora designada pelo Poder Legislativo.

2. DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO:

- 2.1. O presente Processo Seletivo tem como escopo o provimento de 01 (uma) vaga para o setor administrativo, conforme quadro de vagas abaixo:
- 2.1.1. Nível Médio

GRUPO OPERACIONAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NUMERO DE VAGAS	REMUNERAÇÃO (R\$)
Auxiliar de Serviços Gerais	40	01	954,00

- 2.2. As atribuições do cargo objeto do presente processo seletivo constam no ANEXO I do Edital;
- 2.3. Poderão concorrer ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – ASG os candidatos(as) possuidores(as), no ato da INSCRIÇÃO, de certificação de conclusão do Ensino Médio;
- 2.3.1. O(a) candidato(a) deve ter disponibilidade de tempo para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais.

3.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

- 3.1. A inscrição do(a) candidato(a) implicará a aceitação total e incondicional das disposições, normas e instruções constantes neste Edital.
- 3.2. Todas as informações prestadas pelo(a) candidato(a), ao inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, serão de sua inteira responsabilidade.
- 3.3. Terá a sua inscrição cancelada e será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o(a) candidato(a) que usar dados de identificação de terceiros para realizar a sua inscrição.
- 3.4. Para efeito de inscrição, serão considerados documentos de identificação:

- a) Carteira expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e por órgãos fiscalizadores (ordens, conselhos, etc.), contendo foto;
- b) Passaporte;
- c) Certificado de Reservista;
- d) Carteira Nacional de Habilitação, contendo foto;

3.5. Cada candidato terá direito apenas a uma inscrição.

3.6. Não será cobrada taxa de inscrição.

4.0. DA INSCRIÇÃO

- 4.1. A inscrição será feita, exclusivamente, na forma presencial do candidato ou de um procurador portando instrumento de procuração devidamente preenchido e assinado de acordo com ANEXO III e entregue na sede da Câmara Municipal de Portalegre, Rua Damião Monteiro de Souza, nº 14, Centro, Portalegre/RN, das 08h00 às 13:00 horas do dia 15 ao dia 16 de fevereiro de 2018.
- 4.2. Toda a documentação referente a inscrição deverá ser entregue em envelope tamanho ofício, com cópias autenticadas da documentação comprobatória ou cópias simples com a apresentação dos

respectivos originais, que serão devolvidas ao candidato(a) após conferência do funcionário público e as cópias devidamente carimbadas.

4.3. Os(as) candidatos(as) deverão apresentar:

- a) Documento de Identificação, de acordo com o item 3.4;
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Ficha de Inscrição devidamente preenchida e constante no ANEXO II;
- d) Diploma ou documento de certificação de conclusão de Ensino Médio;

4.4. No ato da inscrição, o(a) candidato(a) receberá um Comprovante de Inscrição devidamente preenchido e assinado pelo responsável pela inscrição.

4.4.1. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), guardar o Comprovante de Inscrição até a data de divulgação do resultado final.

5.0. DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

5.1. A composição da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado foi nomeada através da Portaria nº 007/2018 da Câmara Municipal de Portalegre, divulgada no Diário Oficial das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte - FECAM em 09 de fevereiro de 2018.

6.0. DA SELEÇÃO

6.1. O Processo Seletivo Simplificado para os(as) candidato(as) será constituído de Avaliação Curricular.

6.2. A Avaliação Curricular será realizada com base na pontuação e os critérios definidos no item 6.3 deste Edital, todos devidamente comprovados;

6.3. Dos critérios de avaliação:

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência profissional no serviço público – 1,5 (um virgula cinco) ponto por cada 03 meses de atuação, limitando-se a 6 (seis) pontos	6,0
Experiência profissional no serviço privado – 1,00 (um) ponto por cada 03 meses de atuação, limitando-se a 4 (quatro) pontos.	4,0

6.4. Da comprovação da experiência.

6.4.1. A experiência profissional no serviço público deverá ser comprovada por meio de contrato administrativo de prestação de serviços, CTPS ou Certidão emitida pelo órgão em que o candidato(a) tenha prestado serviço e, no setor privado, deverá ser comprovada mediante apresentação de cópia do contrato de trabalho anotado em CTPS-Carteira de Trabalho e Previdência Social.

7.0. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Os(as) candidatos(as) inscritos(as), após sua documentação avaliada pela Comissão Examinadora, serão classificados(as) por ordem crescente;

7.2. Em caso de empate entre candidatos(as) concorrentes, serão utilizados como critérios de desempate, as seguintes condições:

- a) maior pontuação no critério Experiência Profissional.
- b) maior idade.
- c) maior número de filhos.

8.0. DO RESULTADO

8.1. O(A) candidato(a) deverá consultar, no Mural da Câmara Municipal de Portalegre e no Diário Oficial das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte (sistemascactus.com.br/fecamrn/diariooficial/), o dia e o horário em que será divulgado o Resultado Final.

9.0. DO CALENDÁRIO

DATA	ATIVIDADE
09/02/2018	Publicação do Edital – Edição 09/02/2018
15 a 16/02/2018	Período de inscrição e entrega da documentação probatória, conforme item 4.0
19/02/2018	Resultado parcial – Edição 20/02/2018
20 a 21/02/2018	Apresentação de recurso de acordo com ANEXO IV
22/02/2018	Resultado final – Edição 23/02/2018
23/02/2018	Convocação do aprovado – Edição 26/02/2018

9.0. DO PREENCHIMENTO DA VAGA E DA CONVOCAÇÃO

9.1. A vaga definida no subitem 2.1 deste Edital será preenchida segundo a ordem crescente de classificação final dos(as) candidatos(as).

9.2. A convocação será realizada conforme prioridade e a necessidade do serviço considerando a necessidade especificada no item 1.1, devendo o(a) convocado(a) se apresentar no horário das 08:00 às 13:00 horas na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal no endereço: Rua Damião Monteiro de Souza, nº. 14, Centro - Portalegre/RN.

9.3. A convocação será realizada pela Secretaria Administrativa através de carta direcionada ao candidato convocado.

9.3.1. Estará desclassificado(a) automaticamente, o(a) candidato(a) que não comparecer e não apresentar, no ato da convocação, a documentação original exigida no subitem 4.3.

9.4. Documentação original e cópias (duas cópias de cada documento) exigida na ocasião da convocação:

- a) cópia do diploma ou de declaração de conclusão do Curso para o cargo pretendido;
- b) 02 (duas) fotografias 3 x 4 (iguais). Não serão aceitas fotografias reproduzidas por scanners ou qualquer meio eletrônico semelhante;
- c) Carteira de identidade;
- d) CPF;
- e) Título de Eleitor com declaração de quitação eleitoral;
- f) Carteira de Trabalho (CTPS);
- g) Certificado Militar (para candidatos do sexo masculino);
- h) Comprovante de Residência;
- i) Declaração de disponibilidade de carga horária para o cargo pretendido (Anexo V);
- j) Os documentos referidos nas letras "c" a "i" do item 9.4 deverão ser originais e serão utilizados, apenas, para o cadastro.
- k) Trazer os seguintes exames de saúde: Hemograma Completo, Sumário de Urina e VDRL, com validade de até 90 dias e Carteira de Vacinação atualizada.
- l) Atestado/declaração de antecedentes criminais fornecido pelo órgão competente.

9.5. O candidato aprovado será contratado através de contrato por tempo determinado, observando os prazos estabelecidos na Resolução nº. 105/2018.

10.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. É inteira responsabilidade do(a) candidato(a), acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo simplificado, no Mural da Câmara Municipal de Portalegre e/ou por meio do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte (sistemascactus.com.br/fecamrn/diariooficial/).

10.2. A aprovação e a classificação de candidatos(as) geram para o(a) candidato(a) apenas a expectativa de direito à contratação, limitada ao prazo de validade do presente processo seletivo simplificado que é de 03 (três) meses e observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos, bem como a conveniência e ao interesse da Administração Pública.

10.3. O(A) candidato(a) aprovado(a) no presente processo seletivo simplificado, quando convocado(a) para a contratação, deverá se apresentar munido(a) dos documentos relacionados no item 9.4 deste Edital e ter disponibilidade imediata para assumir o cargo.

10.4. O(A) candidato(a) convocado(a) que não se apresentar no local e prazo estabelecidos no ato de convocação será considerado(a) pela Câmara Municipal de Portalegre como desistência do(a) candidato(a) para sua contratação e gerando o direito de convocar o(a) próximo(a) candidato(a) classificado(a).

10.5. Com base na legislação vigente, a Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Portalegre reserva-se o direito de manter a documentação utilizada no Processo Seletivo Simplificado e todo o material de aplicação arquivados por 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da divulgação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado e, após esse período, de reciclá-los.

10.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Portalegre/RN obedecendo a legislação vigente.

Portalegre (RN), 08 de Fevereiro de 2018.

Euclides Luiz Pereira Neto

Presidente do Legislativo

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Auxiliar de Serviços Gerais	Efetuar pequenos consertos necessários à conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução; Efetuar serviços de limpeza; Fazer a manutenção preventiva sob orientação da Chefia; Executar outras tarefas correlatas.
-----------------------------	--

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

I - DADOS PESSOAIS DO CANDIDATO Nº de Inscrição: _/2018.

NOME: _____
ENDEREÇO: _____
Cidade: UF: _____
RG: Órgão Emissor: UF: _____
CPF: _____
FONE/CEL: Estado Civil: () Solteiro () Casado () Outro.
CARGO: Nº. de filhos: _____

II -DESCRIÇÃO RESUMIDA DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE PELO CANDIDATO NO ATO DA INSCRIÇÃO, CONFORME ITEM 6.3 DO EDITAL (com exceção dos documentos de identificação constante no item 3.4 do Edital).

Descrição dos títulos e/ou experiência:	Qde de fls.
TOTAL	

Declaro estar ciente das condições estabelecidas no Edital Nº. 001/2018, que refere ao Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado junto a Câmara Municipal de Portalegre/RN, sob as penas da lei, ser verdadeiras as informações acima prestadas.

Portalegre-RN, _/ _/ _.

--

Assinatura do Candidato Assinatura do Responsável pela Inscrição

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

Nº de Inscrição: _/2018
NOME: _____
ÁREA DE INSCRIÇÃO (CARGO): Auxiliar de Serviços Gerais QUANTIDADE DE FLS.: _____
Portalegre / RN, _/ _/ 2018
Assinatura do(a) Candidato(a) Assinatura do Responsável pela Inscrição

ANEXO III

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de procuração, eu, _____, brasileiro(a), portador(a) do RG nº....., CPF nº....., residente na Rua..... nº..... Bairro....., na cidade de....., Estado do....., nomeio e constituo como meu bastante procurador(a) o(a) Senhor(a)..... brasileiro(a)..... portador do RG nº..... CPF nº..... para fins de promover a minha inscrição no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, do "Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Servidor atuar na Câmara Municipal de Portalegre/RN, Edital nº 001/2017", conferindo ao mandatário, dentro das formalidades permitidas no direito, poderes específicos para, em meu nome, preencher e assinar requerimento, proceder inscrição do concurso, prestar declarações, apresentar documentos, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Para produzir os efeitos legais, firma a presente.

..... de..... de.....

(local e data)

Nome e Assinatura do Outorgante

ANEXO IV

DO RECURSO

À Comissão do Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal no âmbito da Câmara municipal de Portalegre/RN, na forma abaixo especificada:

Nome: _

CPF: _ Identidade nº: _

Título de Eleitor: _

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais - ASG

Endereço Completo: _

Questionamento: _ _ _ _ _

Embasamento: _ _ _ _ _

Portalegre/RN, _ de _ de 2018.

Recorrente

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Declaro para os devidos fins a que se destina esse Processo Seletivo Simplificado, que eu _ portador (a) da identidade nº _e CPF nº_, tenho disponibilidade para exercer as atividades no cargo

pretendido, conforme às necessidades da Câmara Municipal de Portalegre/RN

Caso o candidato possua vínculo empregatício, listar abaixo:

● VÍNCULO PÚBLICO:

1) Local - _

Carga Horária - _

2) Local - _

Carga Horária - _

● VÍNCULO PRIVADO:

1) Local - _

Carga Horária - _

2) Local - _

Carga Horária - _

Portalegre/RN, _ de _ de 2018.

Assinatura do Declarante

Publicado por:
FRANCISCA CRISTIANA SOARES RIBEIRO
Código Identificador: 4AAE135E

Expediente:

Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte - FECAMRN

BIÊNIO 2017/2019

PRESIDENTE - ODAIR ALVES DINIZ(Caicó)

1º Vice – Presidente: CARGO VAGO

2º Vice – Presidente: IRON LUCAS DE OLIVEIRA JUNIOR(Jardim do Seridó)

3º Vice - Presidente: MARIA IZABEL ARAUJO MONTENEGRO(Mossoró)

4º Vice – Presidente: JOSINALDO AMARO DE LIMA(São Tomé)

1º Secretário: JEFFERSON MONIK GONCALO LIMA DE MELO(Santa Cruz)

2º Secretário: LUCELIA RIBEIRO DANTAS(Patú)

1º Tesoureiro: ALLYSON LINDALRIO MARQUES GUEDES(São Paulo do Potengi)

2º Tesoureiro: RAIMUNDO INACIO FILHO(Ex-presidente)

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Fiscal: ALBERT DICKSON DE LIMA(Ex-presidente)

Conselheiro Fiscal: IZABEL CRISTINA DE MELO FERREIRA(Touros)

Conselheiro Fiscal: POLYANA CAVALCANTI DIAS(Nísia Floresta)

Conselheiro Fiscal: DIOGO HENRIQUE MARQUES COSTA(Barcelona)

Conselheiro Fiscal: PEDRO ALVES CABRAL NETO(Felipe Guerra)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

Conselheiro Fiscal: FRANCISCO JOSE LIMA SILVEIRA JUNIOR(Ex-presidente)

Conselheiro Fiscal: MANOEL QUIRINO DA COSTA(Lages)

Conselheiro Fiscal: ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS(São Vicente)

O Diário Oficial das Câmaras municipais do Estado do Rio Grande do Norte é uma
solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ**

Relação dos Credores por ordem cronológica de exigibilidades - Recursos Ordinários													
Rio Grande do Norte													
Governo Municipal de Jardim do Seridó													
Câmara de Jardim do Seridó													
Período: 01/01/2018 a 31/01/2018													
Ordenador de Despesa: Iron Lucas de Oliveira Júnior CPF: XXX.425.324-51													
LISTA CLASSIFICATÓRIA DE PEQUENOS CREDORES (PROCESSOS LICITATÓRIOS DE ATÉ R\$ 8.000,00)													
Processo Administrativo	Procedimento Licitatório	Credor	CPF/CNPJ	Contrato Administrativo	Data de Vencimento da Obrigação	Parcela	Número do Documento de Cobrança	Data do protocolo	Data do Atesto	Responsável pelo Atesto	Valor da Liquidação	Data do Efetivo pagamento	Valor Efetivamente pago
012/2017	Dispensa de Licitação 009/2017	Jarbas Araújo dos Santos 76208516404	XX.X43.689/0001-75	005/2017	29 de cada mês	8	NF n.º 068	28/12/2017	28/12/2017	Vanessa Neri de Oliveira	R\$300,00	03/01/2018	R\$300,00
011/2017	Dispensa de Licitação 008/2017	Felipe de Figueiredo Alves 08272770407	XX.X75.169/0001-07	004/2017	29 de cada mês	9	NF n.º 009	28/12/2017	28/12/2017	Vanessa Neri de Oliveira	R\$400,00	03/01/2018	R\$400,00
026/2017	Dispensa de Licitação 020/2017	Miranda Computação e Comércio Ltda	XX.X82.113/0005-80	-	-	-	NF n.º 227.738	15/01/2018	17/01/2018	Luisiane Morais da Fonseca	R\$2.510,00	17/01/2018	R\$2.510,00
006/2017	Dispensa de Licitação 006/2017	Cledilton Medeiros da Silva 054789000450	XXX.780.044-50	001/2017	15 de cada mês	9	NF n.º 016	17/01/2018	17/01/2018	Vanessa Neri de Oliveira	R\$700,00	18/01/2017	R\$700,00
015/2017	Dispensa de Licitação 012/2017	Ayani Kareninne Silva de Azevedo	XXX.618.034-58	013/2017	22 de cada mês	7	NF n.º 132.829	19/01/2018	19/01/2018	Vanessa Neri de Oliveira	R\$250,00	24/01/2018	R\$250,00
025/2017	Dispensa de Licitação 019/2017	Lauriano Henrique Azevedo dos Santos 03697810405	XX.X19.597/0001-61	014/2017	-	1	NF n.º 018	25/01/2018	29/01/2018	Vanessa Neri de Oliveira	R\$7.890,00	30/01/2018	R\$7.890,00
027/2017	Dispensa de Licitação 021/2017	D. Araújo de Brito ME	XX.X53.101/0001-31	-	-	-	NF n.º 417	30/01/2018	30/01/2018	Vanessa Neri de Oliveira	R\$1.280,00	30/01/2018	R\$1.280,00
032/2017	Inexigibilidade de Licitação 003/2018	Federação das Câmaras Municipais do Estado do RN - FECAM - RN	XXX.780.044-50	-	20 de cada mês	1	Convênio 02250	22/01/2018	22/01/2018	Vanessa Neri de Oliveira	22/01/2018	22/01/2018	R\$455,00
LISTA GERAL DE CREDORES (PROCESSOS LICITATÓRIOS ACIMA DE R\$ 8.000,00)													
Processo Administrativo	Procedimento Licitatório	Credor	CPF/CNPJ	Contrato Administrativo	Data de Vencimento da Obrigação	Parcela	Número do Documento de Cobrança	Data do protocolo	Data do Atesto	Responsável pelo Atesto	Valor da Liquidação	Data do Efetivo pagamento	Valor Efetivamente pago
006/2015	Pregão Presencial 001/2015	Asp - Automação Serviços e Produtos de Informática Ltda	XX.X88.268/0001-04	003/2015	30 de cada mês	12	NF n.º 88889	30/01/2018					
009/2017	Pregão Presencial 001/2016	Onda Net Ltda - ME	XX.X48.450/0001-72	019/2016	30 de cada mês	12	NF n.º 2640	31/01/2018					

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

Republicado por incorreção de erro material

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

Canguaretama/RN 15 de dezembro de 2017.

<u>SUMARIO GERAL</u>
TITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL
CAPÍTULO II DAS LEGISLATURAS E DAS SESSÕES LEGISLATIVAS
SEÇÃO I DO INÍCIO DA LEGISLATURA
SEÇÃO II DAS SESSÕES LEGISLATIVAS
SEÇÃO III DO RECESSO
TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL
CAPÍTULO I DA MESA DIRETORA
SEÇÃO I DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA E SEUS SUBSTITUTOS
SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA DIRETORA
SEÇÃO III DO PRESIDENTE
SEÇÃO IV DOS SECRETÁRIOS
SEÇÃO V DO TÉRMINO DOS MANDATOS DO PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTES E SECRETÁRIOS
CAPÍTULO II DOS LÍDERES, VICE-LÍDERES E DAS BANCADAS
CAPÍTULO III DO PLENÁRIO
CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES
SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
SEÇÃO III DA PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES

SEÇÃO IV DOS RELATORES
SEÇÃO V DOS PRAZOS DAS COMISSÕES
SEÇÃO VI DA ORDEM DOS TRABALHOS
SEÇÃO VII DA COMPETÊNCIA GERAL DAS COMISSÕES
SEÇÃO VIII DAS COMISSÕES PERMANENTES
SUBSEÇÃO I COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
SUBSEÇÃO II COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
SUBSEÇÃO III COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE, TRANSPORTE E HABITAÇÃO
SUBSEÇÃO IV COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR
SUBSEÇÃO V COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E DAS MINORIAS
SUBSEÇÃO VI COMISSÃO DE TURISMO
SUBSEÇÃO VII COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
SUBSEÇÃO VIII COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR
SEÇÃO IX DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS
SUBSEÇÃO I DAS COMISSÕES ESPECIAIS
SUBSEÇÃO II DAS COMISSÕES ESPECIAIS DE INQUÉRITO
SUBSEÇÃO III DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO
SEÇÃO X DAS VAGAS NAS COMISSÕES

TÍTULO III DOS VEREADORES
CAPÍTULO I DO EXERCÍCIO DO MANDATO
CAPÍTULO II DA VACÂNCIA
CAPÍTULO III DAS FALTAS E LICENÇAS
CAPÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO DO MANDATO
CAPÍTULO V DAS PENALIDADES
CAPÍTULO VI DA EXTINÇÃO, CASSAÇÃO E INTERRUÇÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR
SEÇÃO I DA EXTINÇÃO E DA PERDA DO MANDATO
SEÇÃO II DO PROCESSO DE CASSAÇÃO
SEÇÃO III DA INTERRUÇÃO DO EXERCÍCIO
TÍTULO IV DAS SESSÕES
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO II DAS SESSÕES ORDINÁRIAS
SEÇÃO I DO PEQUENO EXPEDIENTE
SEÇÃO II DO EXPEDIENTE
SEÇÃO III DA ORDEM DO DIA
SEÇÃO IV EXPLICAÇÕES PESSOAIS
CAPÍTULO III DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

CAPÍTULO IV DAS SESSÕES SOLENES
CAPÍTULO V DAS SESSÕES POPULARES
CAPÍTULO VI DAS SESSÕES ESPECIAIS
CAPÍTULO VII DAS ATAS DAS SESSÕES
TÍTULO V DAS PROPOSIÇÕES
CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO II DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS
SEÇÃO I DAS EMENDAS À <u>LEI ORGÂNICA</u> DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA
SEÇÃO II DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR
SEÇÃO III DOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA
SUBSEÇÃO I DO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR
SEÇÃO IV DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO
SEÇÃO V DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO
SUBSEÇÃO I DA CONCESSÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS DE CIDADÃO CANGUARETAMENSE
SEÇÃO VI DOS PROJETOS DE CODIFICAÇÃO
SEÇÃO VII DOS SUBSTITUTIVOS, DAS EMENDAS E SUBEMENDAS
SEÇÃO VIII DOS PARECERES
SEÇÃO IX DOS REQUERIMENTOS E DAS INDICAÇÕES
TÍTULO VI DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO II DOS TURNOS
CAPÍTULO III DA DISCUSSÃO
SEÇÃO I DO APARTE
SEÇÃO II DA QUESTÃO DE ORDEM E PELA ORDEM
SUBSEÇÃO I DA QUESTÃO DE ORDEM
SUBSEÇÃO II PELA ORDEM
SEÇÃO III RECURSO AO PLENÁRIO
SEÇÃO IV DA PREFERÊNCIA E DO ADIAMENTO
SEÇÃO V DAS VOTAÇÕES
SEÇÃO VI DA URGÊNCIA E DO INTERSTÍCIO
CAPÍTULO IV DA REDAÇÃO FINAL E DOS AUTÓGRAFOS
CAPÍTULO V DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

CAPÍTULO VI DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS
CAPÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
CAPÍTULO VIII DAS INFORMAÇÕES E CONVOCAÇÕES
CAPÍTULO IX DOS PROJETOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS
CAPÍTULO X DA INTERPRETAÇÃO E REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

TÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
TÍTULO VIII DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
TÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

RESOLUÇÃO Nº 008/2017

REGIMENTO INTERNO

**DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Canguaretama aprovou e eu PROMULGO a seguinte Resolução:

Art. 1º O regimento Interno da Câmara Municipal de Canguaretama passa a vigorar nos termos estabelecidos no anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 004, datada de 28 de setembro de 1993.

Sala das Sessões, em Canguaretama, 15 de dezembro de 2017.

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 1º A Câmara Municipal tem sede na Cidade de Canguaretama, Estado do Rio Grande do Norte, desenvolvendo suas atividades no Palácio Gilberto Luiz Gomes.

Parágrafo Único - Havendo motivo relevante, por decisão de maioria absoluta dos Vereadores, a Câmara poderá se reunir em local distinto do fixado no caput deste artigo.

CAPÍTULO II
DAS LEGISLATURAS E DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

SEÇÃO I
DO INICIO DA LEGISLATURA

Art. 2º A Legislatura, com duração de quatro anos, começa no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao das eleições parlamentares municipais e termina no dia 31 de dezembro, quatro anos depois.

Art. 3º A Legislatura se instala com sessão especial de posse dos vereadores no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao das eleições municipais.

§ 1º A sessão especial a que se refere este artigo, será presidida pelo Vereador mais antigo, independentemente de quórum, servindo de Secretários dois Vereadores de legendas diferentes, dentre os mais votados.

§ 2º Quem tiver sido eleito Vereador deve apresentar à Mesa Diretora, até 31 de dezembro do ano da eleição, diploma expedido pela Justiça Eleitoral, bem como declaração de bens e fontes de rendas e de ausência dos impedimentos previstos no art. 44 da Lei Orgânica do Município, recebendo certidão comprobatória.

§ 3º Aberta a sessão especial, o Presidente anunciará os nomes dos Vereadores diplomados e, de pé, proferirá a seguinte declaração:

"Prometo exercer, com dedicação e lealdade, o meu mandato, cumprindo as Leis e respeitando as instituições, promovendo o bem geral do Município de Canguaretama/RN e pugnando pela manutenção da democracia".

§ 4º Ato contínuo, o Primeiro Secretário, também de pé, ratificará esta declaração, igualmente o fazendo cada um dos Vereadores, chamados nominalmente, por ordem alfabética, dizendo: "Assim prometo".

§ 5º O Vereador que não prestar o compromisso na sessão referida neste Artigo, poderá fazê-lo perante o Presidente ou seu substituto legal, desde que o faça dentro de quinze dias, a partir da realização daquela.

§ 6º O Vereador que não tomar posse no prazo previsto no parágrafo anterior, sem motivo justificado, entende-se haver renunciado ao mandato, assim declarando o Presidente, cabendo recurso ao Plenário, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 4º Imediatamente após a posse dos vereadores, proceder-se-á à eleição da

Mesa Diretora, em votação nominal aberta.

§ 1º Para a inscrição de candidaturas, o Presidente suspenderá a sessão por até 05 (cinco) minutos.

§ 2º A votação será, salvo decisão contrária do Plenário, através de CHAPA composta de candidatos concorrentes a todos os cargos da Mesa Diretora e de seus substitutos:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretários.

Art. 5º Eleita e empossada a Mesa Diretora, a Câmara Municipal dará posse ao Prefeito e ao Vice-prefeito, tomando-lhes o compromisso.

SEÇÃO II DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 6º As Sessões Legislativas Ordinárias, que transcorrem durante cada ano, compreendem dois períodos legislativos: o primeiro se estendendo de 15 de fevereiro a 30 de junho e o segundo, de 1º de agosto a 15 de dezembro.

Parágrafo Único - Se os dias referidos no caput deste artigo forem sábado, domingo ou feriado, as sessões que neles deveriam realizar-se, serão transferidas para o primeiro dia útil seguinte.

SEÇÃO III DO RECESSO

Art. 7º A Câmara Municipal entra em recesso de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro do ano seguinte, observadas as regras constantes na Lei Orgânica do Município, no que tange à apreciação e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º Durante os recessos, a Câmara poderá ser convocada:

I - pelo Presidente, atendendo a deliberação da Mesa Diretora ou requerimento de, no mínimo, um terço (1/3) dos Vereadores;

II - pelo Prefeito Municipal, sendo observado o seguinte:

§ 1º a remuneração dos Edis será a expensas do Poder Executivo, observadas as regras contidas neste Regimento;

§ 2º a remuneração em epígrafe não será computada como sendo gasto de pessoal em desfavor da Câmara Municipal e, sim, da Prefeitura Municipal.

Art. 9º A convocação extraordinária, sempre com prazo certo e para apreciação exclusivamente da matéria determinada, é concretizada pelo Presidente com publicação de aviso na imprensa oficial e comunicação pessoal aos Vereadores,

que deverá ser feita com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 10 Recebida a mensagem de convocação extraordinária, feita pelo Prefeito Municipal, de acordo com o inciso II do Art. 8º, o Presidente da Câmara Municipal terá prazo máximo de 72 h para efetivar a medida, observada também a regra do artigo anterior.

TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA MESA DIRETORA

Art. 11 A Mesa Diretora, com mandato de dois anos, compõe-se de Presidente, vice presidente, 1º e 2º Secretários, competindo-lhes a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

§ 1º É permitida a reeleição para os cargos da Mesa Diretora e seus substitutos.

§ 2º Juntamente com os membros da Mesa, serão eleitos seus substitutos, quando necessário.

§ 3º O Vice-presidente, seguindo a ordem de precedência, substituirá o Presidente, em suas faltas, afastamentos e impedimentos, da mesma forma substituirão o 1º e 2º Secretários, obedecida sempre a ordem da numeração respectiva.

§ 4º Durante as sessões, o Presidente tomará assento à Mesa e não deixará sua cadeira enquanto não tiver substituto. O 1º e o 2º Secretários permanecerão à Mesa durante a leitura da ata e do expediente, nas verificações de quórum e chamadas nominais para votação e por todo tempo das sessões especiais e solenes.

§ 5º Ausentes os Secretários, o Presidente convidará qualquer Vereador para substituí-los ocasionalmente.

§ 6º Ausentes os membros da Mesa, a sessão será presidida pelo Vereador mais antigo.

§ 7º Os membros da Mesa não poderão fazer parte de Comissão Permanente.

SEÇÃO I DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA E SEUS SUBSTITUTOS

Art. 12 A eleição da Mesa Diretora e de seus substitutos, bem como o preenchimento de qualquer vaga, será feita por maioria absoluta de votos, em votação nominal aberta.

Parágrafo Único - Não sendo alcançada a maioria por qualquer dos candidatos ou CHAPAS, se procederá a um segundo escrutínio, em que concorrerão apenas os dois candidatos ou CHAPAS mais votados, decidindo-se a eleição por maioria

simples e, em caso de empate, será proclamado eleito o candidato ou CHAPA cujo Presidente seja o Vereador mais idoso.

Art. 13 A Mesa Diretora, com seus substitutos, no início da legislatura, é eleita em sessões especiais e em votação nominal aberta, conforme o Art. 4º deste Regimento.

Art. 14 As eleições da Mesa diretora da Câmara Municipal, no caso de renovação para o segundo biênio, far-se-ão: a eleição da mesa diretora para o segundo biênio será marcada exclusivamente pelo presidente, devendo ser realizada até o dia 31 de dezembro do segundo ano do mandato do 1º biênio, obedecendo a regra dos artigos anteriores, legislatura, devendo as chapas serem apresentadas para registro com antecedência mínima de 24 horas (vinte e quatro horas), sob pena de indeferimento.

Art. 15 Só poderão concorrer à eleição para a Mesa Diretora e seus substitutos os Vereadores titulares e no exercício do mandato, observadas as seguintes exigências e formalidades:

I - Verificação da presença da maioria absoluta dos Vereadores;

II - Chamada dos Vereadores por ordem alfabética;

Parágrafo Único - O 1º Secretário, por determinação do Presidente da Mesa Diretora, fará a chamada nominal dos presentes, e o Presidente proclamará o resultado, para, em seguida, dar posse aos eleitos.

Art. 16 Durante a Sessão Ordinária de eleição da Mesa Diretora e de seus substitutos, os Vereadores podem usar da palavra por 10 (dez) minutos para tratar de assuntos pertinentes à eleição, desde que o faça antes de iniciada a chamada para a votação.

§ 1º Depois do início da chamada de votação, a palavra só será concedida para questão de ordem, por um prazo de 60 segundos.

§ 2º O Vereador poderá solicitar declaração de voto por até 03 (três) minutos.

Art. 17 Ocorrendo, a qualquer tempo, vaga na Mesa Diretora, se procederá à nova eleição para o preenchimento da vaga, exceto para a vaga do Presidente, quando a vaga será assumida pelo Vice-presidente, observadas as regras dos artigos anteriores, devendo a eleição realizar-se até cinco dias após a ocorrência da vaga para o cargo vice-presidente.

Parágrafo único: O vice-presidente da mesa diretora é o substituto legal do presidente, e o substituirá sempre na sua ausência e quando ocorrer afastamento temporário ou definitivo.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA DIRETORA

Art. 18 Compete à Mesa Diretora, privativamente:

I - dirigir os trabalhos do plenário, respeitadas as atribuições exclusivas do Presidente;

- II - promover a regularidade dos trabalhos legislativos e de fiscalização e controle;
- III - dar parecer em todas as proposições que interessem aos serviços administrativos da Câmara, ou alterem este Regimento, exceto quando for autora;
- IV - propor projetos dispendo sobre criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara, inclusive fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V - elaborar o Regulamento dos Serviços Administrativos da Câmara, submetendo-os à aprovação do Plenário;
- VI - encaminhar pedidos de informação ao Poder Executivo, apurando, de ofício, responsabilidades pelo não atendimento;

- VII - promulgar as emendas à Lei Orgânica do Município;
- VIII - propor Projeto de Lei de autorização para a abertura de crédito especial ou suplementar às dotações orçamentárias da Câmara;
- IX - dirigir todos os serviços administrativos da Câmara;
- X - dar conhecimento ao Plenário, através de relatório circunstanciado, na última sessão ordinária do ano, de todas as atividades realizadas;
- XI - propor ação de inconstitucionalidade (Constituição Estadual, art. 71, § 2º, inciso VI), por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador;
- XII - conferir a seus membros atribuições ou encargos referentes aos serviços legislativos, de fiscalização, controle e administrativos;
- XIII - fixar diretrizes para divulgação dos trabalhos da Câmara;
- XIV - adotar medidas adequadas para a promoção e valorização do Poder Legislativo e resguardo de seu conceito perante a opinião pública;
- XV - adotar as providências cabíveis para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra a ameaça ou a prática de ato atentatório ao livre exercício do mandato;
- XVI - promover ou adotar as providências necessárias para o cumprimento de decisão judicial;
- XVII - prover os cargos, empregos e funções dos servidores administrativos da Câmara, observado o disposto no art. 26, inciso II, da Constituição Estadual, bem como conceder a seus ocupantes licença e vantagens e, ainda, colocá-los em disponibilidade, aplicar penalidades, exonerá-los ou demiti-los;
- XVIII - pedir que sejam colocados à disposição da Câmara servidores da Administração Municipal, direta ou indireta;
- XIX - aprovar a proposta orçamentária da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo;
- XX - autorizar a celebração de convênios e de contratos de prestação de serviços;
- XXI - aprovar o orçamento analítico da Câmara;

- XXII - autorizar licitações, dispensá-las, quando prevista a dispensa em Lei, homologar seus resultados e aprovar o calendário de compras e contratação de serviços, podendo delegar, expressamente, poderes a quem de direito, para prática dos demais atos consequentes;

- XXIII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a Prestação de Contas da Câmara;

XXIV - proibir, quando o interesse público recomendar, que sejam gravados, irradiados, filmados ou televisionados os trabalhos da Câmara Municipal;

XXV - determinar a abertura de sindicância e inquéritos administrativos;

XXVI - interpretar, conclusivamente, em grau de recurso, o Regulamento dos Serviços Administrativos;

XXVII - prover a política interna da Câmara;

XXVIII - deferir justificativa de ausência de Vereadores às sessões;

XXIX - aplicar penalidades aos Vereadores, nos limites da competência estabelecida neste Regimento, e representar ao Plenário quando a imposição da pena for da competência deste;

XXX - exercer outras atribuições previstas na Lei Orgânica do Município ou neste Regimento.

§ 1º As funções da Mesa Diretora não se interrompem durante os recessos da Câmara Municipal.

§ 2º Estando a Câmara em recesso, em caso de matéria urgente e inadiável, de interesse exclusivo da Câmara Municipal, poderá o Presidente ou seu substituto legal decidir *ad referendum* da Mesa Diretora e, até mesmo, do Plenário, sobre assunto da competência destes, ficando sujeita à apreciação da Mesa Diretora e do Plenário para ratificação posterior do ato praticado, tão logo a Câmara Municipal retorne do recesso.

§ 3º A Mesa Diretora sempre deliberará pela maioria dos votos do Presidente, vice presidente, do Primeiro e Segundo Secretário.

SEÇÃO III DO PRESIDENTE

Art. 19 O Presidente é o representante da Câmara quando ela se pronunciar coletivamente, o supervisor de seus trabalhos e fiscal de sua ordem, competindo-lhe:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele, autorizado pelo Plenário ou pela Mesa Diretora, quando este Regimento exigir tal autorização;

II - convocar, extraordinariamente, a Câmara, nos termos deste Regimento, devendo concretizar a convocação no prazo de 72 h (setenta e duas horas) do recebimento da mensagem ou do requerimento, ou da deliberação da Mesa;

III - promulgar as Leis, nos termos do art. 55, da Lei Orgânica do Município, ou face ao silêncio do Chefe do Executivo, no prazo do parágrafo 1º do mesmo art. 55;

IV - exercer o cargo de Prefeito Municipal, na hipótese do art. 66, do parágrafo único, da Lei Orgânica;

V - dar posse aos Vereadores, nos termos deste Regimento;

VI - convocar suplentes;

VII - promulgar os Decretos Legislativos e Resoluções, bem como os Atos da Mesa;

VIII - assinar correspondências e ofícios da Câmara;

- IX - cumprir e fazer cumprir este Regimento, sendo o guardião de sua fiel execução;
- X - assinar os autógrafos dos Projetos de Lei e remetê-los à sanção;
- XI - presidir as reuniões da Mesa, distribuindo as matérias que dependam de parecer;

- XII - propor ao Plenário a constituição de Comissão Especial para representação externa da Câmara, designando seus membros, titulares e suplentes;

- XIII - assinar, juntamente com o vice presidente, Primeiro e Segundo Secretários, as atas das sessões plenárias;

- XIV - ordenar as despesas, sendo por elas responsável, nos termos da lei.

Art. 20 Compete ainda ao Presidente, quanto às sessões da Câmara:

- I - presidi-las, mantendo a ordem necessária quanto ao bom andamento dos trabalhos;
- II - conceder a palavra aos Vereadores, advertindo o orador ou o aparteante quanto ao tempo de que ele dispõe;
- III - interromper o orador que se desviar da questão ou, em qualquer momento ou circunstância, proferir expressões que configurem agressão ao decoro, advertindo-o, e, em caso de insistência, cassar-lhe a palavra;
- IV - determinar que discurso ou parte dele que contrariem este Regimento não seja registrado em ata;
- V - convidar Vereador a se retirar do recinto do Plenário, quando ele perturbar a ordem.
- VI - suspender a sessão, quando necessário;
- VII - impedir que os assistentes se manifestem durante as sessões, evacuando a assistência quando preciso;
- VIII - decidir as questões de ordem;
- IX - anunciar o número de Vereadores presentes, tanto no início da sessão, quanto na Ordem do Dia;
- X - anunciar a pauta da Ordem do Dia, sempre com antecedência;
- XI - submeter à discussão e votação a matéria a isso destinada, bem como estabelecer o ponto de questão que será objeto de votação;
- XII - proclamar o resultado da votação e declarar a prejudicialidade;
- XIII - votar como qualquer Vereador;
- XIV - desempatar as votações, quando extensivas, não se computando o voto de desempate para obtenção de maioria qualificada exigida pela Lei Orgânica ou por este Regulamento;
- XV - convocar as sessões, sempre com antecedência mínima de um dia, quer ordinárias, quer extraordinárias, especiais e/ou solenes;
- XVI - determinar, em qualquer fase dos trabalhos, de ofício ou a requerimento de

qualquer Vereador, a verificação do número de Vereadores presentes;

XVII - determinar o destino do expediente lido;

XVIII - designar oradores para as sessões solenes e homenagens;

XIX - decidir os requerimentos sujeitos a seu despacho;

XX - marcar data para comparecimento do Prefeito Municipal, Secretário ou dirigente de Órgão da Administração Indireta e Procurador Geral do Município, quando devam prestar informações em Plenário, nos termos do art. 38, da Lei Orgânica;

XXI - mandar registrar, em livro próprio, as decisões sobre questões de ordem, para que sirvam de precedentes autorizados para a solução de casos análogos, uniformizando as decisões.

Art. 21 Compete também ao Presidente da Câmara Municipal manter a ordem e a disciplina no Palácio Gilberto Luis Gomes e em suas adjacências.

§ 1º O policiamento no Edifício da Câmara Municipal será feito, ordinariamente, por servidores do próprio Poder Legislativo, cabendo ao Presidente, quando necessário, solicitar o reforço policial para a manutenção da ordem e garantia do livre exercício do mandato.

§ 2º Se, no recinto da Câmara Municipal, for cometida alguma infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante e apresentará o preso à autoridade policial competente.

Art. 22 Quanto às proposições, cabe ao Presidente:

I - distribuí-las às Comissões, no prazo de 24:00h. (vinte e quatro horas), a contar de sua leitura no expediente;

II - determinar arquivamento, nos termos regimentais;

III - anunciar, logo após a votação, o destino a ser dado às proposições;

IV - determinar a leitura de qualquer proposição no expediente, na primeira sessão, após o seu recebimento;

V - devolver ao autor a proposição que não esteja devidamente formalizada e em termos que não permitam perceber a vontade legislativa, ou aquelas que versem sobre matéria estranha à competência da Câmara, cabendo recurso ao Plenário, com efeito suspensivo;

VI - zelar pelo cumprimento dos prazos regimentais de tramitação;

VII - encaminhar as conclusões e pareceres das Comissões Especiais e de Inquéritos;

VIII - anexar uma proposição a outra sempre que o caso exigir, observadas as regras deste Regimento Interno;

IX - fazer publicar, em papel ou em meio magnético, todas as proposições em avulsos, incluídas, neles, as proposições acessórias e pareceres, determinando sua distribuição aos Vereadores, com antecedência mínima de um dia da sessão

em que devam entrar em discussão ou votação.

Art. 23 Compete ao Presidente, quanto às Comissões permanentes e especiais:

I - nomear seus membros, ouvidas as indicações dos Líderes de bancadas;

II - declarar ocorrência de vaga, nos termos regimentais;

III - designar Vereador para dar parecer oral, em Plenário, em substituição à Comissão, quando esta não o fizer no prazo regimental nem houver designação por parte do Presidente da Comissão;

IV - convocar os membros nomeados para, em dia e hora que designar, elegerem Presidente e Vice-presidente;

V - julgar recursos contra decisões de Presidente de Comissão em questão de ordem.

Art. 24 Cabe ao Presidente zelar pelo prestígio e decoro da Câmara Municipal, bem como pela liberdade dos Vereadores e dignidade do exercício do mandato parlamentar.

Parágrafo Único - O Presidente assegurará, por todos os meios a seu alcance, a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos, conforme o art. 29 inciso VI da Constituição Federal, e adotará procedimento judicial cabível nos casos de agressão.

Art. 25 Aos Vice-presidentes, segundo sua numeração ordinal, incumbe substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

SEÇÃO IV DOS SECRETÁRIOS

Art. 26 São atribuições do Primeiro Secretário:

I - ler, em Plenário, o resumo da correspondência recebida pela Câmara, bem como as proposições oriundas do Poder Executivo e as dos Vereadores;

II - proceder a chamada dos Vereadores para as votações ou verificação de presença;

III - fazer inscrições de oradores nos livros próprios;

IV - assinar as atas das sessões;

V - inspecionar os serviços administrativos e exercer fiscalização permanente sobre a execução das despesas;

VI - abrir e encerrar o livro de presença dos Vereadores, que ficará sob sua guarda e responsabilidade;

VII - informar ao setor administrativo competente a presença dos Vereadores para efeito de remuneração;

VIII - assinar documento de resultado das votações, com indicação dos votos, abstenções e ausências;

IX - certificar, nos processos legislativos, as deliberações do Plenário e os despachos do Presidente;

X - exercer todas as atribuições administrativas não reservadas à Mesa ou ao Presidente, podendo, delegá-las a servidores da Secretaria;

XI - dar posse aos servidores da Câmara;

XII - fazer leitura de proposições, termos e documentos em sessão, quando determinado pelo Presidente;

XIII - substituir o Vice-presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 27 Compete ao Segundo Secretário:

I - fiscalizar a redação das atas das sessões plenárias, procedendo à sua leitura;

II - redigir e assinar as atas das sessões;

III - substituir o Primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos;

IV - prestar, em sessão, esclarecimento sobre as atas;

V - expedir certidões das atas.

SEÇÃO V **DO TÉRMINO DOS MANDATOS DO PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTES E SECRETÁRIOS**

Art. 28 Os mandatos do Presidente, Vice-presidente e Secretários se encerram, ordinariamente, no final do período para o qual foram eleitos e, ainda:

I - por renúncia manifestada em documento escrito, surtindo efeito a partir de sua leitura em plenário ou publicação na imprensa oficial estando a Câmara em recesso;

II - por perda do mandato de Vereador, nos termos regimentais;

III - pela destituição.

Parágrafo Único - A destituição do Presidente, Vice-presidentes ou Secretários será decretada por decisão plenária, tomada pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando cometida grave irregularidade no exercício do cargo apurada por Comissão Especial, assegurada ampla defesa, aplicando-se, no que couber, as regras regimentais pertinentes à perda de mandato dos Vereadores.

Capítulo II **DOS LÍDERES, VICE-LÍDERES E DAS BANCADAS**

Art. 29 Os Vereadores são agrupados em bancadas, por representações partidárias, ou Blocos Parlamentares.

§ 1º Cada Representação Partidária com assento na Câmara Municipal indicará um líder.

§ 2º Cada Líder, contará com infra-estrutura logística e material suficiente ao exercício de suas funções, poderá indicar Vice-líderes, na proporção de um para cada 3 (três) Vereadores que constituam sua bancada, facultada a designação de um deles como primeiro Vice-líder.

§ 3º A escolha do Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, pela indicação partidária ou após a criação do Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria absoluta dos integrantes da representação.

§ 4º Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação partidária, ou enquanto existir o Bloco Parlamentar que lidera; sendo substituídos em suas faltas, licenças ou impedimentos pelos Vice-líderes.

§ 5º As lideranças das representações partidárias que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

Art. 30 Líderes são os Vereadores escolhidos pela representação partidária ou pela bancada, com a finalidade de representá-las junto aos Órgãos da Câmara.

§ 1º As Bancadas deverão indicar seus Líderes à Mesa até a quinta sessão ordinária de cada período legislativo, em documento subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores que as integram.

§ 2º Enquanto não houver a indicação tratada no parágrafo anterior, a Mesa considerará Líder o Vereador mais idoso.

§ 3º Cada Líder indicará formalmente o seu Vice-líder, que ocasionalmente o substituirá.

Art. 31 O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - falar pela ordem, dirigindo à Mesa comunicações relativas à sua Bancada quando, pela sua relevância e urgência, interessarem ao conhecimento da Câmara, ou, ainda, para indicar, nos impedimentos de membros de Comissões pertencentes à Bancada, os respectivos substitutos;

II - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua Bancada, por tempo não superior a 1 (um) minuto;

III - indicar à Mesa os membros da Bancada para comporem as Comissões.

Art. 32 O Prefeito, mediante ofício dirigido à Mesa Diretora, poderá indicar um Vereador para exercer a Liderança e mais 02 (dois) Vereadores para exercerem a Vice-liderança do Governo, da mesma forma, caberá a Oposição à indicação de um Vereador para exercer a Liderança, os quais gozarão de todas as prerrogativas concedidas às Lideranças.

Parágrafo Único - Os Vereadores que ocuparem as funções de Líder do Governo e da Oposição não poderão acumular com a Presidência de quaisquer Comissões Permanentes ou Temporárias.

Art. 33 Compete aos Líderes das Bancadas a indicação, por escrito, junto à Mesa Diretora, dos membros que deverão compor as Comissões da Câmara.

Art. 34 É facultado aos Líderes, após a Ordem do Dia, o uso da palavra para tratar de assuntos que, por sua relevância e urgência, interessem aos componentes da Câmara.

Parágrafo Único - O líder não poderá ultrapassar o tempo de cinco minutos.

Art. 35 A formação dos blocos parlamentares ocorrerá quando um grupo de Vereadores, em número mínimo de 03 (três), comunicar à Mesa a sua constituição com os respectivos nomes e Líder indicados.

§ 1º Para os fins parlamentares, os Vereadores comunicarão à Mesa o seu desligamento da representação partidária, sempre que vierem a integrar ou formar um bloco parlamentar.

§ 2º O desligamento da representação partidária para integrar um bloco parlamentar, não implicará o desligamento do partido, reduzindo, porém, o quantitativo de sua Bancada de origem, para fins de votação e representação.

CAPÍTULO III DO PLENÁRIO

Art. 36 O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecidos neste Regimento e na Lei Orgânica do Município.

§ 1º Local de deliberação é o recinto destinado às sessões da Câmara, denominado Palácio Gilberto Luis Gomes.

§ 2º Quórum é o número determinado em Lei ou no Regimento, para realização das sessões e deliberações.

Art. 37 As deliberações do Plenário serão tomadas por:

I - maioria simples;

II - maioria absoluta;

III - maioria qualificada.

§ 1º A maioria simples é a que representa o maior resultado de votação, dentre os Vereadores presentes.

§ 2º A maioria absoluta é a que compreende mais da metade dos membros da Câmara.

§ 3º A maioria qualificada é a que atinge ou ultrapassa 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§ 4º As deliberações do Plenário, em qualquer das partes das sessões, só poderão ser tomadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 38

O Plenário deliberará:

I - por maioria absoluta:

- a) Código Tributário do Município;
- b) Código de Obras e Edificações e outros Códigos;
- c) Estatuto dos Servidores Municipais;
- d) Concessão de serviço público;
- e) Organização da Procuradoria Geral do Município;
- f) Concessão de pensão especial;
- g) Autorização para obtenção de empréstimo de particular, inclusive para as autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;
- h) Criação, organização e supressão de distritos e subdistritos, e divisão do território do Município em áreas administrativas;
- i) Criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Subprefeituras, Conselhos Municipais e dos órgãos da administração pública;
- j) Realização de operações de crédito para abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais com finalidade precisa;
- k) Rejeição de veto;
- l) Regimento Interno da Câmara Municipal;
- m) Alteração de denominação de prédios, vias e logradouros públicos;
- n) Zoneamento urbano;
- o) Plano Diretor.

II - por maioria qualificada:

- a) emendas à Lei Orgânica;
- b) destituição dos membros da Mesa Diretora;
- c) rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;
- d) concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem.

Art. 39 As deliberações do Plenário dar-se-ão sempre por voto aberto, em qualquer das hipóteses.

Art. 40 São atribuições do Plenário:

I - eleger a Mesa diretora e seus substitutos e destituir qualquer de seus membros, na forma regimental;

II - alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno;

III - dispor sobre a organização da Câmara Municipal, seu funcionamento, política, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-prefeito, tomar conhecimento de sua renúncia e afastá-los, definitivamente, do exercício do cargo;

V - conceder licença para afastamento ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Vereadores;

VI - fixar, para vigor na legislatura subsequente, a remuneração dos Vereadores, bem como a do Prefeito e a do Vice-prefeito;

- VII - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;
- VIII - criar Comissões Temporárias;
- IX - convocar Secretários Municipais ou responsáveis pela administração direta e indireta para prestar informações sobre matéria de sua competência;
- X - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;
- XI - autorizar a convocação de referendo e plebiscito, exceto os casos previstos na Lei Orgânica do Município;
- XII - tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa Diretora da Câmara;
- XIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa, sustando os atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar;
- XIV - julgar o Prefeito, o Vice-prefeito e os Vereadores nos casos previstos em lei;
- XV - deliberar sobre a criação, organização e funcionamento de Conselhos e Comissões da Câmara;
- XVI - deliberar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções, anistias fiscais e remissão tributária;
- XVII - votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;
- XVIII - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de pagamento;
- XIX - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- XX - autorizar a concessão de serviços públicos;
- XXI - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;
- XXII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;
- XXIII - autorizar a alienação de bens imóveis municipais;
- XXIV - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;
- XXV - criar, alterar e extinguir cargos, funções e empregos públicos e fixar a remuneração da administração direta, autárquica e fundacional;
- XXVI - aprovar as diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor, a legislação de controle de uso, de parcelamento e de ocupação do solo urbano;
- XXVII - dispor sobre convênios com entidades públicas e particulares e autorizar consórcios com outros municípios;
- XXVIII - criar, estruturar e atribuir funções às Secretarias e aos órgãos da administração pública;

XXIX - autorizar a alteração de denominação de próprios, vias e logradouros

públicos;

XXX - delimitar o perímetro urbano e o de expansão urbana;

XXXI - aprovar o Código de Obras e Edificações;

XXXII - conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria;

XXXIII - exercer outras atribuições regimentais e legais.

XXXIV - realizar as sessões do Programa Fórum da Cidade.

XXXV - convocar as eleições para formação da Mesa Diretora, respeitadas as disposições e os prazos regimentais.

CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 As comissões da Câmara Municipal são:

I - Permanentes, as que subsistem através das Legislaturas, com caráter técnico especializado, competindo-lhes apreciar as matérias submetidas a seu exame e sobre elas emitir parecer, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas do Governo Municipal, atuar na fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta e da execução orçamentária do Município, e terão mandato de 02 (dois) anos.

II - Temporárias, as constituídas com finalidade especial, que se extinguem ao término da Legislatura, ou quando alcançado o fim a que se destinam, ou expirado o prazo de sua duração.

§ 1º As Comissões permanentes são:

- a) de Legislação, Justiça e Redação Final;
- b) de Finanças, Orçamentos e Fiscalização;
- c) de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes e Habitação;
- d) de Saúde, Educação, Assistência Social e Defesa do Consumidor;
- e) de Ética Parlamentar;
- f) Turismo;
- g) Defesa dos Direitos Humanos, Trabalho e das Minorias;
- h) De Legislação Participativa.

§ 2º As Comissões temporárias são:

- a) especiais;
- b) especiais de inquérito;
- c) de representação.

Art. 42 A Comissão Permanente de Legislação Participativa terá como missão precípua receber:

I - Sugestões de iniciativa legislativa, apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, inclusive pelo Parlamento Comum da Região Metropolitana de Canguaretama;

II - Pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas no inciso anterior.

SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

Art. 43 Na constituição das Comissões Permanentes, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional das bancadas existentes na Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Não havendo acordo, proceder-se-á à escolha dos membros das Comissões, por eleição, votando cada Vereador em cinco nomes para cada Comissão, exceto para a de Ética Parlamentar, que constará apenas de 3 (três) nomes.

Art. 44 As Comissões Permanentes serão eleitas por maioria simples, presente a maioria absoluta, em votação aberta, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador mais idoso.

§ 1º Não podem ser votados os membros da Mesa, os Vereadores licenciados e os suplentes.

§ 2º O mesmo Vereador não poderá fazer parte de mais de 03 (três) Comissões Permanentes.

§ 3º A eleição referida neste artigo será realizada no horário do expediente da primeira sessão da 1ª e 3ª sessões legislativas.

§ 4º Após a eleição dos membros da comissão, eles se reunirão para escolha do Presidente e do Vice-presidente.

Art. 45 O ato de nomeação dos membros das Comissões será lido em Plenário e publicado na imprensa oficial, juntamente com o de escolha do Presidente e Vice-presidente.

Art. 46 As Comissões Temporárias compor-se-ão do número de membros previstos no ato ou requerimento de sua constituição, nomeados pelo Presidente por indicação dos Líderes de bancadas ou, independentemente dela, se, no prazo de duas sessões, após sua criação, não se fizer a indicação.

Parágrafo Único - Na constituição das Comissões Temporárias, observar-se-ão, tanto quanto possível, os critérios previstos neste Regimento para a composição das Comissões Permanentes, bem como para o rodízio entre as Bancadas não contempladas.

Art. 47 O Líder de Bancada poderá pedir, em documento escrito, a substituição de membro indicado por ele.

Parágrafo Único - A substituição somente poderá ser levada a efeito se houver justa motivação.

Art. 48 Eleitos Presidente e Vice-presidente das Comissões, imediatamente decidirão elas quais os dias e horários em que realizarão suas reuniões ordinárias.

SEÇÃO III DA PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES

Art. 49 As Comissões terão Presidente e Vice-presidente eleitos por seus pares, com mandato até 14 de fevereiro do ano seguinte ao da investidura, salvo as Comissões Temporárias, nas quais os mandatos perdurarão por todo o prazo de seu funcionamento.

Parágrafo Único - O Presidente será substituído pelo Vice-presidente ou, ausente este, pelo Vereador mais idoso.

Art. 50 Compete ao Presidente da Comissão:

- I - ordenar e dirigir os trabalhos, presidindo as reuniões;
- II - receber e expedir a correspondência e ofícios da Comissão, respeitadas as atribuições privativas do Presidente da Câmara;
- III - convocar as reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento da maioria da Comissão;
- IV - designar relatores, distribuir-lhes as matérias para parecer, ou avocá-las;
- V - determinar a leitura, pelo Secretário, da ata da reunião anterior e a correspondência recebida;
- VI - conceder a palavra aos Vereadores, bem como adverti-los pelos excessos cometidos, interrompendo-os quando estiverem falando sobre matéria vencida ou se desviando da questão em debate;
- VII - submeter à votação as matérias sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar os resultados;
- VIII - assinar os pareceres, relatórios e proposições, convidando os demais membros a fazê- lo;
- IX - comunicar ao Presidente da Câmara as vagas verificadas e as ausências não justificadas;
- X - resolver as questões de ordem no âmbito das comissões;
- XI - conceder vista das proposições aos membros da Comissão;
- XII - encaminhar toda matéria sobre a qual tenha deliberado a Comissão;
- XIII - representar a Comissão em suas relações com a Mesa, os Líderes e as demais Comissões;
- XIV - remeter à Mesa Diretora, no fim de cada sessão legislativa, relatório das

atividades da Comissão;

XV - determinar a gravação ou registro taquigráfico dos debates, quando necessário;

XVI - requisitar aos serviços administrativos da Câmara a prestação de assessoramento ou consultoria técnico-legislativa especializada, durante as reuniões da Comissão ou para instruir as matérias sujeitas à sua apreciação.

§ 1º O Presidente da Comissão convocará sessão extraordinária por solicitação do Presidente da Câmara Municipal, em sessão Plenária, ou na própria reunião da Comissão, ou ainda por comunicação direta aos demais membros, sempre com antecedência mínima de dois (02) dias úteis.

§ 2º O Presidente da Comissão poderá funcionar como relator, salvo quanto à proposição de sua autoria e terá voto em todas as deliberações, mas não presidirá discussão e votação de matéria de que seja autor.

SEÇÃO IV DOS RELATORES

Art. 51 O Presidente designará relator para cada matéria sujeita à apreciação da comissão.

§ 1º O autor da proposição não pode ser designado relator.

§ 2º A designação de relator deve se dar a partir de vinte e quatro horas da chegada da matéria à Comissão.

§ 3º O mesmo relator da proposição principal será o das emendas oferecidas.

§ 4º O relator pode, com o seu parecer, apresentar emendas ou subemendas, relatando-as em conjunto.

§ 5º O relator tem, para apresentar seu relatório e parecer, a metade dos prazos concedidos à Comissão.

SEÇÃO V DOS PRAZOS DAS COMISSÕES

Art. 52 Excetuados os casos expressamente indicados neste Regimento, cada Comissão, para examinar as proposições e sobre elas emitir parecer, deverá obedecer aos seguintes prazos:

I - 05(cinco) dias, quando se tratar de matéria em regime de urgência ou apreciação de veto;

II - 15(quinze) dias, quando se tratar de matéria em regime de tramitação ordinária.

§ 1º Apresentada emenda em Plenário, a matéria volta às Comissões, que terão os mesmos prazos que tiveram para apreciar a proposição principal, que correrão em comum para todas.

§ 2º No caso do Parágrafo anterior, o prazo se conta da chegada da matéria na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, e corre em sua Secretária.

§ 3º Para apreciar emenda com prazo comum, as Comissões devem se reunir

conjuntamente, sob a presidência do Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que designará um único Relator.

§ 4º A discussão será única, mas as votações serão distintas entre os membros das diversas Comissões, constando do parecer as necessárias especificações.

Art. 53 Emendada numa Comissão, a matéria seguirá sua tramitação regular, naquela e nas demais Comissões que se devam manifestar, voltando, após a última destas, àquelas que ainda não se tenham manifestado sobre a emenda, cumprindo-se os prazos do Artigo anterior.

§ 1º Não apresentado o parecer pelo relator, cabe ao Presidente da Comissão substituí-lo, mas tal providência não importará, por si, em dilatação do prazo concedido à Comissão.

§ 2º Vencido, sem parecer, o prazo concedido à Comissão, seu Presidente designará um de seus membros para oferecer parecer oral em Plenário; não o fazendo, tal designação será feita pelo Presidente da Câmara.

Art. 54 Os membros da Comissão poderão obter vista das matérias em apreciação, observados os seguintes prazos máximos;

I - três dias, quando em regime de tramitação

ordinária;

II - um dia, quando em regime de urgência.

§ 1º A vista será conjunta e na Secretaria da Comissão, quando houver mais de um pedido, sempre respeitados os prazos previstos neste Artigo.

§ 2º Concedida uma vez, novamente não será concedida vista, quer ao mesmo, quer a outro Vereador. Devolvida, entretanto, a matéria ao debate, depois da vista, outro Vereador pode pedir suspensão da reunião por até uma hora para melhor exame da nova argumentação, o que só se fará uma única vez.

§ 3º Os pedidos de vista serão indeferidos pelo Presidente se forem ultrapassados os prazos concedidos à Comissão.

SEÇÃO VI DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 55 Todas as matérias devem ser encaminhadas, em primeiro lugar, à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, indo, em seguida, às demais Comissões pertinentes.

Art. 56 Os trabalhos das Comissões se iniciam com qualquer número, mas as deliberações dependem da presença da maioria dos membros da Comissão e são tomadas por maioria de votos.

Parágrafo Único - Havendo empate, desempata o Presidente.

Art. 57 Qualquer Vereador pode participar dos debates e trabalhos das Comissões de que não sejam membros, sem direito a voto.

Art. 58 As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

I - leitura da ata da reunião anterior;

II - sinopse da correspondência recebida;

III - comunicação acerca das proposições e demais matérias recebidas e distribuídas aos relatores;

IV - Ordem do Dia;

a) conhecimento, exame e instrução de matéria de natureza legislativa, informativa ou de fiscalização e controle, propostas de atuação, diligências e outros assuntos da alçada da Comissão;

b) discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral;

c) discussão e votação de pareceres.

Art. 59 No desenvolvimento de suas funções, os relatores e as Comissões obedecerão às seguintes normas;

I - os pareceres versarão sobre a proposição principal e aquelas que lhe forem acessórias, oferecendo opinião conclusiva sobre todas elas;

II - os pareceres conterão ementas indicativas da matéria a que se referam, vedada a simples e única remissão a dispositivos constitucionais, legais ou regimentais;

III - havendo pedido de informações ao Poder Executivo, será formulado à Mesa Diretora pedido de suspensão dos prazos regimentais, até sua satisfação, devendo o Plenário se manifestar a respeito da suspensividade pleiteada;

IV - se houver pedido de convocação do Prefeito Municipal, nos termos da Lei Orgânica, ele será encaminhado ao Plenário, suspendendo-se o prazo se aprovada a convocação:

V - havendo pedido de convocação de Secretário Municipal, dirigente de Órgão da Administração Indireta ou Procurador Geral do Município, deliberará a Comissão a respeito de seu atendimento ou não, cabendo a seu Presidente marcar dia e hora para o comparecimento, cumprindo, entretanto, ao Plenário deliberar acerca da suspensão dos prazos regimentais de tramitação;

VI - a Comissão, tomando conhecimento de proposição idêntica a outra, proporá ao Presidente da Câmara sua anexação ou a declaração de sua prejudicialidade;

VII - tomando conhecimento a Comissão de Projeto de Lei versando sobre matéria idêntica à de outro, anteriormente, rejeitado pela Câmara, na mesma sessão Legislativa, proporá ao Presidente seu arquivamento, salvo se de autoria do Prefeito ou da maioria dos Vereadores;

VIII - quando a Comissão julgar que petição, memorial, representação ou qualquer outro documento não deva tramitar, mandará arquivá-los, salvo se sobre eles deva manifestar-se o Plenário, por expressa determinação constitucional, legal ou regimental, sempre comunicando o fato à Mesa, para que seja cientificado o Plenário;

IX - o parecer conclusivo do relator pode ser:

- a) pela aprovação total;
- b) pela rejeição total;
- c) pela aprovação parcial, indicando as partes ou dispositivos que devam ser rejeitados;
- d) pela anexação;
- e) pelo arquivamento;
- f) pelo destaque, para tramitação como proposição separada, de parte da proposição separada, de parte da proposição principal, ou de emenda ou subemenda;
- g) pela apresentação de projeto, de requerimento ou de indicação e, ainda, de emenda e subemenda;

X - optando por apresentar emenda ou subemenda, ou opinando pela aprovação de emenda ou subemenda de outros autores, o relator deverá reunir a matéria da proposição principal e das emendas e subemendas num único texto, com os acréscimos e alterações que visem a seu aperfeiçoamento;

XI - ao deliberar a Comissão ou o Plenário sobre as matérias nas condições do inciso anterior, a votação versará sobre o texto único apresentado, salvo os destaques regimentalmente permitidos;

XII - se for aprovado o parecer do relator em todos os seus termos, será tido como parecer da Comissão e, desde logo, assinado pelo Presidente, relator e demais membros, constando da ata o nome dos votantes e respectivos votos;

XIII - se ao parecer do relator forem oferecidas sugestões, com as quais ele concorde, ser-lhe-á concedido prazo até a reunião ordinária seguinte para redação de novo texto, quando necessário;

XIV - se o parecer do relator não for adotado pela Comissão, a redação da Comissão será feita por outro Vereador designado pelo Presidente;

XV - não restando tempo hábil à Comissão para oferecer parecer escrito, o seu Presidente designará Vereador que o fará oralmente em Plenário ou o avocará para si com a mesma finalidade;

XVI - na hipótese de a Comissão adotar parecer diverso do relator, o deste constituirá voto em separado;

XVII - para efeito de contagem dos votos relativos aos pareceres, serão considerados:

- a) favoráveis: os que aprovam integralmente, bem como os "pelas conclusões", os "com restrições", os "em separado", não divergentes das conclusões;
- b) contrários: os "vencidos", os "em separado", divergentes das conclusões;

XVIII - os membros das Comissões podem oferecer voto em separado, que será anexado ao processo em qualquer fase da tramitação, bem como assinar os pareceres com as declarações de "pelas conclusões", "com restrições" ou "vencido".

XIX - sendo favorável o parecer sobre indicação, mensagem, ofício, memorial ou qualquer outro documento contendo sugestão ou solicitação dependente do projeto, será a ele anexado;

XX- concluída a tramitação de uma matéria em uma Comissão, será ela imediatamente encaminhada à Mesa Diretora ou diretamente à Comissão que, em seguida, se deva manifestar.

SEÇÃO VII DA COMPETÊNCIA GERAL DAS COMISSÕES

Art. 60 Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência específica, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I - discutir e votar as proposições, oferecendo parecer e, quando o caso exigir, relatório para a deliberação do Plenário.

II - realizar audiências públicas com autoridades, cidadãos e representantes das entidades da sociedade civil;

III - convocar Secretários Municipais, dirigentes de Órgãos da Administração Indireta do Município, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto inerente às suas atribuições, ou conceder-lhes audiência para que exponham temas de relevância dos Órgãos que dirigem;

IV - encaminhar, através da Mesa Diretora, pedidos escritos de informações ao Prefeito Municipal, Secretários, dirigentes de Órgãos da Administração Indireta e Procurador Geral do Município, fixando prazo para atendimento;

V - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais, no âmbito de suas respectivas competências;

VI - acompanhar e apreciar programas de obras e planos de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer, no âmbito de suas respectivas competências;

VII - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, inclusive da Administração Indireta;

VIII - propor ao Plenário a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar, elaborando o respectivo projeto de Decreto Legislativo, ouvida a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final;

IX - acompanhar, junto ao Poder Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como sua execução;

X - estudar qualquer assunto incluído nas atribuições da Câmara Municipal, propondo as medidas cabíveis, inclusive de ordem legislativa;

XI - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da Administração Pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu exame e pronunciamento.

Parágrafo Único - As atribuições previstas nos incisos III, IV e VIII deste Artigo não excluem a iniciativa individual de qualquer Vereador junto ao Plenário.

SEÇÃO VIII DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 61 As Comissões Permanentes têm os seguintes campos

temáticos:

- I - Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final;
- II - Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização;
- III - Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transporte e Habitação;
- IV - Comissão de Saúde, Educação, Assistência Social e Defesa do Consumidor;
- V - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Trabalho e das Minorias;
- VI - Comissão de Turismo;
- VII - Comissão de Legislação Participativa;
- VIII - Comissão de Ética Parlamentar.

SUBSEÇÃO I
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Art. 62 A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final tem as seguintes áreas de atividades:

- I - aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem de todas as proposições sujeitas à apreciação da Câmara;
- II - admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica Do Município;
- III - matéria regimental;
- IV - assunto de natureza jurídica, de interpretação da Lei Orgânica ou regimental que seja submetido, em consulta ou indicação, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou Comissão, ou em razão de recurso contra decisão do Presidente em questão de ordem, ainda que a decisão originária seja de Presidente de Comissão;
- V - transferência temporária da sede da Prefeitura e da Câmara;
- VI - declaração de inconstitucionalidade de Leis Municipais;
- VII - direitos e deveres do mandato parlamentar;
- VIII - aplicação de penalidades;
- IX - licenças ao Prefeito e ao Vice-prefeito para interromperem o exercício de suas funções;
- X - destituição do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Secretários do Município;
- XI - organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
- XII - criação de entidades da administração direta e indireta;
- XIII - contratos, ajustes, convênios e consórcios;

XIV - aquisição e alienação de imóveis;

XV - licenças dos Vereadores;

XVI - vetos do Prefeito;

XVII - concessão de títulos honoríficos de Cidadão Camguaretamense;

XVIII - perda do mandato de Vereador, do Prefeito e do Vice-prefeito;

XIX - assuntos internos que envolvam questão de alta indagação, sempre que solicitados pelo Presidente;

XX - matérias regimentais;

XXI - redação final das proposições em geral, bem como redigir o vencido, nos termos deste Regimento.

§ 1º Sempre que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final concluir pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de proposição, em qualquer fase de tramitação, esta será encaminhada ao Plenário, para imediata inclusão na Ordem do Dia, para discussão prévia.

§ 2º Se o Plenário rejeitar o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a matéria voltará à sua tramitação normal.

§ 3º Caso o Plenário aprove o parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a matéria estará automaticamente rejeitada, devendo ser arquivada.

SUBSEÇÃO II **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Art. 63 A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização tem as seguintes áreas de atividades:

I - aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto à sua adequação a eles;

II - dívidas públicas;

III - fixação da remuneração dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-prefeito, dos Secretários do Município e do Procurador Geral do Município;

IV - sistema tributário, direito tributário e financeiro;

V - tributação, arrecadação, fiscalização, administração fiscal e contribuições sociais;

VI - prestação de contas da Mesa Diretora da Câmara e do Prefeito;

VII - fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, inclusive de todas as entidades da Administração Direta e Indireta;

VIII - plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, orçamento anual, projetos de

autorização para abertura de créditos;

IX - acompanhamento do emprego de dotações, subsídios ou auxílios a entidades públicas e privadas e respectivas prestações de contas;

X - determinação à autoridade responsável para que preste esclarecimento, no prazo de 05(cinco) dias, acerca de despesas não autorizadas, solicitação de parecer conclusivo do Tribunal de Contas do Estado sobre o assunto;

XI - acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões;

XII - proposições que fixem vencimentos do funcionalismo.

Parágrafo Único - A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização deverá ainda, no segundo semestre do último ano de cada legislatura, apresentar Projeto de Lei, fixando os subsídios do Prefeito, Vice-prefeito, Vereadores, Secretários Municipais e Procurador Geral do Município, para vigorar na legislatura seguinte.

SUBSEÇÃO III
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE, TRANSPORTE E
HABITAÇÃO

Art. 64 A Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Transportes tem as seguintes áreas de atividades:

I - política de desenvolvimento

municipal;

II - sistema municipal de defesa civil;

III - projetos atinentes à fiscalização de obras e serviços pelo Município, autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos de âmbito municipal;

IV - matérias relativas à urbanização da cidade, mercados, feiras, matadouros, açougues e as referentes à alienação de bens, aquisição de bens imóveis por doação, outorga e concessão de serviços públicos e uso de imóvel.

V - projetos que disponham sobre denominação ou alteração de vias e logradouros públicos;

VI - matérias relacionadas com a habitação e transporte no Município;

VII - matérias que disponham sobre o meio ambiente, sua preservação e equilíbrio ecológico;

SUBSEÇÃO IV
COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DO
CONSUMIDOR

Art. 65 A Comissão de Saúde, Educação, Assistência Social e Defesa do Consumidor tem as seguintes áreas de atividades:

I - projetos referentes à educação, ensino, arte, patrimônio histórico, esportes, higiene e saúde pública;

II - matérias relativas aos órgãos assistenciais do Município;

III - matérias que disponham sobre os direitos do consumidor;

IV - fiscalização e aplicação do Código de Defesa do Consumidor e seu conseqüente cumprimento;

V - proposições relativas a abastecimento;

VI - medidas legislativas e campanhas publicitárias tendentes a melhorar a distribuição e comercialização de gêneros alimentícios;

VII - reclamações, consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores ou entidades representativas, transformando-as em medidas legislativas, dentro do âmbito e da competência da Câmara Municipal.

SUBSEÇÃO V

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E DAS MINORIAS

Art. 66 A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias tem as seguintes áreas de atividades:

I - projetos relativos ao combate à violência e defesa dos direitos humanos, em todos os níveis;

II - iniciativas referentes aos órgãos assistenciais do município e entidades congêneres;

III - matérias de interesse dos grupos de defesa dos direitos humanos e de combate à violência, bem como das minorias estabelecidas;

IV - fiscalização e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Declaração de Direitos Universais do Homem, bem como toda a legislação atinente à defesa dos direitos humanos, em especial à defesa do trabalho.

V - proposições relativas ao combate à violência e à defesa dos direitos humanos, do trabalho e das minorias;

VI - medidas legislativas e campanhas publicitárias pela conscientização contra a violência e pela preservação dos direitos do homem e do cidadão.

VII - atendimento de reclamações, consultas, denúncias e sugestões apresentadas por entidades defensoras dos direitos humanos, do trabalho e das minorias.

SUBSEÇÃO VI

COMISSÃO DE TURISMO

Art. 67 A Comissão de Turismo tem as seguintes áreas de atividades:

I - projetos relativos ao desenvolvimento do Turismo local, envolvendo, inclusive, o combate à violência e defesa dos direitos do Turista;

II - medidas legislativas e campanhas publicitárias pela conscientização da população acerca da importância do Turismo, para o desenvolvimento sócio-econômico da Cidade, influndo de forma positiva em favor do emprego e utilização de mão-de-obra local;

III - fiscalização de projetos de impacto ambiental de interesse público ou privado que envolva área de relevância turística.

SUBSEÇÃO VII
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Art. 68 A Comissão de Legislação Participativa tem as seguintes áreas de atividades:

I - receber sugestões de iniciativa legislativa, apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, inclusive pelo Parlamento Comum da Região Metropolitana de Canguaretama;

II - emitir pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas no inciso anterior.

SUBSEÇÃO VIII
COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR

Art. 69 A Comissão de Ética Parlamentar tem as seguintes áreas de atividades:

I - pronunciar-se, formalmente, sobre fatos que comprometam a conduta e o decoro parlamentar do Vereador, no exercício do mandato;

§ 1º de posse da denúncia ou informado de qualquer ato praticado pelo Vereador que lhe comprometa a conduta ou o decoro parlamentar, o Presidente da Câmara, em sessão ordinária, dará conhecimento ao Plenário, encaminhando, em seguida, o referido assunto à Comissão de Ética Parlamentar, que terá 15(quinze) dias para apresentar o seu relatório;

§ 2º a Comissão de Ética Parlamentar apresentará, depois de ouvidas as partes, relatório, opinando pelo arquivamento, punição ou pelo prosseguimento do processo, nos casos que importem na perda ou cassação de mandato.

§ 3º O arquivamento somente poderá ser solicitado, nos casos de insuficiência de provas, entendimentos entre as partes e motivos relevantes;

§ 4º Em caso de conclusão pela aplicação de penalidades e, dependendo da gravidade do fato, a Comissão proporá à Mesa Diretora a adoção de uma das seguintes punições:

- a) advertência pessoal;
- b) advertência em Plenário;
- c) censura pública em órgão de imprensa local;
- d) suspensão do mandato entre 5(cinco) a 15(quinze) dias com a perda, nesse período, dos direitos e prerrogativas do Vereador.

§ 5º Concluído pelo prosseguimento do processo, nos casos que importem na perda do mandato parlamentar, a Comissão de Ética Parlamentar dará

conhecimento à Mesa Diretora sobre a gravidade do fato, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, para apuração da denúncia em toda sua dimensão.

§ 6º O Presidente da Câmara Municipal, de posse do relatório da Comissão, convocará a Câmara Municipal em sessão secreta, a fim de que o Plenário possa deliberar a respeito, aprovando-o ou rejeitando-o.

§ 7º Aprovado o relatório da Comissão, o processo seguirá os trâmites previstos neste Regimento Interno.

§ 6º Em todos os casos, a Comissão assegurará ampla defesa do acusado.

SEÇÃO IX DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 70 As Comissões temporárias têm os seguintes campos

temáticos:

- I - Comissão Especial;
- II - Comissão Especial de Inquérito;
- III - Comissão de Representação;

SUBSEÇÃO I DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 71 As Comissões Especiais serão constituídas para:

- I - dar parecer sobre proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;
- II - elaborar projetos sobre assunto determinado;
- II - estudar assunto específico da conjuntura municipal, propondo as medidas pertinentes;
- III - realizar processo de cassação, nos termos deste Regimento.

§ 1º Estas Comissões serão constituídas de ofício pela Mesa Diretora, no caso do inciso I deste Artigo ou, nos demais casos, por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador ou Comissão, observadas as regras contidas neste Regimento.

§ 2º As Comissões Especiais apresentarão relatório de suas atividades para conhecimento do Plenário, anexando-lhe os projetos que entendam convenientes ao interesse público.

SUBSEÇÃO II DAS COMISSÕES ESPECIAIS DE INQUÉRITO

Art. 72 A Comissão Especial de Inquérito, criada automaticamente mediante apresentação de requerimento à Mesa Diretora, de 1/3 (um terço) dos Vereadores da Câmara Municipal, é a que se destina a apurar, em prazo certo, fato determinado ou denúncia grave que envolva matéria de relevante interesse do Município, ofensa à ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, devidamente

caracterizado e fundamentado no requerimento de pedido de constituição da Comissão.

§ 1º os membros da Comissão Especial de Inquérito, nunca inferior a 03(três) ou superior a 05(cinco), serão nomeados pelo presidente da Câmara Municipal, garantindo-se a proporcionalidade das bancadas e ouvindo os líderes;

§ 2º dentro de 03(três) dias a partir da apresentação do requerimento, a Comissão deverá instalar-se, elegendo, entre seus membros, Presidente, Vice-presidente e Relator;

§ 3º além dos poderes das demais Comissões, são igualmente atribuídos a esta Comissão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, nos limites traçados na Constituição Federal.

§ 4º A Comissão Especial de Inquérito funcionará na sede da Câmara, sendo permitida a realização de diligências externas.

§ 5º o prazo de funcionamento da Comissão será de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 6º A Comissão, devidamente instalada, poderá, a critério de seus membros, desenvolver seus trabalhos no período de recesso parlamentar.

§ 7º Poderão funcionar, simultaneamente, na Câmara, até 02 (duas) Comissões Especiais de Inquérito, que serão instaladas de acordo com a apresentação do pedido.

Art. 73 No interesse da investigação, a Comissão Especial de Inquérito poderá:

I - tomar depoimento das autoridades municipais, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

II - proceder às verificações contábeis em livros, papéis e documentos de órgãos da administração direta, indireta, fundacional;

III - requerer ao Presidente da Câmara Municipal intimação judicial, através do Ministério Público, ao juízo competente, quando do não comparecimento do intimado pela Comissão, por duas convocações consecutivas.

Art. 74 A Comissão Especial de Inquérito elaborará relatório sobre a matéria, votando-o e enviando-o ao Plenário para ser discutido, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a conclusão de seus trabalhos.

§ 1º O relatório conterá, obrigatoriamente, um anexo sob o título "encaminhamento", onde a Comissão apontará as medidas que deverão ser tomadas a partir das conclusões chegadas.

§ 2º Os encaminhamentos sugeridos pela Comissão serão apreciados em plenário, que decidirá sobre a sua realização, podendo inclusive apontar novas medidas.

§ 3º O plenário poderá acrescentar medidas aos encaminhamentos a serem executados, sem alterar o relatório, não cabendo, portanto, emendar aqueles sugeridos pela Comissão.

Art. 75 Sempre que a Comissão Especial de Inquérito julgar necessário consubstanciar o resultado de seu trabalho numa proposição, ela a apresentará em separado, constituindo seu relatório a respectiva justificação.

SUBSEÇÃO III DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 76 As Comissões de Representação, criadas por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador, destinam-se à representação da Câmara em acontecimentos de excepcional relevância.

SEÇÃO X DAS VAGAS NAS COMISSÕES

Art. 77 As vagas nas Comissões se dão:

I - com a renúncia, considerada ato perfeito e acabado com sua comunicação por escrito ao Presidente da Câmara;

II - com a perda da condição de membro.

Parágrafo Único - A perda da condição de membro da Comissão será declarada pelo Presidente da Câmara Municipal, à vista de comunicação do Líder da Bancada ou do Presidente da Comissão, quando o Vereador faltar a 5 (cinco) reuniões consecutivas.

Art. 78 Sempre que a ausência reiterada de titulares estiver impedindo o funcionamento regular da Comissão, o Presidente da Câmara Municipal, a requerimento do Presidente da Comissão, nomeará substitutos eventuais, que funcionarão até que se normalize a atividade do órgão.

TÍTULO III DOS VEREADORES

CAPÍTULO I DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 79 O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos, nos termos da Constituição de República.

Art. 80 O Vereador deve comparecer às sessões plenárias e às reuniões das Comissões da Convocação, só se escusando de tal dever em caso de licença, enfermidade, luto, missão autorizada ou investidura em cargo público, autorizada pela Lei Orgânica do Município.

Art. 81 Ao Vereador compete:

I - oferecer proposições, discutir as matérias, votar e ser votado;

II - encaminhar, através da Mesa Diretora, pedidos de informações às autoridades municipais sobre fatos relativos ao serviço público ou úteis à elaboração legislativa;

III - usar da palavra, nos termos regimentais;

IV - integrar as Comissões;

V - utilizar-se dos serviços da Câmara, desde que seja para fins relacionados com suas funções;

VI - promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos municipais, os interesses ou reivindicações coletivas;

VII - realizar outros cometimentos inerentes ao exercício do mandato popular e atender a deveres políticos e partidários decorrentes da representação.

Art. 82 O Vereador pode escusar-se de votar, declarando sua intenção.

§ 1º Deve o Vereador dar-se por impedido de votar quando ele próprio ou seu parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, inclusive, tiverem interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade de votação, sendo decisivo o voto de impedimento.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a presença do Vereador será computada apenas para efeito de número.

CAPÍTULO II DA VACÂNCIA

Art. 83 Ocorre a vaga em virtude de:

I - morte;

II - renúncia, apresentada por escrito;

III - perda de mandato.

Art. 84 A renúncia será comunicada por escrito à Mesa Diretora, em documento com firma reconhecida, e só se tornará perfeita e irrevogável, depois de lida no expediente e publicada na imprensa oficial, embora não dependa de deliberação da Câmara.

Parágrafo Único - Na hipótese do § 6º do Art. 3º deste Regimento, o Presidente declarará a vaga em sessão, salvo recurso provido pela maioria absoluta do Plenário, depois do pronunciamento da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 85 Verificada a vaga, o Presidente publicará aviso na imprensa oficial, dando-se posse ao suplente, nos termos da legislação eleitoral.

CAPÍTULO III DAS FALTAS E LICENÇAS

Art. 86 Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões plenárias ou às reuniões ordinárias das Comissões Permanentes, salvo motivo justo.

Art. 87 Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:

I - doença;

II - casamento;

III - falecimento de parente até terceiro grau;

IV - licença-gestante ou licença-paternidade;

V - intimação de audiência judicial;

V - desempenho de missões oficiais da Câmara.

Parágrafo Único - A justificação das faltas será feita por requerimento fundamentado ao Presidente da Câmara, que o julgará na forma deste Regimento.

Art. 88 O Vereador somente poderá se licenciar:

I - por motivo de doença devidamente comprovada;

II - em face de licença-gestante ou licença-paternidade;

III - para desempenhar missões temporárias de interesse do Município;

IV - para tratar de interesses particulares.

§ 1º Nos casos dos incisos I, II e IV, a licença far-se-á através de comunicação subscrita pelo Vereador e dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, que dela dará conhecimento imediato ao Plenário.

§ 2º No caso do inciso III, a licença far-se-á através de requerimento escrito pelo vereador licenciado reassumir após cumprir a missão.

§ 3º Quanto às hipóteses de licenças previstas pelos incisos I, II e IV, serão observados os seguintes princípios:

a) no caso do inciso I, a licença será por prazo determinado, prescrito por médico estranho aos quadros dos servidores municipais, devendo a comunicação ser previamente instruída por atestado médico;

b) no caso do inciso IV, a licença será por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) dias, nem superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

c) nos casos do inciso II, a licença será concedida segundo os mesmos critérios, prazos e condições estabelecidos para os funcionários públicos municipais;

d) com exceção do caso previsto no inciso III, é expressamente vedada a reassunção do Vereador antes do término do período de licença.

Art. 89 Encontrando-se o Vereador impossibilitado física ou mentalmente de subscrever comunicação de licença para tratamento de saúde, caberá ao Presidente da Câmara declará-lo licenciado, mediante comunicação escrita do Líder da Bancada, devidamente instruída por atestado médico.

Art. 90 É facultado ao Vereador prorrogar o seu tempo de licença por meio de novo pedido.

Art. 91 Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal ou chefe de missão diplomática temporária, podendo optar pelos vencimentos do cargo ou pela remuneração do mandato, a partir da respectiva posse.

Paragrafo Primeiro: Em caso do Presidente da Câmara Municipal investido na Função de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal ou chefe de missão diplomática temporária, esse será substituído imediatamente pelo vice-presidente da casa.

Paragrafo Segundo: Os membros da Mesa Diretora, investidos nos cargos previstos no caput desse artigo, ao retornar a função de Vereador, não mais exercerá o cargo de Membro da Mesa Diretora.

Art. 92 Para fins de remuneração, será considerado como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I, II e III do artigo 88.

Art. 93 Dar-se-á a convocação do Suplente no caso de vaga em razão de morte ou renúncia, de investidura em função prevista no artigo 91 e quando em licença por período superior a 30 (trinta) dias.

Art. 94 Efetivada a licença e nos casos previstos no artigo anterior, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente, que deverá tomar posse dentro de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

Parágrafo Único - Na falta de Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

Capítulo IV DA REMUNERAÇÃO DO MANDATO

Art. 95 O Vereador, desde a posse, faz jus à remuneração, nos termos previstos na Constituição Federal.

§ 1º Antes da eleição para Vereador, a Câmara deve fixar a remuneração para a Legislatura seguinte, em valores certos, expressos em moeda nacional, observados os parâmetros traçados nas Constituições Federal e Estadual.

§ 2º A remuneração do Vereador não pode ser superior à remuneração do Prefeito Municipal.

§ 3º Não fixados os valores da remuneração no prazo do parágrafo 1º, a remuneração do Vereador na Legislatura a iniciar-se será igual à do último mês da Legislatura finda, exceto se houver alteração nos subsídios dos Deputados Estaduais.

§ 4º Pelo não comparecimento efetivo do Vereador, bem como pela não participação nas votações, salvo motivo justo, será descontada importância correspondente a 1/30(um trinta) avos de sua remuneração, por dia de ausência.

§ 5º A Mesa Diretora adotará livro próprio para registro da presença dos Vereadores, que ficará sob a guarda do Primeiro Secretário, a quem compete fornecer, ao final de cada mês, certidão de comparecimento para efeito de percepção da remuneração.

§ 6º Somente fará jus à percepção da remuneração o Vereador que assinar o livro de presença e permanecer em Plenário até o final, devendo o Primeiro Secretário proceder à verificação de presença ao término de cada sessão.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 96 O Vereador está sujeito às seguintes

penalidades:

- I - advertência pessoal;
- II - advertência em Plenário;
- III - censura pública através da imprensa;
- IV - suspensão do mandato de cinco a quinze dias;
- V - cassação do mandato.

Art. 97 Incide na penalidade de advertência pessoal o

Vereador que:

- I - usar de expressões insultuosas;
- II - ofender, por atos ou palavras, outro Vereador, Comissão, Mesa Diretora e/ou a própria Câmara Municipal;
- III - perturbar a ordem das sessões plenárias ou das reuniões das Comissões;
- IV - acusar, levemente, outro Vereador, sem indicação de elemento de prova válida.

Art. 98 Incorre na penalidade de advertência em Plenário o Vereador que reincidir em infração do Artigo anterior.

Art. 99 Aplica-se a pena de censura pública, através da imprensa, ao

Vereador que:

- I - já foi advertido em Plenário por 2(duas vezes);
- II - pratica, nas dependências da Câmara, ato incompatível com a compostura pessoal;
- III - falta, sem motivo justificado, a 10(dez) sessões ordinárias consecutivas ou a 30(trinta) intercaladas, numa mesma Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Art. 100 É passível de suspensão, de 05(cinco) a 15(quinze) dias, o

Vereador que:

- I - reincidir em infração ao Artigo anterior;
- II - revelar o conteúdo de debate, deliberação, documento ou informação que, por disposição regimental ou decisão da Câmara, deva permanecer secreto.

Art. 101 Sujeita-se à cassação do mandato o Vereador

que:

- I - infringir o disposto no Art.44 da Lei Orgânica do Município;
- II - atentar contra o decoro parlamentar ou lesar o patrimônio público;
- III - deixar de comparecer, salvo por razão justificada, à terça parte das sessões ordinárias de uma Sessão Legislativa;

Parágrafo Único - Atenta contra o decoro parlamentar o Vereador que:

- a) cometer abuso de prerrogativas asseguradas aos Vereadores;
- b) perceber vantagens indevidas;
- c) usar, de forma grave, em discussões ou proposições, de expressões que configurem crime contra a honra ou incitamento à prática de crimes;
- d) praticar irregularidades graves no desempenho do mandato ou em situações dele decorrentes;
- e) reincidir nas infrações previstas no Artigo anterior.
- f) Sofrer condenação por crime funcional.

Art. 102 As penalidades de advertência pessoal e advertência em Plenário serão impostas pela Mesa Diretora, depois de parecer da Comissão de Ética Parlamentar.

Parágrafo Único - As penalidades de censura pública através da imprensa e de suspensão e cassação do mandato dependem de deliberação do Plenário, em sessão e por escrutínio aberto.

CAPÍTULO VI DA EXTINÇÃO, CASSAÇÃO E INTERRUÇÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

SEÇÃO I DA EXTINÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 103 Extingue-se ou perde-se o mandato do Vereador, declarando-se vago o seu cargo pelo Presidente da Câmara, nos seguintes casos:

- I - morte;
- II - renúncia por escrito, nos termos deste Regimento Interno;
- III - cassação dos direitos políticos;
- IV - condenação por crime eleitoral que declare a perda do mandato;
- V - incidência de impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos em lei;

IX - ausência de posse, sem motivo justificado, no respectivo mandato;

X - cassação do mandato nos termos deste Regimento Interno.

Art. 104 Ocorrido e comprovado o ato extintivo, o Presidente da Câmara Municipal, em sessão ordinária, comunicará ao Plenário a declaração de extinção ou de perda de mandato, procedendo à convocação do respectivo suplente, para o que determinará, em seguida, o devido registro em ata.

SEÇÃO II DO PROCESSO DE CASSAÇÃO

Art. 105 O processo de cassação do mandato do Vereador, assim como o de Prefeito e Vice- prefeito, e a apuração de crime de responsabilidade ocorrerão nos seguintes casos previstos na legislação pertinente:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a presidência ao seu substituto legal para os atos do processo e só votará se necessário, para completar o quórum de julgamento;

§ 1º De posse da denúncia, o Presidente da Câmara Municipal, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal. Na mesma sessão, será constituída a Comissão Especial, composta de 03(três) Vereadores, sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o relator;

§ 2º Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de 05(cinco) dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruem para que, no prazo de 10(dez) dias, apresente a defesa prévia por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 10(dez). Se estiver ausente do Município, a notificação será feita por edital, publicado 03(três) vezes no órgão oficial, com intervalo de 03(três) dias, pelo menos, contando-se o prazo a partir da última publicação.

§ 3º Decorrido o prazo da defesa, a Comissão Especial de Inquérito emitirá parecer dentro de 05(cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, devendo o parecer, neste último caso, ser submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente da Câmara Municipal designará, desde logo, o início da instrução e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários para o depoimento do denunciado e inquirição de testemunhas;

§ 4º O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de, no mínimo, 72(setenta e duas) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

§ 5º concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 05(cinco)dias e, após, a Comissão especial emitirá parecer final pela procedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a

convocação de Sessão Especial para julgamento.

§ 6º Na sessão de julgamento, o processo será lido integralmente e, a seguir, os Vereadores que o desejarem, poderão manifestar-se, verbalmente, pelo tempo máximo de 15(quinze) minutos cada um. Ao final, o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de 02(duas) horas para produzir sua defesa oral;

§ 7º concluída a defesa oral, proceder-se-á a tantas votações quantas forem as infrações especificadas na denúncia;

IX - Incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia, considerar-se-á o denunciado, definitivamente, afastado do cargo pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara;

§ 8º concluído o julgamento, o Presidente da Câmara Municipal proclamará, imediatamente, o resultado e fará lavrar a ata que consigne a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente Decreto Legislativo de Cassação do Mandato do denunciado;

§ 9º Se o resultado da votação for pela absolvição, o Presidente da Câmara Municipal determinará a extinção do processo;

§ 10 o processo a que se refere este artigo deverá estar concluído dentro de 120(cento e vinte) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo, sem o julgamento, o processo será arquivado sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos;

§ 11 Em quaisquer dos casos, o Presidente da Câmara Municipal comunicará o resultado à Justiça Eleitoral.

SEÇÃO III DA INTERRUÇÃO DO EXERCÍCIO

Art. 106 Dar-se-á a interrupção do exercício do cargo de Vereador, Prefeito e Vice-prefeito por:

I - incapacidade absoluta, julgada por sentença de interdição, mediante laudo médico, passado por junta nomeada pela Mesa da Câmara;

II - condenação criminal que impuser pena de privação da liberdade, enquanto durarem seus efeitos.

TÍTULO IV DAS SESSÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 107 Qualquer pessoa pode assistir às sessões da Câmara, no local do recinto do Plenário reservado ao público, desde que:

I - esteja decentemente trajado;

II - não se manifeste em apoio ou reprovação às deliberações do Plenário, nem aos pronunciamentos dos Vereadores;

III - não porte armas;

IV - atenda às deliberações da Mesa.

Parágrafo Único - O Presidente fará retirar do recinto quem desrespeitar as regras deste artigo.

Art. 108 As sessões da Câmara Municipal serão:

I - ordinárias, as de qualquer sessão legislativa, serão realizadas de terça ou quinta-feira, no horário das 19 às 22 horas;

II - extraordinárias, as realizadas em horas diversas das pré-fixadas para as ordinárias.

III - especiais, para instalação da Legislatura, eleição da Mesa Diretora, posse do Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, e julgamento do Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores;

IV - solenes, para homenagens e comemorações;

V - populares, com participação de representantes da comunidade e da sociedade civil em geral, com tribuna aberta para discussões sobre temas específicos da municipalidade, realizadas em períodos mensais, preferencialmente no horário da noite, denominada Câmara Intinerante.

Art. 109 As sessões da Câmara Municipal somente serão realizadas no Palácio Gilberto Luiz Gomes, destinado ao seu funcionamento, e serão públicas.

Art. 110 As sessões da Câmara Municipal somente poderão ser suspensas para recepcionar autoridades e para a solução de incidentes procedimentais, por até 20(vinte) minutos.

Art. 111 As sessões da Câmara somente podem ser encerradas antes de finda a hora a elas destinada, nos seguintes casos:

I - não havendo matéria a discutir ou votar, nem oradores que queiram usar da palavra;

II - tumulto grave;

III - falecimento de Vereador em exercício do mandato, do Prefeito Municipal ou Chefe de um dos Poderes da República;

IV - por falta de número legal.

Art. 112 O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogável a requerimento de qualquer Vereador.

Parágrafo Único - O requerimento de prorrogação será verbal, fixará o prazo de dilatação e será decidido pelo Plenário.

CAPÍTULO II DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 113 As sessões ordinárias serão realizadas nas terças ou nas quintas feiras podendo serem realizadas nos treinos turnos de acordo com a deliberação

do plenário, com duração de 04 (quatro) horas.

Art. 114 As sessões ordinárias compõem se de:

- I - Pequeno expediente;
- II - expediente;
- III – uso da tribuna
- IV – ordem do dia
- V – hora da liderança
- VI – pauta para as próximas sessões
- VII – questão de ordem.

SEÇÃO I DO PEQUENO EXPEDIENTE

Art. 115 O Pequeno Expediente, independente de quórum regimental, terá duração improrrogável de 90 (noventa) minutos, destinando-se a pronunciamentos dos Vereadores.

§ 1º No Pequeno Expediente, os Vereadores, no máximo em número de 06(seis) por sessão, farão uso da palavra seguindo a ordem de inscrição em livro próprio, por 10 (dez) minutos, prorrogáveis por no máximo 05 (cinco) minutos, dividido eqüitativamente o tempo disponível.

§ 2º As inscrições dos oradores para o Pequeno Expediente serão feitas em livro especial, sob a fiscalização do Primeiro Secretário.

SEÇÃO II DO EXPEDIENTE

Art. 116 À hora do início do expediente, os membros da Mesa Diretora e os Vereadores ocuparão seus lugares e, por determinação do Presidente, o Primeiro Secretário fará a chamada dos Vereadores.

§ 1º Verificado o quórum regimental, presença de um terço dos Vereadores da Câmara Municipal, o Presidente abrirá os Trabalhos da sessão. Caso contrário, aguardará durante 20(vinte) minutos, deduzindo o retardamento do prazo destinado ao expediente.

§ 2º Se persistir a falta de quórum, o Presidente declarará que está prejudicada a sessão e lavrará o termo de ocorrência, constando os nomes dos Vereadores ausentes. A Ordem do Dia ficará transferida para a sessão seguinte.

Art. 117 O Expediente terá a duração improrrogável de 30 (trinta) minutos, a partir do horário definido, destinando-se à leitura e aprovação da ata da sessão anterior, leitura

de matérias oriundas do Poder Executivo Municipal ou de outras origens, além das apresentadas pelos Vereadores.

Art. 118 Aprovada a ata, o Presidente determinará ao Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente, obedecendo à seguinte ordem:

I - proposta de emendas à Lei Orgânica;

II - projetos de Lei Complementar;

III - projetos de Lei;

IV - projetos de decreto legislativo;

V - projetos de resolução;

VI - requerimentos;

VII - indicações;

VIII - correspondências recebidas.

§ 1º As proposições deverão ser encaminhadas, até ao meio dia, à Secretaria Legislativa, que deverá proceder à organização da pauta e encaminhá-la ao Plenário para conhecimento dos Vereadores.

§ 2º As proposições serão, obrigatoriamente, protocolizadas em 03(três) vias e acompanhadas de via em meio magnético, sob pena de não recebimento.

SEÇÃO III DA ORDEM DO DIA

Art. 119 Findo o Expediente, tratar-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia, que terá duração de 90(noventa) minutos, encerrando-se após a votação.

§ 1º Qualquer Vereador poderá pedir a prorrogação do tempo destinado à Ordem do Dia, decidindo o Presidente. Neste caso, ficará prejudicado o tempo destinado a explicações pessoais;

§ 2º O requerimento de prorrogação de horário deverá ser apresentado à Mesa Diretora até 05 (cinco) minutos antes do término da sessão;

§ 3º Além das matérias a serem tratadas na ordem do dia, esta se destina à utilização da tribuna, remanescendo tempo hábil, pelos líderes.

§ 4º Ao iniciar-se a Ordem do Dia, o Presidente determinará ao Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum regimental. Na falta de quórum, o presidente aguardará 10 (dez) minutos. Persistindo a falta de número, o Presidente declarará encerrada a sessão, fazendo constar da ata tal ocorrência, bem como os Vereadores faltosos.

Art. 120 Nenhuma proposição legislativa ou requerimento poderá entrar na Ordem do Dia para deliberação sem haver sido anunciado, pelo menos, com um dia de antecedência.

Art. 121 Durante a Ordem do Dia, somente poderão ser levantadas questões de ordem atinentes à ordem dos trabalhos, à proposição em discussão ou votação.

Art. 122 A votação das proposições constantes da Ordem do Dia dar-se-á na seguinte ordem:

- I - matéria em redação final;
- II - vetos;
- III - proposta de emenda à Lei Orgânica;
- IV - projetos de lei de iniciativa do Executivo;
- V - projetos de lei de iniciativa dos Vereadores;
- VI - projetos de resolução;
- VII - projetos de Decreto Legislativo;
- VIII - requerimentos;
- IX - indicações;
- X - outras proposições;

Parágrafo Único - A ordem das proposições inseridas na Ordem do Dia só poderá ser alterada ou interrompida por motivo de urgência, preferência ou adiamento, mediante requerimento apresentado no início ou no transcorrer da Ordem do Dia, e aprovado pelo Plenário.

Art. 123 Não esgotado o horário regimental e finda a Ordem do Dia, o Presidente facultará a palavra aos líderes.

SEÇÃO IV QUESTÃO DE ORDEM

Art. 124 Questão de ordem é o tempo da sessão destinada à manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou para dar satisfação ou explicação à Casa sobre incidentes em que se tenham envolvido no transcurso do debate ou no exercício do mandato.

§ 1º Esgotada a pauta da Ordem do Dia, desde que esteja presente 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores, passar-se-á à Questão de ordem, pelo tempo restante da sessão.

§ 2º Não pode o Vereador desviar-se da finalidade da Questão de ordem, sob pena de advertência e, em caso de insistência, cassação da palavra.

§ 3º O tempo destinado à Questão de ordem será de, no máximo, 30(trinta) minutos, divididos entre os Vereadores que solicitarem a palavra.

§ 4º Cada Vereador disporá de 5 (cinco) minutos para falar em Questão de ordem, não se permitindo apartes.

§ 5º Esgotado o horário destinado às Explicações Pessoais, o Presidente encerrará a sessão, antes, porém, convocando a próxima, anunciando a matéria da Ordem do Dia, se houver.

§ 6º As sessões ordinárias não serão prorrogadas para a Questão de ordem.

CAPÍTULO III DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 125 As sessões extraordinárias da Câmara serão realizadas em qualquer dia e hora da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

§ 1º A sessão extraordinária será convocada pelo Presidente ou por requerimento da maioria absoluta dos vereadores, sempre que necessária a sua realização, e terá o tempo de duração das sessões ordinárias.

§ 2º O ato de convocação do Presidente ou seu substituto legal deverá ser publicado com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

CAPÍTULO IV DAS SESSÕES SOLENES

Art. 126 Deliberando a Câmara Municipal, seja por proposta da Mesa Diretora, seja por requerimento de qualquer Vereador, haverá sessão solene para comemoração de eventos importantes ou homenagens públicas a todos aqueles que tenham prestado serviços à comunidade Canguaretamense.

Parágrafo Único - Nas sessões solenes, farão uso da palavra somente o vereador autor da proposição, os Vereadores indicados pelos Líderes de bancada e o homenageado, caso queira.

CAPÍTULO V DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 127 As audiências públicas destinam-se à discussão de tema específico de interesse da municipalidade, com instituição de tribuna livre para participação de cidadãos vinculados aos segmentos representativos da comunidade e da sociedade em geral.

§ 1º O horário destinado à realização de Sessão Popular será fixado no turno matutino, com período de tempo e pauta pré-determinados, garantindo-se, outrossim, a participação de todo e qualquer munícipe, no uso e gozo de seus direitos políticos, com direito a voz nas sessões designadas para a discussão do referido tema, mediante apreciação e aprovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 2º A sessão de que trata o caput deste artigo poderá ser realizada fora das dependências físicas desta Casa Legislativa, realizando-se em localidades inseridas em cada região administrativa do município, em períodos sucessivos e alternados, atendido o que dispõe o parágrafo único, do art. 1º.

§ 3º A Câmara Municipal deverá instituir Centro de Estudos e Debates para melhor aproveitamento e participação dos presentes às sessões definidas pelo caput deste artigo, elegendo os temas específicos que serão discutidos pela municipalidade nesta Casa Legislativa.

§ 4º A Tribuna Livre de que trata o artigo 127 é um espaço destinado à participação dos munícipes, organizados em movimentos ou entidades constituídas, para apresentar temas de interesse geral ou coletivo, que devam ser levados ao conhecimento dos vereadores.

§ 5º A Tribuna Livre realizar-se-á ordinariamente nas primeiras terças-feiras de cada mês e, excepcionalmente, quando algum fato de extrema urgência ou emergência justificar a medida.

§ 6º A excepcionalidade de que trata o § 5º deverá ser apreciada pelo Plenário, após requerimento verbal de qualquer vereador, aprovado por maioria simples.

§ 7º A Tribuna Livre poderá ser utilizada por:

- a) munícipes residentes em Canguaretama, representantes de movimentos ou entidades constituídas, com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos;
- b) vereador que se inscrever.

§ 8º A inscrição para o uso da Tribuna Livre deverá ser feita até às 13 h do dia anterior à sessão em formulário apropriado, fornecido pela Secretaria Legislativa

§ 9º Fica estipulado o tempo máximo de 05 (cinco) minutos para a fala de cada orador inscrito, respeitando-se o limite de 03 (três) oradores por movimento ou entidade, facultando-se ao movimento ou à entidade a inscrição de apenas um orador, que terá o tempo máximo de 10 (dez) minutos.

§ 10 Os oradores inscritos deverão preencher, de modo legível, a ficha de identificação pessoal, contendo nome e endereço completos, bem como número de documento de identidade, mencionando o órgão expedidor, além de informações do movimento ou entidade e do tema a ser tratado.

§ 11 Caso o movimento pretenda apresentar fita de vídeo durante o uso da Tribuna Livre, o tempo de apresentação será descontado do tempo da fala, não podendo ser superior àquele estabelecido neste Regimento.

§ 12 Para apresentação do vídeo, o interessado deverá preencher formulário próprio, fornecido pelo serviço de cerimonial com descrição sucinta do seu conteúdo.

§ 13 O orador inscrito receberá por escrito as seguintes informações quanto ao uso da Tribuna Livre:

- a) O tempo é de 5 (cinco) minutos por orador, havendo um limite de até 3 (três) oradores(as) inscritos(as) por movimento ou entidade, ou de 10 (dez) minutos caso haja um único orador inscrito;
- b) As sessões da Tribuna Livre serão gravadas em vídeo;
- c) O orador deve comportar-se de forma compatível com o Regimento Interno, podendo ser responsabilizado civil e criminalmente pelo conteúdo de seu discurso;
- d) O orador será advertido pela Presidência, podendo ter a palavra cassada na

hipótese de reincidência, caso seu discurso não se limite ao tema proposto, falte com respeito ou não se comporte de forma urbana e ordeira;

e) Para fazer uso da Tribuna Livre, o orador deve estar trajando roupas compatíveis com o recinto;

f) O orador que fizer uso da Tribuna Livre representando algum movimento ou entidade, somente poderá se reapresentar após o decurso de 15 (quinze) dias, contados da última participação.

§ 14 O orador que tiver a palavra cassada pela Presidência, por não ter respeitado o disposto na alínea "d" do parágrafo anterior, somente poderá fazer nova inscrição para utilização da Tribuna Livre após transcorridos 180 (cento e oitenta) dias daquela data.

§ 15 O vereador que se inscrever para falar durante a Tribuna livre terá o limite de:

a) 05 (cinco) minutos, caso haja apenas um movimento ou entidade;

b) 10(dez) minutos, caso haja dois ou mais movimentos ou entidades participantes.

§ 16 Os discursos proferidos na parte destinada à Tribuna Livre serão transcritos e constarão em Ata e nos Anais da Câmara.

§ 17 Poderá haver permuta na seqüência cronológica de inscrição, por iniciativa da Mesa ou acordo entre as partes.

CAPÍTULO VI DAS SESSÕES ESPECIAIS

Art. 128 As sessões especiais serão realizadas para instalação da Legislatura, posse e julgamento dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-prefeito e eleições da Mesa Diretora.

§ 1º A sessão especial para eleição da Mesa Diretora para a 3ª e 4ª sessões legislativas poderá ser convocada:

a) Pelo Presidente da Mesa Diretora;

b) Pela Maioria dos membros da Mesa Diretora;

c) Por 1/3(um Terço) dos vereadores da Câmara Municipal;

§ 2º O ato de convocação deverá ser lido no expediente com, no mínimo, 24 h (vinte e quatro horas) de antecedência da data marcada para eleição, devendo, ainda, ser divulgado no site da Câmara Municipal na internet.

CAPÍTULO VII DAS ATAS DAS SESSÕES

Art. 129 De cada sessão da Câmara Municipal lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo o,seguinte:

I - nome dos Vereadores presentes e ausentes, no início da sessão e na Ordem do Dia, bem como os nomes dos que presidiram e secretariaram os trabalhos;

II - súmula do expediente lido;

III - resumo dos discursos proferidos no Pequeno Expediente, nas discussões, nas Explicações Pessoais e nos Horários de Lideranças;

IV - síntese das declarações de votos;

V - detalhada referência às matérias apreciadas na Ordem do Dia, bem como os nomes dos Vereadores que votaram SIM e dos que votaram NÃO, nas votações nominais;

VI - as questões de ordem suscitadas e as respectivas decisões;

VII - a convocação da sessão seguinte.

§ 1º Cada Vereador poderá falar, uma vez, sobre a ata, para pedir sua retificação e/ou impugnação.

§ 2º Aceita a impugnação, será lavrada outra ata.

§ 3º A ata da última sessão de cada Legislatura será lida antes do encerramento da sessão e, nela, deverá constar a assinatura dos Vereadores presentes.

§ 4º Todas as atas serão transcritas em livro próprio e rubricadas pelo Segundo Secretário.

TÍTULO V DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 130 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, devendo ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

Art. 131 São modalidades de proposição:

I - proposta de emendas à Lei Orgânica do

Município;

II - projeto de Lei Complementar;

III - projeto de lei;

IV - projeto de resolução;

V - projeto de decreto legislativo;

VI - projeto de fiscalização e controle;

VII - emendas e subemendas;

VIII - substitutivos;

IX - vetos;

X - pareceres;

XI requerimentos;

XI - indicações;

XII - recursos.

Parágrafo Único - A Mesa Diretora recusará a proposição que:

- a) verse sobre assunto alheio à competência da Câmara Municipal;
- b) delegue a outro Poder atribuições do Legislativo;
- c) tenha sido rejeitada no mesmo período, salvo se subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal ou de autoria do Prefeito.

Art. 132 O Vereador que, primeiro, assinar a proposição será considerado seu autor, podendo ser subscrita pelos demais pares.

Parágrafo Único - As assinaturas seguintes serão consideradas de apoio.

Art. 133 Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição e vencidos os prazos regimentais, o Presidente da Câmara Municipal determinará a sua reconstituição por deliberação própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 134 O autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, a retirada de sua proposição.

§ 1º Se a matéria ainda não tiver recebido parecer favorável da Comissão, caberá ao Presidente da Mesa Diretora deferir o pedido.

§ 2º Se a matéria tiver recebido parecer favorável da Comissão, competirá ao Plenário decidir sobre o pedido.

CAPÍTULO II DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Art. 135 A Câmara Municipal exercerá o processo legislativo por meio das seguintes proposições legislativas:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

II - projeto de lei complementar

III - projeto de lei;

IV - projeto de resolução;

V - projeto de decreto legislativo;

Parágrafo Único - Observadas as competências determinadas pela Lei Orgânica do Município e por este Regimento Interno, a iniciativa das proposições legislativas será:

- a) do Vereador;
- b) da Mesa da Câmara;
- c) das Comissões;

- d) do Prefeito;
- e) dos cidadãos, nos casos dos incisos I e III deste artigo, observadas as regras contidas na Lei Orgânica do Município e as demais constantes neste Regimento.

SEÇÃO I
DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA

Art. 136 A Lei Orgânica do Município do Canguaretama pode ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço dos membros da Câmara;
- II - do Prefeito;
- III - da Mesa Diretora da Câmara Municipal;
- IV - de 3%(três por cento) do eleitorado do Município registrado na última eleição.

§ 1º Não pode ser emendada a Lei Orgânica do Município durante a vigência de intervenção do Estado ou qualquer medida de restrição das liberdades públicas.

§ 2º A proposta de emenda é discutida e votada em 02(dois) turnos, com intervalo de 10(dez) dias úteis, sendo aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos Vereadores, não sendo permitido o regime de urgência ou dispensa de interstício.

§ 3º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 4º Admitida a proposta por parecer prévio da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a Mesa Diretora designará Comissão Especial para opinar quanto ao mérito.

SEÇÃO II
DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 137 As leis complementares são aprovadas em dois turnos, por maioria absoluta dos Vereadores, com intervalo de quarenta e oito horas, devendo ter numeração distinta das leis ordinárias.

Parágrafo Único - É objeto de lei complementar, dentre outras matérias:

- I - Código Tributário do Município;
- II - Organização da Procuradoria Geral do Município;
- III - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais;
- IV - Plano Diretor da Cidade;
- V - Código de Obras;

VI - Código de Meio Ambiente e Turismo;

VII - Código de Posturas.

SEÇÃO III DOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

Art. 138 Projeto de lei é a proposição que tem por finalidade regular toda matéria legislativa de competência da Câmara Municipal sujeita à sanção do Prefeito.

Parágrafo Único - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, a 3% (três por cento) do eleitorado registrado na última eleição e ao Prefeito, sendo privativa desta Câmara a iniciativa dos projetos indicados no § 1º do art. 39, da Lei Orgânica do Município, observada a regra do § 2º deste mesmo artigo.

Art. 139 É de competência exclusiva da Mesa Diretora da Câmara iniciativa das leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos e de funções de seus serviços, fixando ou alterando seu quantitativo, vencimento e/ou vantagens;

II - abertura de crédito especial ou suplementar à Câmara Municipal.

Art. 140 O Prefeito poderá enviar à Câmara Municipal projeto de lei sobre qualquer matéria de sua competência e, solicitando, deverá ser apreciado dentro de 45(quarenta e cinco) dias, a contar da data do seu recebimento.

§ 1º Não ocorrendo deliberação nesse prazo, será o projeto incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a votação de qualquer outra matéria até que se ultime a votação.

§ 2º O prazo referido no caput deste Artigo não correrá durante os períodos de recesso.

Art. 141 Nenhum projeto de lei ou resolução poderá ser discutido, se não for apresentado, pelo menos, 10(dez) dias antes do término da Sessão Legislativa, salvo se subscrito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 142 Faltando 10(dez) dias para o encerramento da Sessão Legislativa, serão considerados sob urgência, todos os projetos de crédito, oriundos da Mesa Diretora, das Comissões Permanentes e os que estiverem subscritos pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

SUBSEÇÃO I DO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

Art. 143 O direito à iniciativa popular de apresentar projeto de lei poderá ser exercido em matéria de interesse específico do Município, desde que subscrito por, pelo menos, 3% (três por cento) do respectivo eleitorado, excetuando-se os casos de competência privativa definidos em lei, observado o seguinte:

I - As assinaturas ou impressões digitais dos eleitores serão apostas em formulários impressos, cada formulário contendo, em seu verso, o texto completo do Projeto de Lei apresentado e a indicação dos cidadãos responsáveis;

II - No formulário, será declarada a inscrição do eleitor na zona e secção eleitoral

respectiva;

III - Será responsável pela idoneidade das subscrições quem apresentar o projeto;

IV - O projeto poderá ser apresentado por, pelo menos, uma entidade legalmente constituída, com sede em Canguaretama, ou grupo de (três) 3 cidadãos com domicílio eleitoral no município;

V - O Projeto será protocolado, iniciando-se o prazo de 5 (cinco) dias para a verificação, pela Secretaria da Mesa Diretora, do cumprimento das exigências legais;

VI - Constatada a falta da indicação de quem apresenta o projeto ou a ausência do número legal de subscrição ou qualquer outra irregularidade, será devolvido o projeto podendo ser reapresentado em 20 (vinte) dias;

VII - Não serão computadas, para a verificação do número legal, as subscrições:

- a) quando não constarem as zonas e secções ou não corresponderem ao município de Canguaretama;
- b) quando apostas em formulários que não contenham o texto do Projeto;
- c) repetidas.

VIII - Constatado o número legal de subscrições, a Mesa Diretora da Câmara Municipal, em 3 (três) dias, encaminhará o Projeto para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para dar parecer sobre sua admissibilidade;

IX - Em seguida, será enviado à Comissão Especial, para análise do mérito;

X - A Comissão será composta por 1 (um) representante de cada partido com representação na Câmara, podendo os partidos delegar poderes de representação a membros de outros partidos.

XI - A Comissão Especial terá 5 (cinco) dias para instalar-se, após designação, e 10 (dez) dias para emitir parecer, contados a partir da instalação, observado o seguinte:

- a) O parecer será por aprovação, rejeição, aprovação com emendas ou aprovação de substitutivo elaborado na comissão e versando sobre a mesma matéria.
- b) Os responsáveis pela apresentação do projeto poderão ser ouvidos pela comissão, até o número máximo de 3 (três) representantes.

XII - No prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o parecer da Comissão Especial, o projeto será enviado à discussão em plenário;

XIII - O primeiro subscritor do projeto ou o representante que houver sido previamente designado poderá falar à Câmara Municipal para defendê-lo, sendo-lhe concedida a palavra antes de ela ser facultada aos Vereadores e pelo prazo de 10 (dez) minutos; logo após, falará o relator.

XIV - Sendo rejeitado, o Projeto de Lei só poderá ser novamente proposto em outra sessão legislativa.

XV - Os casos omissos serão resolvidos pelas demais normas deste Regimento Interno.

Parágrafo Único - Nos projetos referidos neste artigo, não serão admitidas emendas que aumentem direta ou indiretamente a despesa prevista.

SEÇÃO IV DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Art. 144 Os projetos de Resolução destinam-se a regular matéria de caráter político-administrativa de interesse interno da Câmara Municipal, independentemente de sanção do Prefeito.

Art. 145 Constituem matéria de projeto de resolução, entre outras:

I - assuntos de economia interna;

II - aprovação e reforma do Regimento Interno;

III - criação, modificação ou extinção de cargos e funções dos serviços administrativos da Câmara e fixação da remuneração respectiva;

IV - destituição dos membros da Mesa e aplicação de penalidades dos

Vereadores;

V - licença dos Vereadores.

Parágrafo Único - a aprovação e a reforma do Regimento Interno, conforme disposto no inciso II deste artigo, serão por maioria absoluta dos Vereadores.

SEÇÃO V DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Art. 146 Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular a matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, não sujeita à sanção do Prefeito.

Art. 147 Constitui matéria de Projeto de Decreto Legislativo:

I - concessão de títulos honoríficos ou qualquer outra honraria a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviço ao Município;

II - aprovação ou rejeição das contas do Executivo e do Legislativo;

III - autorização para o Prefeito ou Vice-prefeito ausentar-se do Município por mais de 30(trinta) dias;

IV - acusação contra o Prefeito e o Vice-prefeito.

SUBSEÇÃO I

DA CONCESSÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS DE CIDADÃO CANGUARETAMENSE

Art. 148 Por via de projeto de decreto legislativo, aprovado em discussão e votação únicas, no mínimo por 2/3 (dois terços) de seus membros, através de votação secreta, a Câmara Municipal poderá conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a personalidades nacionais ou estrangeiras radicadas no País, comprovadamente dignas da honraria.

§ 1º Os títulos referidos no presente artigo poderão ser conferidos a personalidades estrangeiras, mundialmente consagradas pelos serviços prestados à humanidade, não se aplicando, nesta hipótese, o disposto no parágrafo anterior, nem a exigência de que seja radicado no País, constante do "caput" deste artigo.

§ 2º A honraria de que trata o presente Capítulo será concedida em número máximo de 04 (quatro) para cada Vereador, por sessão legislativa, não sendo permitida a acumulação de uma sessão para outra.

Art. 149 O projeto de concessão de título honorífico poderá ser proposto por qualquer vereador e vir acompanhado de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear.

Art. 150 O signatário será considerado fiador das qualidades da pessoa que se deseja homenagear e da relevância dos serviços que tenha prestado.

Parágrafo Único - Cada Vereador poderá figurar, no máximo, por 04 (quatro) vezes, como primeiro signatário de projeto de concessão da honraria, em cada legislatura.

Art. 151 Para discutir projeto de concessão de título honorífico, cada Vereador disporá de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo Único - Tão logo seja aprovada a concessão do título honorífico, será expedido o respectivo diploma, com a imediata assinatura do autor da propositura.

Art. 152 A entrega dos títulos será feita em sessão solene convocada para este fim.

§ 1º Na sessão solene de entrega do título honorífico, o Presidente da Casa referendará, publicamente, com sua assinatura, a honraria outorgada.

§ 2º Nas sessões de entrega do título honorífico, para falar em nome da Câmara Municipal, só será permitida a palavra do Vereador autor da propositura, como orador oficial, ou de outro por ele designado.

SEÇÃO VI DOS PROJETOS DE CODIFICAÇÃO

Art. 153 São todos aqueles que, pela completa reunião de disposições legais sobre determinados assuntos, estabelecendo princípios gerais e normas do sistema adotado, constituem matéria a ser codificada.

Parágrafo Único - Os projetos de codificação terão andamento regular dos demais

projetos, salvo no que diz respeito aos pareceres que serão emitidos pelas Comissões no prazo de 15(quinze) dias.

SEÇÃO VII DOS SUBSTITUTIVOS, DAS EMENDAS E SUBEMENDAS

Art. 154 Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, apresentado por Vereador ou Comissão, em substituição a outro já apresentado sobre o mesmo tema.

Art. 155 Emenda é a alteração apresentada a um dispositivo de qualquer proposição.

Art. 156 As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a que suprime, no todo ou em parte, artigo, alínea ou parágrafo do projeto.

§ 2º Emenda substitutiva é a que deve substituir o artigo, inciso, alínea ou parágrafo do projeto.

§ 3º Emenda aditiva é a que deve ser acrescida aos termos do dispositivo.

§ 4º Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, sem alterar sua substância.

SEÇÃO VIII DOS PARECERES

Art. 157 Parecer é a proposição com que uma Comissão se pronuncia sobre qualquer matéria sujeita à sua apreciação.

Parágrafo Único - A comissão que tiver de apresentar parecer sobre matérias e demais assuntos submetidos à sua apreciação se restringirá à sua exclusiva competência.

Art. 158 Nenhuma matéria será submetida à discussão e votação sem parecer escrito da Comissão competente, salvo disposição regimental expressa.

Art. 159 Os pareceres aprovados, depois de opinar a última Comissão a que tenha sido distribuído o projeto, serão remetidos à Mesa para deliberação pelo Plenário.

SEÇÃO IX DOS REQUERIMENTOS E DAS INDICAÇÕES

Art. 160 Requerimento é todo pedido verbal ou escrito, feito ao Presidente da Câmara Municipal, pelo Vereador ou Comissão, sobre qualquer assunto.

Art. 161 Serão verbais, sem discussão e imediatamente decididos pelo Presidente os requerimentos em que for pedido:

I - uso da palavra ou sua desistência;

II - leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

III - observância de disposições regimentais;

IV - retirada de proposição pelo autor, com parecer contrário ou sem parecer da Comissão, ainda não submetida ao Plenário;

V - verificação de quórum ou votação;

VI - informação sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;

VII - encaminhamento de votação, justificação ou declaração de voto;

VIII - inclusão de matéria na Ordem do Dia;

IX - prorrogação de sessão, de acordo com o previsto neste

Regimento;

X - destaque para votação;

XI - preferência de votação por determinado processo;

XII - discussão de uma proposição por partes;

XIII - designação de relator para emitir parecer oral, quando esgotado o prazo concedido à Comissão.

Art. 162 Serão decididos pelo Presidente os requerimentos escritos em que se peça o preenchimento de vaga nas Comissões.

Art. 163 Serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos em que se, dentre outras, solicitem:

I - inserção de documentos em ata;

II - preferência para discussão de matéria;

III - informações ao Poder Executivo, caso em que será ouvida a Mesa

Diretora;

IV - retirada de proposição com parecer favorável;

V - convocação do Prefeito ou Secretários Municipais para apresentar informações em Plenário;

VI - voto de congratulações, louvor ou moção;

VII - regime de urgência;

VIII - voto de pesar por falecimento;

IX - constituição de Comissões Especiais ou de Representação;

X - convocação de sessão extraordinária;

XI - proposta de debate sobre tema específico;

XII - moção.

XIII - informações sobre atos da Mesa Diretora ou da Câmara

Municipal;

XIV - preferência ou adiamento de votação.

§ 1º Os requerimentos referidos neste artigo serão lidos no expediente e submetidos ao Plenário, na Ordem do Dia da sessão seguinte, ou os requerimentos verbais poderão ser incluídos na ordem do dia da sessão em que forem apresentados, independentemente de publicação ou parecer.

§ 2º A Mesa Diretora fixará prazo para atendimento de informações ao Poder Executivo.

§ 3º moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, reivindicando providências, hipotecando solidariedade, protestando ou repudiando.

a) As moções ficam limitadas a 5 (cinco) por vereador, a cada mês.

b) Apresentada até a fase do Expediente, a moção será lida na fase do Prolongamento do Expediente, sendo discutida e votada na sessão subsequente.

c) Não se admitirão emendas a moções, facultando-se, apenas, a apresentação de substitutivos.

d) Cada Vereador disporá de 5 (cinco) minutos para discussão de moções, não se admitindo encaminhamento de votação nem declaração de voto.

Art. 164 Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Parágrafo Único - Não é permitido dar a forma de indicação a assuntos reservados por este Regimento para constituírem objeto de requerimento.

TÍTULO VI DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 165 Exceto os requerimentos e indicações, todas as proposições, uma vez lidas no expediente, serão despachadas pelo Presidente às Comissões.

Parágrafo Único - Logo após seu retorno das Comissões, a proposição, o parecer e proposições acessórias são publicados em avulsos e incluídos na pauta da Ordem do Dia.

Art. 166 O Presidente considerará prejudicada a proposição que:

I - seja idêntica a outra já aprovada ou cuja matéria haja sido regulamentada pela Câmara Municipal por qualquer outromeio;

II - esteja apenas à outra, quando esta, já aprovada, for idêntica ou de finalidade

oposta àquela;

III - apensa à outra que já tinha sido rejeitada, e haja identidade entre elas;

IV - tiver substitutivo aprovado, incluídas na prejudicialidade emendas e subemendas, ressalvados os destaques;

V - sendo emenda ou subemenda, tratar de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada;

VI - ainda sendo emenda ou subemenda, dispuser de modo absolutamente contrário ao de outra de dispositivo já aprovado;

VII - sendo requerimento ou indicação, tenha a mesma finalidade à de outro já aprovado;

VIII - trate da mesma matéria de outra, cujo veto tenha sido mantido pela Câmara, salvo se assinada pela maioria absoluta dos Vereadores;

IX - houver perdido a oportunidade para surtir os efeitos objetivados.

Parágrafo Único - A decisão presidencial sobre prejudicialidade será comunicada ao Plenário, podendo o autor interpor, imediatamente, recurso ao Plenário, que decidirá na Ordem do Dia da mesma sessão.

Art. 167 Têm tramitação urgente as proposições:

I - sobre mudança temporária da sede da Câmara Municipal;

II - sobre licença dos Vereadores;

III - sobre autorização de afastamento do Prefeito e do Vice-prefeito, e concessão de licença dos mesmos;

IV - de solicitação de intervenção estadual, nos termos da Lei Orgânica do Município;

V - de declaração de vacância dos cargos dos Prefeitos e Vice-prefeitos;

VI - vetadas, após 30(trinta) dias da comunicação dos motivos do veto quando serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestada qualquer outra deliberação, até que sobre o veto se pronuncie a Câmara Municipal;

VII - de iniciativa do Prefeito, com solicitação de urgência, observadas as regras específicas deste Regimento;

VIII - reconhecidas como urgentes por deliberação de dois terços da Câmara Municipal.

§ 1º Não podem ser reconhecidas como urgentes as propostas de emenda à Lei Orgânica do Município, os projetos de codificação ou de alteração da legislação codificada, nem projetos de alteração ou reforma deste Regimento.

§ 2º O regime de tramitação urgente importa em considerar, desde logo, a proposição, dispensadas as exigências e formalidades regimentais, até a deliberação final.

§ 3º Não se dispensam:

- a) leitura da proposição em Plenário;
- b) sua disponibilização antes da Ordem do Dia;
- c) pareceres orais em substituição às das Comissões.

§ 4º Os requerimentos de urgências serão votados na mesma sessão em que forem apresentados.

§ 5º Negada urgência, outro requerimento não será admitido para a mesma proposição.

CAPÍTULO II DOS TURNOS

Art. 168 As proposições em geral são discutidas e votadas em 2 (dois) turnos.

§ 1º Cada turno é composto de discussão e votação.

§ 2º A proposta de emenda à Lei Orgânica do Município de Canguaretama é discutida e votada em 02(dois) turnos, com intervalo de 10(dez)dias úteis entre um e outro, vedada a dispensa de interstício.

§ 3º Terão apenas uma discussão:

- a) projetos de Decretos Legislativos e Resoluções;
- b) requerimentos, moções e indicações;
- c) recursos contra ato da Mesa Diretora;
- d) pareceres e relatórios.

CAPÍTULO III DA DISCUSSÃO

Art. 169 Discussão é a fase do turno de apreciação das proposições destinadas ao debate.

§ 1º Todos os Vereadores podem discutir qualquer proposição pelo prazo de 03(três) minutos, duplicados aos Líderes de bancada e ao autor, falando cada um apenas uma vez.

§ 2º O primeiro subscritor do projeto de iniciativa popular ou o representante que houver sido previamente designado, pode falar à Câmara Municipal para defendê-lo, sendo-lhe concedida a palavra antes de ela ser facultada aos demais Vereadores e pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 170 A proposição pode receber emenda no Plenário, enquanto não encerradas as discussões.

Art. 171 Encerra-se a discussão pela ausência de oradores.

SEÇÃO I DO APARTE

Art. 172 Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação relativos à matéria em debate, não podendo ter duração superior a 2 (dois) minutos.

§ 1º O Vereador só poderá apartear o orador se lhe solicitar e obtiver permissão.

§ 2º Não será admitido aparte:

- a) à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- b) no processo de discussão;
- c) por ocasião de encaminhamento de votação;
- d) quando o orador estiver suscitando questão de ordem;
- e) quando o orador declarar, de modo geral, que não o permite;
- f) a parecer oral;
- g) em declaração de voto.

§ 3º Os apartes se subordinarão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.

§ 4º Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

§ 5º Os apartes só poderão ser revistos pelo autor com permissão do orador que, por sua vez, não poderá modificá-los.

§ 6º O tempo que perdurar o aparte será deduzido do tempo regimental concedido ao orador.

SEÇÃO II **DA QUESTÃO DE ORDEM E PELA ORDEM**

SUBSEÇÃO I **DA QUESTÃO DE ORDEM**

Art. 173 Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação do Regimento Interno, sua aplicação ou sua legalidade.

Art. 174 Cabe ao Presidente resolver, soberanamente, as questões de ordem, sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão do Presidente, recorrendo ao Plenário.

Art. 175 Não se admitirão questões de ordem:

I - quando, na direção dos trabalhos, o Presidente estiver com a palavra;

II - quando se estiver procedendo a qualquer votação.

Art. 176 Se a questão de ordem comportar resposta, ela deverá ser dada imediatamente, se possível, ou, caso contrário, em fase posterior da mesma sessão, ou na sessão ordinária seguinte.

SUBSEÇÃO II **PELA ORDEM**

Art. 177 Pela Ordem, o Vereador só poderá falar, declarando o motivo,

para:

- I - reclamar contra preterição de formalidades regimentais;
- II - na qualidade de Líder de bancada, para dirigir comunicação à Mesa Diretora;
- III - solicitar a prorrogação do prazo de funcionamento de Comissão Temporária ou comunicar a conclusão de seus trabalhos;
- IV - solicitar a retificação de voto;
- V - solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considerar injuriosos;
- VI - solicitar ao Presidente esclarecimentos sobre assuntos de interesse da Câmara Municipal.

Art. 178 Para falar em Questão de Ordem ou Pela Ordem, cada Vereador disporá de 01 (um) minuto, não sendo permitidos apartes.

SEÇÃO III RECURSO AO PLENÁRIO

Art. 179 A decisão ou omissão do Presidente em Questão de Ordem, Representação ou Proposição de qualquer Vereador cabe recurso ao Plenário, nos termos da presente Seção.

Parágrafo Único - Até deliberação do Plenário sobre o recurso, prevalece a decisão do Presidente.

Art. 180 O recurso formulado por escrito deverá ser proposto, obrigatoriamente, dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis da decisão do Presidente.

§ 1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, dar-lhe provimento, ou, caso contrário, informá-lo e, em seguida, encaminhá-lo à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 2º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§ 3º Emitido o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e independentemente de sua publicação, o recurso será, obrigatoriamente, incluído na pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte, para deliberação do Plenário.

§ 4º Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la, fielmente, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

§ 5º Rejeitado o recurso, a decisão do Presidente será integralmente mantida

SEÇÃO IV DA PREFERÊNCIA E DO ADIAMENTO

Art. 181 A preferência para discussão de uma matéria sobre outra poderá ser requerida por Vereador, deliberando o Plenário.

Art. 182 O adiamento da votação de uma proposição poderá ser requerida ao Plenário e será possível quando a matéria estiver em discussão, sendo concedida uma única vez, pelo prazo máximo de 05(cinco) sessões.

Parágrafo Único - Apresentado mais de um requerimento de adiamento, será votado o que marcar menor tempo.

SEÇÃO V DAS VOTAÇÕES

Art. 183 A votação completa o turno regimental de apreciação das proposições.

Art. 184 Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

Art. 185 Havendo substitutivo à matéria, ele será votado em primeiro lugar. Caso seja aprovado, o projeto original fica prejudicado. Aprovado o substitutivo, passa-se à votação das emendas em blocos, salvo destaque às que tenham parecer contrário e às que tenham parecer favoráveis. Sendo divergentes os pareceres, as emendas serão votadas uma a uma. Havendo subemenda, ela será votada antes das emendas respectivas.

Art. 186 O Vereador poderá escusar-se de tomar parte na votação, declarando simplesmente "abstenção" ao responder a chamada, quando:

- I - houver interesse pessoal;
- II - tratar-se de assunto em causa própria;
- III - por qualquer outro motivo de razão ética ou moral.

§ 1º Estando o Vereador enquadrado em quaisquer dos itens dos Artigos anteriores, deverá declarar o seu impedimento perante a Mesa Diretora. Caso não o faça, qualquer outro Vereador poderá fazê-lo, mostrando as razões da suspeição do voto.

§ 2º Quando o Vereador se declarar impedido em qualquer votação ou tenha sido levantada a sua suspeição, não será tomado o seu voto, e a sua presença constará apenas para questão de quórum.

§ 3º Quando a presença do Vereador impedido exercer qualquer influência no resultado da votação, o Presidente da Mesa Diretora, por determinação própria ou a pedido de qualquer Vereador, solicitará que ele se retire do Plenário, até a votação da matéria.

Art. 187 As deliberações, excetuados os casos previstos neste Regimento Interno, serão tomadas por maioria simples de votos, presente, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 188 Dependem do voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da

Câmara Municipal as deliberações sobre:

I - emendas à Lei Orgânica do Município do Canguaretama;

II - outorga de concessões de uso de imóveis;

III - alienação de bens imóveis;

IV - alteração de denominações de vias e logradouros públicos;

V - aquisição de bens imóveis por doação com encargo;

VI - aprovação e modificação do Plano Diretor Integrado do Município;

VII - concessão de aforamento e arrendamento.

Art. 189 Dependem do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara as deliberações sobre;

I - concessão de título honorífico ou qualquer outra honraria como homenagem póstuma;

II - projetos de Leis Complementares reguladoras das matérias discriminadas no art. 38, parágrafo único e seus incisos, da Lei Orgânica do Município do Canguaretama;

III - criação, transformação e extinção de cargos públicos, além de concessão de pensão especial;

IV - aprovação e modificação do Regimento Interno da Câmara

Municipal;

V - rejeição de veto;

VI - cassação de mandato de Vereador, Prefeito e Vice-prefeito.

Art. 190 três são os processos de votação da

Câmara:

I - simbólico;

II - nominal;

III - escrutínio aberto.

Parágrafo Único - O escrutínio secreto somente será utilizado na votação de veto do Poder Executivo municipal, outorga de título honorífico e processo cassação ou perda de mandato de Prefeito, Vice-prefeito, Vereador. Todos os demais processos de votação da Câmara se darão por votação nominal aberta ou simbólica.

Art. 191 A votação pelo processo simbólico far-se-á por sistema de escolha do Presidente, desde que seja facilmente perceptível o resultado manifesto dos votos.

§ 1º O processo simbólico será a regra para as votações, podendo ser alterado apenas nos casos previstos neste Regimento Interno ou a requerimento verbal de qualquer Vereador, aquiescendo o Plenário.

§ 2º Havendo dúvida quanto ao resultado da votação, qualquer Vereador poderá pedir a recontagem dos votos, ocasião em que o Presidente convidará o Primeiro Secretário para proceder à chamada nominal.

Art. 192 A votação nominal será feita pela chamada dos Vereadores através do Primeiro Secretário, e não será admitida recontagem dos votos.

Art. 193 A votação por escrutínio secreto far-se-á através de cédulas impressas, que deverão conter as expressões "SIM" e "NÃO", antecedidas de pequeno retângulo e distribuídas pelo Presidente aos Vereadores que, à anúnciação de seus nomes, se encaminharão à cabine, assinalando sua intenção de voto.

Art. 194 É obrigatório o escrutínio secreto em caso de aplicação de penalidades a Vereador, julgamento do Prefeito e do Vice-prefeito.

Art. 195 Anunciada a votação de uma proposição, qualquer Vereador pode requerer destaque de parte dela, bem como de emendas ou subemendas.

§ 1º O pedido de destaque será sempre deferido pelo Presidente.

§ 2º A rejeição da proposição principal prejudica todos os destaques antes deferidos.

§ 3º Aprovada a proposição principal, com destaque, submete-se a votos a matéria destacada, que somente integrará o texto se aprovada.

§ 4º O quórum para aprovação da proposição principal é o mesmo necessário para aprovação de seus destaques.

§ 5º Destacada uma emenda, sê-lo-ão, automaticamente, suas subemendas e as emendas com a primeira relacionadas.

SEÇÃO VI DA URGÊNCIA E DO INTERSTÍCIO

Art. 196 A urgência dispensa as exigências regimentais, salvo a de número legal, do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a sua leitura no expediente e de parecer que, neste caso, deverá ser oral, para que a proposição seja apreciada.

Art. 197 A concessão da urgência dependerá da apresentação de requerimento escrito, que somente será submetido ao Plenário, se assinado:

I - pela Mesa Diretora, em proposição de sua autoria;

II - por Comissão, em assuntos de sua especialidade;

III - por um terço dos Vereadores da Câmara Municipal.

§ 1º Concedida a urgência para tramitação de qualquer proposição, toda a pauta restará prejudicada até que seja encerrada a votação da matéria que se encontra

sob o regime de urgência.

§ 3º Os pedidos de urgência deverão ser apresentados antes de iniciar-se a Ordem do Dia.

Art. 198 Interstício é o lapso do tempo existente entre duas discussões da mesma proposição.

Art. 199 O pedido de urgência e dispensa de interstício obedecerá ao disposto neste Regimento Interno.

CAPÍTULO IV DA REDAÇÃO FINAL E DOS AUTÓGRAFOS

Art. 200 Terminada a votação, será o projeto, com as respectivas emendas, enviado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para redigir o vencido.

§ 1º Não vai à redação final o projeto aprovado sem emendas, ou com substitutivo integral, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir.

§ 2º A Comissão ultimar a redação em 03(três) dias.

§ 3º A redação final não depende de deliberação do Plenário.

§ 4º Oferecida a redação final, ou sendo caso de sua dispensa, o Presidente assinará os autógrafos, para encaminhamento à sanção, salvo Decreto Legislativo ou Resolução, que por ele serão promulgados.

CAPÍTULO V DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 201 Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, a Mesa Diretora terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para remeter ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, o sanciona em igual prazo.

§ 1º Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no prazo de quinze dias úteis, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato.

§ 2º O veto parcial abrange o texto integral do artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item.

§ 3º Comunicado o veto ao Presidente da Câmara Municipal, ele deverá ser apreciado por ela dentro de trinta dias contados de seu recebimento, podendo ser rejeitado pela maioria absoluta de seus membros.

§ 4º Lido no expediente, será o veto imediatamente encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que terá o prazo improrrogável de 10(dez) dias para emitir parecer. Não o fazendo, o Presidente da Câmara Municipal designará Comissão Interpartidária para exarar parecer sobre a matéria no decorrer da sessão, suspendendo-a, se for o caso.

§ 5º Considerar-se-á mantido o veto se não obtiver, em votação única, o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara ou, ainda, se não for apreciado no prazo fixado neste Regimento Interno.

§ 6º Decorrido o prazo de 15(quinze) dias úteis, contados da data do seu recebimento, sem manifestação do Prefeito, o projeto será tido como aprovado, por decurso de prazo, sendo obrigatória a sua imediata promulgação.

§ 7º Esgotado o prazo sem deliberação, será o veto incluído na ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestada qualquer outra deliberação.

§ 8º Não mantido o veto, o texto é remetido ao Prefeito para promulgação.

§ 9º Omitindo-se o Prefeito, dentro de 48 horas (quarenta e oito horas), de promulgar Projeto de Lei na hipótese do § 5º deste artigo, ele é promulgado pelo Presidente da Câmara Municipal. Se ele não o fizer, cabe ao seu substituto fazê-lo, obrigatoriamente, em igual prazo.

§ 10 Negando a sanção durante o prazo de recesso da Câmara Municipal, o Prefeito publica as razões do veto no Diário Oficial.

CAPÍTULO VI DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

Art. 202 Os casos não previstos neste Regimento serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao plenário, que decidirá por maioria absoluta, devendo ser registrados em livro próprio, passando as respectivas decisões a constituir precedentes regimentais, que orientarão a solução de casos análogos.

§ 1º Também constituirão precedentes regimentais as interpretações do Regimento feitas pelo Presidente.

§ 2º Os precedentes regimentais serão condensados, para a leitura a ser feita pelo Presidente, até o término da sessão ordinária seguinte, e posterior publicação à parte, na Imprensa Oficial.

§ 3º Para os efeitos do parágrafo anterior, os precedentes deverão conter, além do texto, a indicação do dispositivo regimental a que se referem, o número e a data da sessão em que foram estabelecidos e a assinatura de quem, na presidência dos trabalhos, os estabeleceu.

Art. 203 Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa Diretora fará, através de Ato, a consolidação de todos os precedentes regimentais firmados, publicando-os em avulso para distribuição aos Vereadores.

CAPÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 204 Os balanços anuais e balancetes mensais serão lidos no expediente e encaminhados ao Tribunal de Contas.

§ 1º Recebidos os processos do Tribunal de Contas, a Mesa Diretora distribuirá cópias dos pareceres aos Vereadores. Encaminhará, em seguida, os processos à apreciação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

§ 2º A Comissão proporá projeto de Decreto Legislativo dispondo sobre a aprovação ou rejeição das contas, deliberando o Plenário.

§ 3º Somente por voto de dois terços dos membros da Câmara, deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

CAPÍTULO VIII DAS INFORMAÇÕES E CONVOCAÇÕES

Art. 205 Compete à Câmara Municipal solicitar ao Prefeito quaisquer informações sobre assuntos relativos à administração municipal.

§ 1º As informações serão solicitadas por qualquer Vereador e sujeitas às normas ditadas por este Regimento.

§ 2º Aprovado o pedido de informação pela Câmara Municipal, ele será encaminhado ao Prefeito, que terá o prazo de 15(quinze) dias úteis, contados da data do seu recebimento, para prestar as informações solicitadas;

§ 3º Poderá o Prefeito solicitar à Câmara Municipal prorrogação do prazo, sendo o pedido sujeito à aprovação do Plenário.

Art. 206 Compete, ainda, à Câmara Municipal convocar o Prefeito, bem como os Secretários Municipais, mediante ofício enviado pelo Presidente da Câmara, atendendo a requerimento aprovado pelo Plenário.

CAPÍTULO IX DOS PROJETOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Art. 207 A Comissão de Finanças e Orçamento, para apreciação dos projetos de leis orçamentárias, observará as mesmas normas que disciplinam os trabalhos das Comissões Permanentes.

Parágrafo Único - O parecer deverá apreciar o aspecto formal e o mérito do projeto.

Art. 208 Publicado o parecer, será o projeto, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, incluído na Ordem do Dia para primeira discussão, vedando-se, nesta fase, apresentação de substitutivos e emendas.

Art. 209 Aprovado em primeira discussão, permanecerá o projeto sobre a Mesa Diretora durante as duas sessões ordinárias seguintes, para o recebimento de emendas, que deverão ser subscritas por 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e encaminhadas à Comissão de Finanças e Orçamento para apreciação.

§ 1º Se não houver emendas, o projeto será incluído na Ordem do Dia, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, para segunda discussão, sendo vedada a apresentação de emendas e substitutivos em Plenário.

§ 2º Não serão recebidas pelo Presidente emendas em desacordo com as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos.

Art. 210 Para elaborar o parecer sobre as emendas, a Comissão de Finanças e Orçamento terá os mesmos prazos previstos no artigo 63 deste Regimento.

Parágrafo Único - Em seu parecer, deverão ser observadas as seguintes normas:

I - as emendas de mesma natureza ou objetivo serão obrigatoriamente reunidas, pela ordem numérica de sua apresentação, em três grupos, conforme a Comissão recomende a sua aprovação, rejeição ou transfira sua apreciação ao Plenário;

II - a Comissão poderá oferecer novas emendas de caráter técnico, retificativo ou que visem a restabelecer o equilíbrio financeiro;

III - tratando-se do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, será observado o disposto na Lei Orgânica do Município;

IV - tratando-se do Projeto de Lei do Orçamento Anual, deverão ser seguidas as disposições da Lei Orgânica do Município.

Art. 211 Publicado o parecer sobre as emendas, o projeto será incluído na Ordem do Dia dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, para segunda discussão, sendo vedada a apresentação de novas emendas em Plenário.

Art. 212 Aprovado o projeto, a votação das emendas será feita em grupos, conforme dispuser o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento.

Parágrafo Único - Dentro de cada um dos grupos constantes do parecer, admite-se o destaque de emenda ou de grupo de emendas, para votação em separado, sendo o pedido de destaque formulado por escrito e votado sem discussão, encaminhamento de votação ou declaração de voto.

Art. 213 Se aprovado, em fase de segunda discussão, sem emendas, o projeto será enviado à sanção do Prefeito; caso contrário, o processo retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para, dentro do prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias, elaborar redação final.

§ 1º Sempre que se fizer necessário, a Comissão, no parecer de redação final, poderá adaptar os termos da emenda que restabelece o equilíbrio financeiro ao que foi deliberado em Plenário sobre as demais emendas, devendo, nesta hipótese, mencionar, expressamente, no preâmbulo do parecer, a adaptação feita.

§ 2º No caso da apreciação conjunta de projetos relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, na redação final, a Comissão de Finanças e Orçamento procederá à sua compatibilização em função do que foi deliberado em Plenário.

Art. 214 Publicado o parecer, o projeto em fase de redação final será incluído na Ordem do Dia dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, aplicando-se, quando for o caso, as demais regras pertinentes.

Art. 215 Aprovada a redação final, será o projeto encaminhado à sanção do Prefeito.

Art. 216 Caso a Câmara Municipal não tenha votado a proposta orçamentária anual até 31 de dezembro, será aplicada, para o ano subsequente, a lei orçamentária vigente, na forma prevista na Lei Orgânica do Município e nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 217 Ocorrendo veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual,

os recursos que ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do artigo 138 da Lei Orgânica do Município.

Art. 218 Respeitadas as disposições expressas neste Capítulo para discussão e votação de projetos de leis orçamentárias, serão aplicadas, no que couber, as normas estabelecidas neste Regimento para os demais projetos de lei.

Capítulo X **DA INTERPRETAÇÃO E REFORMA DO REGIMENTO INTERNO**

Art. 219 Qualquer projeto de resolução modificando este Regimento, depois de lido em Plenário, será encaminhado à Mesa Diretora para opinar, não se incluindo, nessa exigência, os projetos de autoria da própria Mesa Diretora.

Parágrafo Único - Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio para orientação na solução de casos análogos e, no final de cada Legislatura, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes anotados, publicando-os em separata.

TÍTULO VII **DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

Art. 220 Constituem atos ou fatos sujeitos à fiscalização e ao controle da Câmara Municipal:

- I - os de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Poderes do Município, inclusive da Administração Indireta.
- II - os atos de gestão administrativa do Poder Executivo, seja das Administrações Direta e Indireta, seja de qual for a autoridade ou servidor que os haja praticado.
- III - os atos do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais e do procurador geral do município que importarem, tipicamente, em crime de responsabilidade ou infração político-administrativa.

Art. 221 A Câmara Municipal exerce a fiscalização e controle referidos no artigo anterior através de suas Comissões Permanentes ou de Comissão Especial para cada caso específico.

§ 1º No desempenho dessa atribuição, as Comissões obedecerão às seguintes regras:

- a) a proposta de fiscalização e controle poderá ser apresentada por qualquer Vereador, ao Plenário ou diretamente à Comissão competente, com indicação do ato ou do fato, e designação da providência objetivada;
- b) a proposta será relatada previamente, quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, social e orçamentário do ato impugnado, definindo-se os planos de execução e a metodologia da avaliação;
- c) aprovado pela Comissão o relatório prévio, o mesmo relator ficará encarregado de sua implementação, requisitando-se à Mesa Diretora a provisão de meios e recursos administrativos e o assessoramento necessário, inclusive a celebração de contrato de prestação de serviços com empresas, entidades ou profissionais especializados;

d) o relatório final da fiscalização e controle versará sobre a legalidade do fato, ato ou omissão, e conterá avaliação circunstanciada quanto a seus aspectos políticos, administrativos, sociais e econômicos.

§ 2º A Comissão poderá solicitar ao Tribunal de Contas do Estado informações sobre inspeções e auditorias realizadas no âmbito do Poder Público Municipal.

§ 3º A Comissão da Câmara Municipal, ou seu relator, tem livre acesso às dependências, arquivos, livros e papéis das repartições municipais assinalado prazo nunca inferior a 05(cinco) dias para prestação de informações, atendimento a convocações e requisição de documentos de quaisquer espécies.

§ 4º O descumprimento do disposto no Parágrafo anterior ensejará a apuração da responsabilidade, na forma da lei.

TÍTULO VIII DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 222 Os serviços administrativos da Câmara Municipal serão executados por suas Diretorias e Gerências, bem como pela Procuradoria Jurídica, com funções específicas e obrigações definidas em Resolução.

§ 1º Qualquer pedido de informação, por parte dos Vereadores, relativa aos serviços executados por essa unidade da Casa, deverá ser dirigido diretamente ao Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º As informações serão prestadas nos prazos e nos termos estabelecidos pela Lei Orgânica do Município.

§ 3º É assegurado ao Vereador livre acesso, verificação e consulta em qualquer órgão da Câmara Municipal, bem como o acesso a quaisquer documentos escritos ou em meio magnético, com o fornecimento de cópias devidamente autenticadas, em qualquer órgão da Câmara Municipal.

§ 4º Os órgãos de imprensa da Câmara Municipal deverão divulgar as ações do Poder Legislativo e a atuação de todos os seus Vereadores de maneira igualitária, observando, nas transmissões e retransmissões, a seguinte ordem de preferência:

- a) Sessões ordinárias;
- b) Sessões extraordinárias;
- c) Sessões especiais;
- d) Reuniões das Comissões;
- e) Audiências públicas
- f) Sessões solenes
- g) Demais atividades da Câmara Municipal;
- h) Programação jornalística, educativa, cultural, esportiva, de saúde pública, etc., devidamente aprovada pela presidência da Mesa Diretora.

Art. 223 A Procuradoria Jurídica é o órgão de assessoramento superior, diretamente ligado à Presidência, com funções específicas e obrigações definidas em Resolução.

TÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 224 A Mesa da Câmara terá o prazo de 30(trinta)dias para propor as medidas legislativas e demais projetos necessários à implementação das regras regimentais.

Art. 225 Os prazos previstos neste Regimento, quando não se fizer menção de dias úteis, serão contados em dias corridos, os quais não se computarão durante os períodos de recessos da Câmara.

Art. 226 Ficam revogados todos os precedentes regimentais anteriormente firmados.

Art. 227 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canguaretama/RN, 15 de dezembro de 2017

Mesa Diretora

João Paulo Pessoa Genuino de Oliveira
Presidente

Wilinhene Cristina Silva
Vice-Presidente

Ana Karla Soares de Maria
1º Secretário

Adriana Carla Carvalho Albuquerque Teixeira
2º Secretário